



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS - PAULO FREIRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

VANESSA IURCHIAG ROZISCA

**POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS DO *ECO-ETNO-TURISMO* NA ALDEIA PÉ
DO MONTE**

**TEIXEIRA DE FREITAS – BAHIA
2020**

VANESSA IURCHIAG ROZISCA

**POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS DO ECO-ETNO-TURISMO NA ALDEIA PÉ
DO MONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte dos requisitos necessários para a defesa do mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Prof. Dr. André de Almeida Rego

**TEIXEIRA DE FREITAS – BAHIA
2020**

VANESSA IURCHIAG ROZISCA

Dissertação “Potencialidades pedagógicas do eco-etno-turismo na Aldeia Pé do Monte” submetida ao Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, como parte dos requisitos necessários para obtenção de título de mestre.

Aprovada por:

MEMBROS DA BANCA:

Prof. Dr. André de Almeida Rego
(Orientador – PPGER/ UFSB)

Prof. Dr. Paulo de Tássio Borges da Silva
(PPGER/ UFSB)

Prof.^a Dr.^a. Helânia Thomazine Porto
(UNEB – Campus X)

AGOSTO/ 2020

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

R893p Rozisca, Vanessa Iurchiag, 1977-

Potencialidades pedagógicas do *eco-etno-turismo* na aldeia Pé do Monte /
Vanessa Iurchiag Rozisca. – Teixeira de Freitas: UFSB, 2020. -
155f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia,
Campus Paulo Freire, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências,
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2020.
Orientador: Dr. André de Almeida Rego.

1. Ecoturismo – Porto Seguro (BA). 2. Cultura e turismo. 3. Índios
Pataxó. 4. Aldeias indígenas. 5. Parque Nacional e Histórico do Monte
Pascoal (Porto Seguro, BA). I. Título.

CDD – 338.479 1

Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922

Ao coletivo Pataxó da Aldeia Pé do Monte...
A todos aqueles seres que lutam pela emancipação humana...
À minha família...

AGRADECIMENTOS

Existe um sentimento forte de gratidão que perpassa os caminhos dessa pesquisa. Para que fosse possível chegar até essa etapa, foi de suma importância a participação de cada um dos sujeitos que citarei na sequência. Como não é possível devolver essa gratidão como foi à ajuda para esse trabalho, deixarei registrado nesse espaço meus sinceros agradecimentos, carinho e respeito por cada um dos atores sociais que trilharam comigo.

Primeiramente, aos meus filhos Samuel Pereira e Francesca Rozisca Pereira. E ao meu esposo Claudiney Pereira por estar na “viagem” da vida comigo. Juntos “somos a vida de nossa filha, eu a enfermeira e ele o médico, a nossa casa a uti”. Esses três são meus amores. Minha família o afago do dia a dia e o meu maior “encanto”.

Ao coletivo Pataxó da Aldeia Pé do Monte, os “donos” do movimento que norteia essa pesquisa, da “verdadeira história do Brasil” e do “Território de Pindorama”.

Ao coletivo do Movimento Cultural Afro-Indígena Arte Manha de Caravelas – BA, parceiros de quase três décadas, companheiros de militâncias políticas, culturais, ideológicas e, principalmente de troca de afetos. Meus amigos, que sempre se disponibilizaram com carinho e doação toda vez que se fez necessária sua participação no desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos meus três amigos do coração, por estarem sempre comigo, estimulando-me a seguir em frente diante das dificuldades e sentimentos de impossibilidades no trajeto da pesquisa. Meus agradecimentos: ao Mestre e artista popular, um dos idealizadores do Movimento Cultural Arte Manha e do Umbandaum Itamar dos Anjos Silva, por ser esse grande amigo da vida, que sempre acreditou na minha pessoa, me apresentou o edital do PPGER, me apresentou e me inseriu inserindo-me no contexto da pesquisa, um dos meus maiores presentes da vida - a comunidade Pataxó do Pé do Monte, a qual me considera como amiga.

A amiga, educadora e grande mulher Professora Dra. Helânia Thomazine Porto, membro dessa banca, meu respeito e gratidão. Ela me ensinou e me inseriu nas questões indígenas, metodológicas, mas também por ser minha inspiração como, pesquisadora, principalmente por ser essa mulher libertadora. Obrigada pela insubmissa mulher que você é.

Na vida aparecem pessoas que entendo como presentes encantados, a historiadora e Professora Mestra Jessica Silva Pereira, intitulada carinhosamente por mim, minha coorientadora, que teve a paciência de estar comigo nos dias de pouca “sanidade”. Ela me ensinou, auxiliou e corrigiu minhas formas de estudar. essa caminhada seria muito mais dolorida sem sua companhia. Nunca esquecerei. Hoje é 25 de julho de 2020, *Dia Internacional*

da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha, sendo também o lançamento do primeiro livro com suas *escrevivências*, em que perpassam a sua densidade identitária, do seu corpo-negro-mulher, que por muitas vezes sangra e luta. Agradeço imensamente por disponibilizar seu tempo e paciência e potência de pessoa que você é.

Ao PPGER por ser um programa transformador e a todos os professores e colegas do PPGER, por fazerem desse um espaço de revolução.

Ao meu orientador, Professor Dr. André de Almeida Rego, por ter sido um exímio professor do componente de História Indígena, pelas orientações e ensinamentos sobre as questões indígenas, respeitando meu tempo – um tempo necessário para uma mãe cuja filha necessita de cuidados diferenciados, e por fazer parte desse rito tão importante para minha vida. Meus sinceros agradecimentos.

AWÊRY

O autóctone mudo

*Os turistas são os inimigos mais perigosos que existem, porque nos são indispensáveis.
Por diversas razões não podemos reservar-lhes a mesma sorte dos inimigos de antigamente, que simplesmente
matávamos, mas podemos ficar mudos
(trecho de um texto grego sobre o turismo em Creta)¹*

¹*Chora Sfakion. Insel auf der Insel! Die touristische Beziwingung eines Widerstandsnetzes, apud: B. Joerges; D. Karsten. "Tourismus und Kulturwandel". In: Zeitschrift Kulturaustousch, n. 3, 1378, op. Cit. P. 10*

RESUMO

Nesta dissertação descreve-se e analisa os processos de construção do *eco-etno-turismo* pelos *Pataxó* da Aldeia do Pé do Monte, realizados no Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, que é uma Unidade de Conservação, inserido no Território Indígena de Barra Velha, vinculado ao município de Porto Seguro (BA). Nesse contexto, buscou-se entender a dimensão política e pedagógica do turismo empreendido por esses indígenas. Essa problematização, situa-se a partir das questões investigativas: - O turismo nessa aldeia se organiza como uma ferramenta teórico-pedagógica, isto é, como uma epistemologia que tem possibilitado aos sujeitos serem visibilizados e reconhecidos como produtores de turismo? - O modelo de turismo realizado pelos *Pataxó* pode ser interpretado como um turismo indígena de base comunitária, numa perspectiva ecológica, étnica, histórica e cultural? - As práticas de eco-etno-turismo que vêm sendo construídas na aldeia têm potencialidade de se configurarem como um turismo pedagógico/educativo? Essa investigação foi realizada no período de 2018 a 2002, adotando-se a Pesquisa-ação e a Etnografia, a partir de uma abordagem qualitativa. Elegeu-se por objetivos: analisar as potencialidades pedagógicas/educativas do eco-etno-turismo da referida aldeia a partir de seus patrimônios culturais imateriais, reconhecendo os fazeres e saberes dos *Pataxó* do Pé do Monte como uma epistemologia do turismo; confirmar a existência dos povos indígenas na Bahia, evidenciando a presença da etnia *Pataxó* na “Costa do Descobrimento” e descrever e analisar o eco-etno-turismo da Aldeia Pé do Monte, a partir de suas experiências. O resultado da pesquisa apresenta-se organizado em seis partes. Na introdução, tem-se as questões-problema, os objetivos da pesquisa, justificativas e os caminhos traçados na Pesquisa-ação e na Etnografia. No capítulo: Trajetória: entre interioridades e as dimensões do mestrado, focaliza-se parte da história de vida da pesquisadora, apresentando aspectos de sua infância, seus desejos distantes e os realizados, suas ideologias, subjetividades, situando assim as indagações acerca do turismo *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte. No capítulo História dos *Pataxó* do Pé do Monte, descreve-se, por uma linha temporal histórica, os povos originários da “Terra de Pindorama”, situando os *Pataxó* a partir de sua ancestralidade, com ênfase nos *Pataxó* do tempo presente. Já no capítulo da História do Turismo no Brasil: turismo cultural, eco-etno-turismo, busca-se definir os segmentos do turismo, a partir de pesquisas teóricas e documentais. No capítulo das Descrições e análises do etno e eco-turismo na Aldeia Pé do Monte: potencialidades de uma pedagogia para a valorização da pluralidade étnica e cultural, interpreta-se, por meio de narrativas dos *Pataxó*, de observações participativas *in lócus*, de registros fotográficos e de entrevistas realizadas presencialmente com oito indígenas, e a distância, com os oito indígenas e cinco turistas. Por fim, nas Considerações Finais, confere ao eco-etno-turístico realizado pelos *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte como uma epistemologia indígena no âmbito do turismo, por se fundamentar em uma proposição coletiva de turismo histórico, cultural, ecológico, etnográfico e educativo/pedagógico, ao tempo em que é fomentada uma economia solidária e participativa. Portanto, o turismo como uma organização social, econômica, cultural, educativa e política, construído dos saberes e fazeres movimentados por esses indígenas.

Palavras-Chave: Eco-Etno-turismo; Turismo Indígena Pedagógico; Costa do Descobrimento; Aldeia Pé do Monte; Povo *Pataxó*.

ABSTRACT

The present dissertation describes and analysis the construction processes of the eco-ethnic-tourism of the Pataxó people from the Indigenous village of Pé do Monte, located in the National and Historical Park of Monte Pascoal. This conservation unity is part of the Indigenous Territory of Barra Velha, belonging to the city of Porto Seguro – BA. In this context, it was attempted to understand the political and pedagogical dimension of the tourism realized by these indigenous people. This situation parts from the following investigative questions: - Does the tourism in this indigenous village organize itself as a theoretical-pedagogical tool, as an epistemology that has allowed the subjects to be seen and identified as the tourism producers? – Can the tourism model realized by the Pataxó be understood as an indigenous tourism of community bases, from an ecological, ethnic, historical and cultural perspective? These investigations were undertaken from 2018 to 2020, using the Researching-Action and Ethnography methods, from a qualitative perspective. It was elected as objectives: analyzing the pedagogical/educative potentials of the eco-ethnic-tourism realized by the mentioned community, from its own immaterial cultural heritage, recognizing the doings and knowledges of the Pataxó of Pé do Monte as a tourism epistemology; confirm the existence of indigenous people at Bahia, highlighting the presence of the Pataxó ethnicity at the Costa do Descobrimento and describing-analyzing the eco-ethnic-tourism, from their experience. The result from this research present itself organized in six parts. In the Introduction, there are the problem-question, the research objectives, explanations and the proposed ways of the Research-Action and Ethnography. In the chapter: Trajectory – between interiorities and the master degree dimensions, the focus is on the history life of the researcher, presenting various aspects from her childhood, her distant and realized wishes, her ideologies, subjectivities, thus, situating her questions about the tourism on the Pataxó of the Pé do Monte. In the chapter History of the Pataxó from Pé do Monte, describing, by a temporal-historical line, the original people of the “Terra de Pindorama”, situating the Pataxó from their ancestry, focusing on the Pataxó in the present. Moreover, in the chapter History of tourism in Brazil: cultural eco-ethnic-tourism, it is searched to define the tourism segments, based on documental and theoretical researches. In the chapter, Description and analysis of ethnic and eco-tourism of the Indigenous Village Pé do Monte: potentials of a pedagogy to value ethnic and cultural pluralities, it is interpreted from the Pataxó people narratives, from in loco observations, photographic registers and eye-to-eye interviews with eight indigenous people, and, in distance, with other eight indigenous people and five tourists. Finally, in the conclusion, it is considered that the eco-ethnic-tourism from the Pataxó of Pé do Monte as an indigenous epistemology in the area of tourism, because it is based on a collective proposition of historical, cultural, ecological, ethnographic and educative/pedagogic tourism, at the same time that it is fomented by a solidary and participative economy. Thus, the tourism as a social, economic, cultural, educative and political organization based on the doings and knowledges moved by these indigenous people.

Key-Words: Eco-ethnic-tourism; Pedagogic Indigenous Tourism; Costa do Descobrimento; Indigenous Village Pé do Monte; Pataxó people.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa da Aldeia Pé do Monte	54
Imagem 02: Mapa das zonas turísticas da Bahia	68
Imagem 03: Folder “Etnoturismo no Parque Indígena do Monte Pascoal	89
Imagem 04: Folder de chamada “Suba o Monte”	90
Imagem 05: BR 498 – chegando ao PNMP	99
Imagem 06: Jaçanã Pataxó e Txayahá Pataxó e Tsayra Pataxó	101
Imagem 07: Mapa das trilhas ecológicas e interpretativas do PNMP	103
Imagem 08: Alto do Monte Pascoal com vista do território Pataxó	104
Imagem 09: Trilha Araponga e Armadilhas	106
Imagem 10: Jequitibá – árvore milenar	106
Imagem 11: Vista do Centro Cultural do ICMBIO e Trilha Céu Azul	107
Imagem 12: Praça da Resistência	108
Imagem 13: Cacique Guarú Pataxó e as raízes da Poaia	109
Imagem 14: Trilha do Monte Pascoal, de vegetação densa	110
Imagem 15: <i>Aragwá</i> – “Lugar Sagrado”, onde acontece os rituais	114
Imagem 16: <i>Patxohã, Atxohã</i> , na Escola Indígena Pataxó Pé do Monte	118
Imagem 17: Pataxó aplicando o rapé em momento de ritual	120
Imagem 18: Visitante experimentando <i>kawĩ</i>	121
Imagem 19: Pataxó preparando o <i>Mukusuy</i>	122
Imagem 20: <i>Mukusuy</i> – Peixe assado na folha da Patioba	123
Imagem 21: Ritual Pataxó <i>Awê- Heruê</i>	124
Imagem 22: Artesanato Pataxó com sementes	125
Imagem 23: Tohõ Pataxó com seus <i>Epkorabé</i>	126

Imagem 24: Cacique Guarú Pataxó com seu Cocar e demais Pataxó com seus cocares	127
Imagem 25: Colares Pataxó, feminino e masculino	128
Imagem 26: Tanga de biriba (<i>Tupsay</i>)feminino e masculino	129
Imagem 27: Jovens guerreiros com seu arco e flecha	130
Imagem 28: Abacaxis, pitangas, bananas e beijos de tapioca, produção da Aldeia	131
Imagem 29: Colares de sementes de Mauí	132
Imagem 30: Pinturas corporais	133
Imagem 31: Grafismo Pataxó e Cestaria produzida no Pé do Monte	133
Imagem 32: Pintura do <i>Mirũ</i> e o <i>Mirũ</i> vivo (Besouro	134
Imagem 33: Estudantes de escola pública de Caravelas – BA	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM - ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
AIS - AGENTE INDÍGENA DE SAÚDE
AISAN - AGENTE INDÍGENA DE SAÚDE E DE SANEAMENTO
APAPEM - ASSOCIAÇÃO PATAXÓ DA ALDEIA PÉ DO MONTE DA BAHIA
BAHIATURSA - SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO AO TURISMO DO ESTADO DA BAHIA
BR - BRASIL
CI - CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL
CNTUR - CONSELHO NACIONAL DE TURISMO
COMBRATUR - COMISSÃO BRASILEIRA DE TURISMO
CONTUR - CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO
DMT - DIRETORIA MUNICIPAL DE TURISMO
EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBCDTUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS E DIREITO DO TURISMO
IBDF - INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
LGT - LEI GERAL DO TURISMO
MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO
OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO
PARNA - PARQUE NACIONAL
PLANDEB - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA BAHIA
PNGATI - POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA
PNMP - PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL
PNHMP - PARQUE NACIONAL HISTÓRICO DO MONTE PASCOAL
PNMT - PLANO NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO
PNT - POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO
PRODETUR - PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
PRONAT - PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS
SDT - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SESAI - SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA
SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
SPI - SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO
SPILTN - SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NACIONAIS
TBC - TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
TI - TERRA INDÍGENA
UC - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
UNIBERO - ANTIGA UNIVERSIDADE AHEMBI-MORUMBI

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRAJETÓRIAS: entre Interioridades e as Dimensões do Mestrado	20
3 HISTÓRIA DOS PATAXÓ DO PÉ DO MONTE	26
3.1 Pré-história e Período Colonial	26
3.2 Império e República, fogo de 1951 e retomada	39
3.3 Descrição demográfica, social, econômica e cultural da Aldeia	51
4 HISTÓRIA DO TURISMO NO BRASIL: turismo cultural, eco e etnoturismo	58
4.1 História do Turismo no Brasil	58
4.2 Turismo na Bahia: “Costa do Descobrimento”	64
4.3 A “Costa do Descobrimento”	70
4.4 Categorias do turismo	76
4.4.1 <i>Turismo histórico-cultural</i>	76
4.4.2 <i>Etnoturismo e turismo indígena</i>	79
4.4.3 <i>Ecoturismo</i>	82
5 DESCRIÇÕES E ANÁLISES DO ETNO E ECO-TURISMO NA ALDEIA PÉ DO MONTE: potencialidades de uma pedagogia para a valorização da pluralidade étnica e cultural	85
5.1 Narrativas trilhadas: “Suba o Monte, venha conhecer a verdadeira história do Brasil	88
5.2 <i>Descrição do funcionamento do turismo na Aldeia Pé do Monte</i>	97
5.3 <i>No Contexto da Aldeia Pé do Monte</i>	99
5.4 <i>Em busca do sagrado</i>	112
5.5 <i>Patrimônio Cultural Imaterial Pataxó</i>	116
- A língua <i>Pataxó – Patxohã</i>	117
- O Rapé – <i>Kuhuytú</i>	119
- A bebida fermentada – <i>kawĩ</i>	120
- A Culinária – <i>Mãgute</i>	121
- <i>O Artesanato</i>	125
- O Maracá	126
- O Cocar	127
- O Colar	128
- A Tanga – <i>Tupsay</i>	129
- O Arco e a Flecha – <i>Puhuy e Akuã</i>	129
- O Calendário <i>Pataxó</i>	130
- <i>Pinturas Corporais</i>	132
- <i>Contos Pataxó</i>	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação descreve-se e analisa os processos de construção do *eco-etnoturismo* realizado pelos *Pataxó*² da Aldeia do Pé do Monte, inserido no Território Indígena de Barra Velha, vinculado ao município de Porto Seguro – BA, configurando-se essa escrita como um material *científico-pedagógico* apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia, delineando os aspectos teórico-metodológicos que nortearam os registros e análises dos fazeres e saberes dessa comunidade no âmbito do turismo.

Os sujeitos desse processo são os *Pataxó* que vivenciam e desenvolvem um *eco-etnoturismo* em uma aldeia inserida no Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, instituído como Unidade de Conservação. Essa comunidade que reside na referida área ambiental vivenciou inúmeras diásporas no Sul e Extremo Sul da Bahia, e, esses episódios violentos causaram a dispersão de famílias *Pataxó*, principalmente na década de 1950, em decorrência de investidas de forças militares sobre grupos aldeados no Território Indígena de Barra Velha.

Entretanto, eles sempre elaboraram táticas de retomadas de seus territórios invadidos por grileiros e latifundiários, e nesses *lócus* resistiram. De tal modo, os *Pataxó* amparados por suas memórias ancestrais, gradativamente recuperaram parte do território usurpado, como ocorrera com o grupo da Aldeia do Pé do Monte, na ocupação desse território em 1999, considerado por eles como lugar ancestral, quando ainda se chamava “Pé da Pedra”. E desde então, esses indígenas, frente à demanda da comunidade e do aumento da procura por lugares históricos e naturais por turistas, estudantes e pesquisadores, empreendem e gerenciam projetos voltados para o turismo.

O impulso do turístico está acoplado ao desenvolvimento do sistema capitalista, principalmente no século XIX, em que se teve como marco a Revolução Industrial, com sua ampliação a partir das décadas de 60 e 70, conforme esclarece Trigo (1993, p. 17), “os fatores que levaram ao desenvolvimento do turismo nestas últimas três décadas foram os mesmos que transformaram profundamente o planeta, seja no âmbito das relações econômicas e políticas, seja no das relações sociais e culturais”. E, em todos os lugares despontou-se uma economia para esse segmento, conseqüentemente o Brasil também foi impactado por essas mudanças econômicas e culturais, e, na Bahia os beneficiados foram as imobiliárias e o comércio de

² Na escrita dos nomes das etnias, adotarei a grafia com inicial maiúscula e no singular, conforme propõe a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) informando, assim, que Os Pataxó designa uma coletividade única.

hotelaria, especialmente de Porto Seguro, entretanto o *eco-etno-turismo* da Aldeia do Pé do Monte só passou a compor o mosaico turístico regional três décadas depois, quando os *Pataxó* retomam seus territórios, assumindo a administração do Monte Pascoal.

A procura pelo litoral baiano se deu no final da década de 1970, após a construção da BR-101, principal via de acesso para toda região costeira com suas cidades e vilas. Com a instalação dessa rodovia, gradativamente implementou-se uma indústria voltada para um turismo de entretenimento na região de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. E, em decorrência dessa economia do excursionismo na Bahia, muitos *Pataxó* que viviam próximos à orla marítima dessas regiões passaram a ser vistos como a imagem dos nativos de 1500; dos que aqui estavam quando as caravelas portuguesas aportaram.

Apesar de um certo protagonismo dos indígenas na década de 1970, como *beiradeiros*³ da BR 101, a pesquisadora Helânia Porto (2015) considera que só no final da década de 1990 os *Pataxó* começaram a ter resultados de suas mobilizações e reivindicações, especificamente a partir dos anos 2000, em decorrência da grande manifestação ocorrida nas comemorações dos “500 anos de Brasil”, tendo os *Pataxó* visibilidade em nível nacional e internacional. Nesse período ocorrera também a reorganização da Aldeia Coroa Vermelha, configurando-se em um “shopping aberto”, com suas lojas de artesanatos, museu e áreas de visitas, administrados por *Pataxó*, além de sua extensão – a Reserva *Pataxó* da Jaqueira.

Atualmente há quase cinco dezenas de aldeamentos *Pataxó* na Bahia, a Aldeia Pé do Monte está localizada a 150 quilômetros de Porto Seguro, no sentido sul, constituindo o Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, este instituindo pela Decreto Federal nº 242/1961, como área de visitação, ao mesmo tempo como área de preservação e de conservação dentro da Mata Atlântica, portanto Unidade de Conservação protegida por Lei Federal nº 11.428/2006 e de práticas culturais indígenas.

O Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal tem um valor significativo, considerando a sua relevância histórica e cultural para o Brasil, uma vez que foi o primeiro monte de terra avistado pelas esquadras portuguesas, sendo ainda na atualidade um espaço que abriga um expressivo número de espécies da flora e fauna, além de comunidades *Pataxó*.

A partir desse contexto, interessou entender a dimensão política e pedagógica do turismo empreendido pelos *Pataxó* aldeados no Pé do Monte, atentando-se para o impacto e as nuances de um turismo que acontece em uma aldeia indígena, situada em uma área de preservação, por

³ Termo empregado no sentido de pequeno comerciante que negocia com os operários de estrada em construção; morador de beira de estrada, conforme Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa [online]. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>.

meio de ações e experiências da própria comunidade, sem recursos de Secretarias Municipais (de Cultura e Educação). Averiguou-se, portanto, se as ações desse turismo que se configuram como ecológica e étnica, e se a economia gerada é de base comunitária, distante dos modelos da indústria de turismo dos demais segmentos. Essa problematização está situada a partir de questões investigativas, tais como: - O turismo nessa aldeia se organiza como uma ferramenta teórico-pedagógica, isto é, como uma epistemologia que tem possibilitado aos sujeitos serem visibilizados e reconhecidos como produtores de turismo? - O modelo de turismo realizado pelos Pataxó pode ser interpretado como um turismo indígena de base comunitária, numa perspectiva ecológica, étnica, histórica e cultural?

A falta de recursos da União e de Secretarias Municipais (de Cultura e Educação) na implementação dessa sustentabilidade na Aldeia Pé do Monte tem exigido que esse coletivo se organizasse para prestar serviços de intercâmbios com turistas e instituições educacionais e religiosas, a partir de seus saberes e fazeres, e dos colhidos de outras experiências indígenas. Nesse sentido, essa etnia investe em diversas metodologias de turismo, que, nesse modo de observar, comporta-se como um turismo ecológico, étnico, histórico e cultural. Então, julga-se interessante saber: - As práticas de eco-etno-turismo que vêm sendo construídas na aldeia têm potencialidade de se configurarem como um turismo pedagógico/educativo?

É sabido que por muitos anos, a educação nacional foi estruturada partir de procedimentos metodológicos centralizados na figura do educador e pela adoção de posturas etnocêntricas, ocasionando silenciamentos e desvalorização das culturas de grupos minoritários economicamente, como os de diversas etnias. Nesse modelo educativo, a história e culturas de diversos povos indígenas foram gradativamente apagadas dentro do contexto de construção de uma história nacional; e, quando esses apareciam nos livros didáticos, sempre apresentados de forma equivocadas, com textos e imagens carregados de estereótipos, sem a abordagem de seus processos próprios de aprendizagem, de suas tecnologias e das singularidades de cada povo indígena que aqui viveu e vive.

Nessa perspectiva, pensando a educação para além da sala de aula, defende-se a importância do reconhecimento dos saberes ancestrais desenvolvidos pelos *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte, por meio da leitura de suas práticas de turismo, quando acolhem em seus territórios os não-indígenas. Considera-se também que desde o século XVI ocorrem contatos entre nativos e estrangeiros, que na perspectiva de Moesc (2013), o turismo pode ser lido como um campo de *práticas histórico-sociais*, que pressupõem o deslocamento do(s) sujeito(s), em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitando práticas de afastamentos

simbólicos do cotidiano, portanto sua proposição está carregada de subjetividades, explicitadas, talvez, nas formas como cada um busca o prazer, a aventura e novos caminhos.

Essas trocas, na miragem de Santos (2019), são como um *turismo de intercâmbio cultural*, por proporcionar que cada sujeito em contato com a cultura do outro, perceba a singularidade de cada um, trazendo em si um pouco da história das pessoas, das famílias e dos grupos com os quais interagiu. Há também intercâmbios que geram adesão daqueles que visitam o local, sendo esse modelo denominado por Marques (2010) de turismo de integração. Dessa forma, investiga-se também, junto aos Pataxó, como eles identificavam o turismo realizado por eles na Aldeia Pé do Monte.

Essa investigação foi pensada sob a ótica da *Pesquisa-ação* e teve por objetivo geral: analisar as potencialidades pedagógicas/educativas do *eco-etno-turismo*⁴ da referida aldeia a partir de seus patrimônios culturais imateriais, reconhecendo os fazeres e saberes dos Pataxó do Pé do Monte como uma *epistemologia* do turismo. Esse objetivo é buscado em outros mais pontuais, sendo eles: confirmar a existência dos povos indígenas na Bahia, evidenciando a presença da etnia Pataxó na “Costa do Descobrimento”; descrever o *eco-etno-turismo* da Aldeia Pé do Monte, pela adoção da *Etnografia, de registro de narrativas orais e de fotografias, realização de entrevistas presenciais e a distância*; e apresentar os processos de construção do *eco-etno-turismo* da Aldeia Pé do Monte, exibindo as formas de organização eleitas pelos Pataxó.

A *Etnografia* foi construída da participação da pesquisadora na aldeia, realizando nesse contexto registro de narrativas e de entrevistas semiestruturadas, além de entrevistas a distância, por meio de mídias digitais, como de conversas em grupo pelo *WhatsApp* e *Facebook Messenger*. Pois, os Pataxó se organizam em “redes multidimensionais”, dentre essas, em redes sociais digitais, realizando intercâmbios socioculturais. (PORTO, 2019, p. 35)

Nessa *Etnografia* houve envolvimento da pesquisadora nas práticas cotidianas desses sujeitos, desde caminhada pelas trilhas ecológicas interpretativas com os guias, degustação de pratos e bebidas típicos (*cauinagem*, o *mukusuy* [peixe na *patioba*⁵]), ao conhecimento do espaço social da aldeia e de suas práticas culturais (como a língua *Patxohã*, os cantos, danças, rituais desses Pataxó, suas histórias e narrativas), do artesanato (maracá, o cocar, o *masaká* [colar], a tanga, o arco), e das pinturas e grafismos corporais. Imersões realizadas conforme

⁴ No trabalho os prefixos *eco* (de ecológico) e *etno* (de étnico) serão ligados por hífen à palavra ‘turismo’, na tentativa de informar que as duas modalidades atuam juntas no turismo dos Pataxó da Aldeia do Pé do Monte, sem ignorar seu potencial cultural, histórico e pedagógico/educativo.

⁵ Palmeira, cientificamente registrada por *Syagrus botryophora*.

propõe também a *Pesquisa-ação* defendida por Thiollent (1986), Tripp (2005) e de pesquisadores da área de turismo, como Barbosa; Mezacasa; Fagundes (2018).

A *Pesquisa-ação*, na perspectiva de Tripp (2005) assemelha-se ao que se denomina intervenção, que é um tipo de pesquisa realizada pela adoção de atividades práticas, adaptadas “às exigências formais de trabalhos acadêmicos” (p. 47). Considera-se, portanto, essa metodologia adequada e propícia ao que se intentou realizar nesse *rito* de passagem; também, porque é um método reflexivo e criativo para esse *locus* de pesquisa. Entende-se ainda que o produto a ser desenvolvido nessas ações deveria ser um *catálogo histórico e cultural* dessas práticas, elaborado coletivamente. Entretanto, essa produção técnico-pedagógica foi inviabilizada, pela necessidade imposta frente à pandemia mundial; em decorrência do vírus do *Covid-19*, que até agosto de 2020, registrou-se no Brasil 121.515 óbitos⁶ (G1.GLOBO, 03/09/2020), portanto a *Etnografia* que vinha sendo realizada desde 2019 foi interrompida, sendo os contatos e comunicação, em 2020, realizados por mídias digitais.

Outra questão importante acerca da crise sanitária no contexto dos indígenas, diz respeito aos dados publicados pelo Comitê Nacional de Vida⁷ e Memória Indígena, os quais informam que até agosto de 2020, o número de óbitos foi de 469 indígenas, a maioria idosos. A *Covid - 19* não ceifar só vidas, ameaça também saberes tradicionais e as cultura dos povos indígenas, pois os anciões – homens e mulheres, guardam conhecimentos de rituais, rezas, cantos, saberes e fazeres das roças, dos remédios e das florestas; logo a perda de um desses na pandemia, ameaça interromper a memória, a história de luta e de resistência desses povos.

No território da Bahia, até final de agosto de 2020, ocorrera sete óbitos, como medidas preventivas a Aldeia Pé do Monte e as demais da Bahia interromperam as visitas, incluindo as atividades do turismo. Além dessa crise sanitária, a *Pesquisa-ação* foi atravessada por uma série de conflitos relacionada aos desmatamentos e problemas particulares da comunidade, os quais não compete a esse trabalho apresentar, entretanto, sinaliza-se o impacto dessas questões na continuidade da *Etnografia*. Da impossibilidade de se inventariar e registrar imagens e narrativas, a produção do *Inventário do Eco-etno-turismo* foi redimensionado para a escrita do gênero dissertação, em cumprimento ao prazo de conclusão estabelecido pelo programa de

⁶ Dados divulgados no site: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/03/brasil-termina-agosto-com-28947-mortes-pela-covid-19-apontam-secretarias-de-saude-especialistas-alertam-que-pandemia-nao-acabou.ghtml>.

⁷ Comitê Nacional de Vida é constituído por Organizações indígenas de base da APIB, frentes de enfrentamento à COVID-19, SESAI, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e Ministério Público Federal. Para maiores informações consultar o site: https://covid19.socioambiental.org/?gclid=Cj0KCQiAhZT9BRDmARIsAN2E-J0e690jW_31Bn3LqhpVLT3PvTxXEZvBzyO5_dp9q-vMmBhiQ01vZksaAi34EALw_wcB.

mestrado, e em observância da demora de suposta solução para a grave e longa crise de saúde, a nível mundial.

Ainda assim, investiu-se na *Pesquisa-ação* realizando releituras das práticas educativo-culturais e das interlocuções étnico-raciais dos *Pataxó* nas ações do turismo, no intuito da escrita desse texto, adotando-se outras metodologias, que na observação de Ângelo (2012) o turismo por ser uma atividade inter-multidisciplinar, devido as suas práticas que possuem particularidades que atravessam os diversos campos dos saberes, torna-se impossível a eleição de um método específico para explicar esse fenômeno. Transversalmente adotou-se leituras das práticas culturais em momentos de convivências na comunidade, nas quais observou-se a importância da oralidade para os povos indígenas, que há algumas décadas têm buscado não serem apenas objeto de estudo de pesquisadores, mas sujeitos que narram e registram sua própria história; assim, sem negligenciar as “violências epistêmicas que foram impostas aos povos indígenas considerados a-históricos”(BARBOSA; MEZACASA; FAGUNDES, 2018, p. 123-124), justifica-se, portanto a eleição da *Etnografia*, associada à realização de *entrevistas em profundidade e registros fotográficos, além de entrevistas a distância*.

As *entrevistas em profundidade*, na descrição de Porto (2019, p. 143) “possibilitariam o desencadeamento de narrativas mais livres, conseqüentemente a promoção de maior protagonismo dos sujeitos”, além da visibilização de suas vozes (THOMSON, 1997), evidenciando suas cosmovisões, pois “os povos indígenas, sobretudo na América do Sul, elaboraram ao longo dos tempos, complexos sistemas políticos e hierárquicos, sendo a oralidade a mola mestra de transmissão. Pois, para os indígenas as “palavras têm força de lei e são sinônimo de poder político e religioso” (BRINGMANN, 2012, p.11).

Dessa forma, a escolha da entrevista em profundidade teve por resultado o levantamento de uma história do tempo presente *do Turismo* fundamentada em aspectos do passado, levando ao entendimento de que o registro da oralidade requer uma acuidade, conforme adverte Cunha (1997), “as pessoas vão contando suas experiências, crenças e expectativas e, ao mesmo tempo, vão anunciando novas possibilidades, intenções e projetos, tornando-se até difícil separar o vivido do que está por viver. Experiência e narrativa se imbricam e se tornam parte da expressão de vida de um sujeito” (CUNHA, 1997, p. 4-5).

A coleta e o registro dessas narrativas também mobilizam os sujeitos, convidando-os a pensarem fatos que nunca haviam problematizado, com aquela pessoa, naquele espaço, caracterizando-se como uma intervenção. As histórias de vida construídas no espaço da memória podem ser individuais e/ou coletivas, e essas sofrem transformações, flutuações e

mudanças constantes (POLLAK, 1992). Além da coleta de narrativas presenciais realizou-se entrevistas em contexto digital, nas quais também foram inseridos não-indígenas

A *Pesquisa-ação* aconteceu entre o período de 2018 a 2020. E o objeto de estudo convida a pesquisadora a “Subir o Monte” e “conhecer a “Verdadeira História do Brasil” contada pelos Próprios *Pataxó*”, e assim foi feita por diferentes trilhas. Inicialmente construiu-se uma *Etnografia*, em que se levou em consideração as técnicas fundadas pela antropologia de Geertz (1978), o ambiente natural como fonte privilegiada de coleta de dados, sendo a pesquisadora instrumento importante no processo, com a descrição de todas as intervenções desenvolvidas em busca do significado do turismo para os *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte. Os nove encontros imersivos na comunidade renderam coletas de narrativas, registros fotográficos e construção do *Diário de campo*, conforme análises de observações em *lócus* e do material coletado apresentados no quinto capítulo.

A fotografia foi considerada como um potente instrumento de pesquisa, além de explicitar informações visuais, conforme as questões de pesquisas desse trabalho, podendo ser entendida também como um método de registro de narrativas visuais. Na opinião de Guran (2012), a fotografia tem base para se lançar como uma importante plataforma de observação e de conhecimento sobre o mundo social e cultural, revelando-se tanto como expressão de um olhar atento e sensível sobre o mundo visível, quanto suporte de informação e de comunicação.

As entrevistas em profundidades foram dirigidas a professores, guias de turismo, Cacique e demais integrantes da comunidade, essas aconteceram antes da pandemia, o que possibilitou a obtenção de dados da etnohistória e de ações empreendidas no turismo. No redimensionamento da *Pesquisa-ação*, esse procedimento metodológico passou a ser realizado por vias digitais, como da utilização de aparelhos móveis de telefonia, para o acesso ao *WhatsApp*, como principal recurso, por se revelar o mais eficiente para comunicação em tempo real, e o *Messenger do Facebook*, para agregar alguns membros da comunidade que não possuíam *WhatsApp*.

Ainda no processo de redimensionar o projeto, outros sujeitos sociais passaram a compor o corpo de pesquisa – alguns turistas que vivenciaram a experiência *eco-etno-turístico* na aldeia, ampliando significativamente o *corpus* de narrativas e de análises.

A dissertação está organizada em seis partes: Na *Introdução*, trata-se da apresentação das questões investigativas, dos objetivos da pesquisa, justificativas e os caminhos traçados na *Pesquisa-ação* e *Etnografia*.

No capítulo das *Trajetórias: Entre Interioridades e as Dimensões do Mestrado*, apresenta-se parte de sua história de vida da pesquisadora, trazendo aspectos de sua infância,

seus desejos distantes e os realizados, falando de suas ideologias, subjetividades e de suas indagações acerca do turismo *Pataxó* no contexto da Aldeia Pé do Monte.

No capítulo da *História dos Pataxó do Pé do Monte*, descreve-se, por uma linha temporal histórica os povos originários da “Terra de Pindorama”, situando os *Pataxó*, a partir de sua ancestralidade ligada aos *Maxakali*, que denominavam a aldeia onde moram de “Pé de Pedra”, com ênfase nos *Pataxó* do tempo presente.

No capítulo *História do Turismo no Brasil: turismo cultural, eco-etno-turismo*, busca-se definir os segmentos do turismo, a partir de pesquisas teóricas e documentais, com vistas a descrição e análise do turismo desenvolvido pelos *Pataxó* na Unidade de Conservação: Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal, onde se situa a Aldeia Pé do Monte.

No capítulo das *Descrições e análises do etno e eco-turismo na Aldeia Pé do Monte: potencialidades de uma pedagogia para a valorização da pluralidade étnica e cultural*, interpreta-se a organização social, econômica, cultural, educativa e política presente nos saberes e fazeres movimentados pelo *turismo dos Pataxó*, a partir das narrativas dos *Pataxó* da Aldeia do Pé do Monte e de turistas, de registros fotográficos e de entrevistas realizadas presencialmente e a distância e de anotações etnográficas no *Diário de Campo*.

Nas *Considerações Finais*, confere-se ao *eco-etno-turístico* realizado pelos *Pataxó* na Aldeia Pé do Monte o sentido de *epistemologia indígena no âmbito do turismo*, por essa se fundamentar em uma proposição coletiva de *turismo histórico e cultural, ecológico, etnográfico, educativo/pedagógico*, ao tempo em que fomenta uma economia solidária e participativa. Portanto, o turismo como uma organização social, econômica, cultura, educativa e política construída dos saberes e dos fazeres movimentados por esses indígenas.

2 TRAJETÓRIAS: Entre Interioridades e as Dimensões do Mestrado

Vamos às coisas!

(Edmundo Husserl)

Toda a escrita desse capítulo é, em certa medida, uma “catarse”, que do pensamento de Freud, leia-se como um processo de “cura emocional”, sobre a influência de minhas memórias insurgidas do inconsciente nesse processo de pesquisa. Claro que aqui, reelaboradas em atendimento a ética científica. Por ser uma parte de uma “catarse”, tenho a liberdade de escrevê-la na primeira pessoa do singular, sem o desvio total da “objetividade” da academia.

A mulher pesquisadora desse trabalho não está separada da mulher política, sensível, tímida e incansável na luta pela vida, apesar da atenção ao *éthos* da pesquisa acadêmica, não posso negar que sou um ser social, e viver, trabalhar, estudar e pesquisar são para mim atos políticos. Escrever sobre povos indígenas, suas lutas e potencialidades em um país em que o Estado propõe quem deve morrer ou viver em meio a uma pandemia, é um ato de coragem e de denúncia.

Essas digressões sinalizam, em parte, a dificuldade que é falar de mim; trazer parte de minha biografia. A *Pesquisa-ação* na aldeia mostrou-se que as biografias não precisam ser necessariamente de uma pessoa famosa e/ou midiática, que pessoas anônimas são importantes para a história. Então, falarei sobre minha trajetória acadêmica, como cheguei ao programa de mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais, o que me trouxe até aqui e o porquê. Não menos importante, relatarei alguns fragmentos de minha história, um mosaico ainda em construção, cingido por algumas particularidades, da infância à idade adulta.

Mas, uma grande questão ainda persiste como relatar algo sobre uma pessoa que ainda não se entende, que está se descobrindo ou se redescobrindo? Posso afirmar que aos 43 anos estou procurando meu espaço na sociedade, na vida acadêmica e, não menos importante, o de mulher, mãe e mãe de criança com necessidades especiais. Com a insegurança que me é própria, começo a me descrever.

Nascida na cidade de São Paulo, capital, egressa desta cidade com nove meses de idade, fui para o município de Guarapuava, no interior do Estado do Paraná, com meus pais. Hoje uma cidade conceituada e relativamente desenvolvida. Cresci em Campina do Simão, um distrito de Guarapuava, lugar remoto, muito frio e chuvoso, hoje emancipado.

Branca, filha de pais pobres, filhos de imigrantes italianos, russo e tcheco. Entendo que minha gente esteve à mercê do projeto nacional de branqueamento, também fruto das impiedosas dificuldades da guerra que, ainda crianças, meus avós tiveram em seus lugares de origens. Por isso, em busca de um lugar melhor para viver, mesmo sem entender, acabaram chegando e se estabelecendo no Brasil.

Cresci em um ambiente muito simples, meu pai, mesmo não sendo farmacêutico de formação, era dono de uma farmácia na Campina do Simão, distrito de Guarapuava – PR, onde, também, estava instalada uma fábrica de pasta de papel, a antiga FIBRART, às margens do Rio Piquiri, cujo dono, um empresário militar de São Paulo, levou o meu pai para cuidar da saúde desse distrito. Localizado a 70 km de Guarapuava, o lugar era remoto com muito barro e de difícil acesso. Tempos remotos em que não existia saúde pública no local. Cresci vendo meu pai resolvendo as questões de saúde, era o médico da comunidade. Mesmo com sua simplicidade e pouco conhecimento técnico, ele achava formas de ajudar essa população, fazendo partos, suturando, medicando, tirando balas dos corpos afetados pela ignorância e violência do local. Meu pai, por atender essas demandas, era um homem público, respeitado, um bem para a comunidade.

Com cinco anos fui morar na cidade de Guarapuava. Até então, estava no distrito da Campina do Simão, lugar em que, aos trinta e três anos, fui candidata a prefeita. Nesse ambiente fui crescendo e me desenvolvendo como pessoa, de menina à mulher. Só hoje consigo entender minhas angústias e sofrimentos, até então, era uma criança, menina, sem entendimento nenhum, sabia apenas que era pobre e sofria de alguma forma o acúmulo ocasionado por uma sociedade totalmente elitista, machista, homofóbica, racista e preconceituosa. Vivia acanhada e insegura, não tinha lugar nessa sociedade, não tinha espaço fora do meu BNH, onde, minha mãe, uma mulher simples, educou três filhos com sua simplicidade e, muitas vezes, com sua aspereza de uma descendente de russo e italiano. “Aprendi a me virar sozinha”.

Aos 13 anos, já trabalhando em uma farmácia, ganhava muito pouco, no entanto estava aprendendo e tentando uma forma de ser autônoma; comprava as minhas necessidades e me mantinha. Com 15 anos, e já trabalhando em uma grande rede de farmácia local, sentia na pele o preconceito e o nojo que a sociedade para qual eu trabalhava e atendia tinha e tem do pobre.

Quando completei 16 anos surgiu uma lei que dava o direito aos menores com 16 (dezesseis) anos a fazerem seu título eleitoral e votarem. Não sei se a vontade de emancipação e o desejo intrínseco de ser política fizeram com que eu fosse “correndo” tirar esse documento; naquele momento me senti superior e com poder, pois claro, já podia votar em uma comunidade onde eu mal poderia sobreviver.

Aos dezessete anos, encontro um moço inteligente e de boa índole no meu trabalho e que diz ter se apaixonado por mim. Nele, vi a possibilidade de ter uma pessoa legal sem ser humilhada, menorizada e desrespeitada. Esse mesmo moço é pai de meus filhos e meu esposo. Aos 18 anos já vivíamos como casal, contudo, sua família nunca me aceitou, pois seu filho e/ou irmão médico deveria ter se casado com uma mulher rica.

Estando em uma sociedade machista e elitista, como já afirmado, não seriam diferentes meus conceitos, pois essa foi minha existência, foi o que vivi, o que aprendi e o que fazia sentido nas cabeças das mulheres naquela época, mesmo que, no fundo, o que se configuraria em militância política ligada ao Partido dos Trabalhadores já inquietava minha consciência e meu coração.

Não menos importante, rememoro parte da minha vida estudantil e o meu quarto, apesar de muito simples, era forrado de poemas, os quais eu copiava de livros de literatura do meu irmão, que já estudava o segundo grau (hoje ensino médio) as poesias de Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meirelles e demais poetas. Eu as reproduzia em lindos papéis pintados e as colava nas paredes.

Com dezenove anos de idade, em Guarapuava, trabalhava em uma farmácia e estudava. Meu marido, médico, também era secretário de saúde da Campina do Simão, já emancipado por um movimento dos munícipes, do qual fazíamos parte. Nesse momento, resolvemos fazer uma viagem pelo litoral brasileiro e chegamos a Abrolhos – Caravelas (BA).

Em 1998, já vivendo em Caravelas, conheci um grupo Artístico Cultural com qual mantive contato, amizade, muito afeto e carinho até os dias atuais. Com o Movimento Cultural Arte Manha desenvolvi projetos culturais, espetáculos, carnavais e, não menos importante, a militância política ligada ao partido dos trabalhadores na cidade de Caravelas.

Em 1999, com o grupo Cultural Arte Manha, Caravelas – BA participei da primeira experiência do espetáculo “Queima de Arquivo”, uma homenagem a Galdino da etnia *Pataxó Hã-Hã-Hãe* que fora queimado vivo, em violento assassinato, na cidade de Brasília, em 20 de abril de 1997. Identifiquei-me com o social, o político e com a arte que o grupo militava desde a década de 70, especificamente sobre os aspectos de identidade afro-indígenas em Caravelas e no território do Extremo Sul da Bahia, com suas “artes manhas”.

Já aos 22 anos e trabalhando na *Abrolhos Turismo*, primeira empresa a receber e operar passeios de barco para Abrolhos, em Caravelas, por problemas conjugais, políticos e familiares, retornei a Guarapuava, minha cidade natal. E, em Guarapuava resolvi fazer o bacharelado em Turismo, com o intuito de voltar a viver no Nordeste, lugar onde poderia aproveitar essa formação como profissão.

Passados oito anos, e tendo retornado à cidade de Guarapuava, decidi ter meus filhos. Aos 25 anos tive Samuel e, posteriormente, com 28 anos, Francesca, que nasceu com uma síndrome genética denominada “Síndrome de RETT”, doença degenerativa que afeta especialmente bebês do gênero feminino.

Na graduação em Turismo tive interesse acerca da pesquisa na docência do turismo, meu estágio e meu trabalho de conclusão de curso foram desenvolvidos dentro da própria faculdade, quando, na oportunidade, criamos o Núcleo de Turismo das Faculdades Guarapuava também para essa finalidade, (direcionar e orientar alunos que tenham o interesse pela docência do turismo) onde obtive conhecimento teórico e prático sobre o assunto, posteriormente me inseri na Pós Graduação *Latu Sensu* em Filosofia e Sociologia na Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO). Nessa especialização desenvolvi pesquisa e artigo acerca da *Filosofia do Turismo*, que enriqueceram e proporcionaram conhecimentos político e social, agregando-os à militância. Neste mesmo período, fui escolhida, através de convenção realizada pelo Partido dos Trabalhadores, ao qual sou filiada desde os 18 anos, para ser candidata a prefeita do município da Campina do Simão, emancipado há 12 anos, movimento no qual eu colaborei.

A militância conduziu-me a muitas experiências, como participar de grupo de articulação do MST, cuidar de pessoas vulneráveis em assentamentos, mas nunca a trabalhar uma política eleitoreira. Foi então, que passei a conhecer essa face da política brasileira, a eleitoreira, o real objetivo dos políticos e as tramas que os opositores realizam para conseguirem o voto.

Passado esse período e não contemplada com o título de prefeita, resolvi estudar novamente. Ingressei no curso de Agronomia, da Faculdade Campo Real de Guarapuava, e o fiz por dois anos. Contudo, dadas as condições da doença de minha filha, eu e meu esposo resolvemos retornar para a Bahia, mais especificamente Caravelas, pois nesta terra temos silêncio, calor humano e sol, sinto-me em casa e amparada.

O retorno para Caravelas foi em dezembro de 2014, onde me encontro até o momento. Chego à região com sonhos e esperança de bons momentos, de descanso, de paz e, dada as dificuldades que a vida me impôs, pensei “não vou fazer mais nada”. Todavia, a realidade histórica impregnada na consciência sempre a me confrontar. Quando se muda de lugar é apenas o lugar, não se abandona os problemas e as dificuldades... Continuo com as enfermidades de minha Francesca, a luta diária por sua vida, e, conscientemente, em prol da história do povo sofrido que constitui a minha militância e história de vida.

Esse percurso memorialista é para acentuar a importância da minha inserção no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnicas Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Especificamente, quando Itamar dos Anjos, mestre da cultura popular e membro do Movimento Cultural Arte e Manha, apresentou-me o edital do PPGER e me fez acreditar que seria capaz, que teria condições para desenvolver um trabalho de pesquisa-intervenção; observando que através do meu projeto de Filosofia do Turismo, poderia fazer algo em conjunto em uma comunidade tradicional da região, pois ele sabia e conhecia muito da minha militância.

Posso afirmar que Itamar dos Anjos foi o maior incentivador nesse processo, fazendo-me escrever, ler, conhecer, buscar referências que esclarecessem o máximo possível sobre a temática dos povos indígenas, pois, de acordo com ele, desde que coloquei os pés em Caravelas, a questão indígena já me cooptava, a exemplo, as reflexões de 1999 em prol de Galdino.

Imersa nesse desafio, busquei no processo de seleção para o PPGER um caminho para dialogar com a minha militância e com a problematização sobre os povos tradicionais da região. A comunidade escolhida foi a Aldeia *Pataxó* Pé do Monte, pelas afinidades e contatos que já mantinha em virtude do *Arte e Manha* e da parceria com Itamar, dada a credibilidade que ele possui junto à comunidade, seria, portanto um elo para dirimir as dificuldades quanto ao acesso/diálogo com os *Pataxó*. Devo confessar o meu receio, mas, considerando a minha militância e dadas as condições de imersão na comunidade, esse foi dirimido.

Ainda em processo de avaliação para ser aceita no PPGER, participei da *Semana do Índio*, em abril de 2018, organizada pela primeira turma do PPGER/Campus Paulo Freire, estabelecendo outros contatos com pesquisadores e promovendo diálogos sobre o meu trabalho com os *Pataxó* que estavam presentes.

No segundo quadrimestre de 2018, tornei-me parte do PPGER como aluna; os componentes obrigatórios e opcionais foram esclarecedores e, por isso, motivadores para a continuidade da atuação como militante e como propensa pesquisadora a desenvolver um projeto de *eco-etno-turismo* com a comunidade *Pataxó* do Pé do Monte.

Nesse sentido, percebi que o *eco-etno-turismo* poderia ser um fenômeno norteador social em suas práticas educativas, através do turismo desenvolvido na referida aldeia. Do fenômeno do turismo desenvolvido nessa comunidade é importante pensar sob a perspectiva étnica, pois sua particularidade identitária indígena é notória e real, mesmo com a sociedade nacional *tentando apagar suas existências ao longo da história* (PARAÍSO, 1994).

Sendo o turismo uma ferramenta com potencialidade para revelar as diversas expressões culturais dessa comunidade, passei a estabelecer convívios, por meio de encontros

na Aldeia Pé do Monte, os quais oportunizaram experienciar o sensível de estar na comunidade dos *Pataxó*, entendendo e refletindo sobre suas demandas políticas, sociais, econômicas e educacionais; sobre suas lutas e estratégias de resistência. Aspectos as serem apresentados nos capítulos seguintes.

Partindo de minha história e das narrativas de indígenas e de turistas, certamente é hora de apresentar as trilhas, as narrativas indígenas e as demais – teóricas e metodológicas – que constituem essa escrita. Espera-se que essas descrições e análises conduzam o *leitor sensível* e atento a uma *viagem* cheia de sensações, e que nas entrelinhas dessas, seja possível entrar em contato com o poder da memória dos anciãos, com o cheiro e o frescor da Mata Atlântica que acolhem os encantados e todos os animais que ali andam, que aprecie a beleza dos adornos e adereços que os *Pataxó* da Aldeia do Pé do Monte usam para sua proteção, e que ao final de cada “trilha interpretativa” percorrida possa trazer na sua “mochila” saberes e fazeres dos filhos do “Pé de Pedra”. Aceite juntamente comigo o convite dos Pataxós: “Suba o Monte, e venha conhecer a ‘verdadeira’ História do Brasil!”.

3 HISTÓRIA DOS PATAXÓ DO PÉ DO MONTE

Monte alto e redondo no meio da floresta "Itamarabá".

"Monte das araras".

"Monte dos papagaios".

"Nosso pé de pedra".

(Tohõ Pataxó, 01 de julho de 2020).

Busca-se traçar um relato histórico acerca dos povos indígenas, da pré-história ao período colonial, destacando a diversidade étnica da região do descobrimento, na tentativa de visibilizar o que a história convencional geralmente não contempla. As evidências históricas mostram que diversos povos indígenas já estavam nesse território quando as naus portuguesas aqui aportaram. A tentativa aqui, é que se possa compreender que os povos indígenas são os proprietários dessa nação, e que eles eram os protagonistas de Pindorama⁸, até essas terras serem usurpadas pelos colonizadores europeus, posteriormente denominada de Brasil.

3.1 Pré-História e Período Colonial

A presença indígena na região que atualmente abriga a Aldeia Pé do Monte, a Aldeia mais antiga dos *Pataxó* antes “Aldeia Pé de Pedra”⁹, remonta a mais de 5 ou 6 mil anos, neste espaço temporal muitas etnias transitaram por estas terras em seus ciclos de dispersão. Não há ainda pleno conhecimento dos motivos que impulsionaram esses movimentos migratórios, porém observou-se uma predileção por biomas ou regiões de geografia equivalentes a floresta úmida e o vasto recurso alimentar, sendo maiores essas possibilidades em áreas abastecidas por rios e oceano (URBAN, 1992). Para além dessa consideração, é preciso pontuar que Urban (1992) concebe essa região como sendo habitadas por índios *Macro-jês*, das famílias *Maxakali-Pataxó* e *Gren-krenak-botocudo*, num movimento que, provavelmente seguia as cabeceiras dos rios, sendo plausível assinalar que provavelmente seu ponto de origem fossem as nascentes do Rio São Francisco.

⁸Em Pindorama, nome dessas terras antes de ser Brasil, supõe-se que, por volta do século XVI, existiam mais de três mil nações, falando línguas diferentes, com costumes e culturas diversificadas. In: ALBUQUERQUE, A. FRANCISCO, A. SOUSA, M. A. Os Povos Indígenas no Brasil: uma história de resistência. Fortaleza: Editora IMEPH, 2010.

⁹O do nome da mais antiga aldeia dos *Pataxó* - a Aldeia “*Pé da Pedra*” - localizada no sopé do Monte Pascoal. In: PARAÍSO, M. H. B. Amixokori, *Pataxó*, *Monoxó*, *Kumanoxó*, *Kutaxó*, *Kutatoi*, *Maxakali*, *Malali* e *Makoni*. Povos indígenas diferenciados ou Subgrupos de uma mesma Nação? Uma proposta de reflexão. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 4: 173-187, 1994.

Etchevarne (2000, p. 113-114) amplia a discussão quando resolve pesquisar esse movimento através da arqueologia, elaborando documentação de vestígios materiais, afirmando que “em toda sociedade humana tem um marco ambiental no qual concretiza sua existência e que, conseqüentemente, existe um nível profundo de interação entre os espaços naturais e os indivíduos que os ocupam”.

Também interessado em compreender as migrações humanas no Nordeste e o protagonismo indígena pré-colonial, Urban (1992) utiliza-se do método de reconstrução linguístico, observando a profundidade cronológica, descrevendo os ciclos de ocupação das etnias ao longo dos últimos 4000-5000 a. C. Esses apresentados como uma ciranda de etnias pelo vasto território da América do Sul, que é impactada drasticamente com a chegada do colonizador, alterando o equilíbrio existencial dos povos pré-colombianos, extinguindo etnias com suas línguas e sua cultura.

Guidon (*apud* ETCHEVARNE, 2000, p. 118), afirma que a “estratigrafia denota uma sequência de ocupações de grupos pré-colombianos de caçador-coletores no nordeste brasileiro, que vão dos quase 50.000 até aproximadamente 6.000 anos”. Sem a preocupação de descrições tão longínquas, traça-se o período pré-colonial com o objetivo de entender e evidenciar a existência e o protagonismo dos povos indígenas antes da invasão colonial até os dias de hoje e principalmente a presença da etnia Pataxó pertencente ao tronco linguístico Jê na região do “descobrimento”.

Existem no Brasil quatro grandes grupos linguísticos com numerosos membros espalhados por vastas áreas: *Arawak*, *Karib*, *Tupi* e *Jê*. Urban (1992) afirma que no ano de 1500 a costa brasileira era povoada por indígenas falantes do tronco *Tupi*, que haviam migrado recentemente para a região. São passíveis de afirmação que existia também outros grupos menores e ainda as línguas isoladas. Ele ainda destaca a provável ligação entre esses grupos, “dada a também possível ligação histórica entre Tupi e Jê, tratar-se-ia de um grupo genético de *Jê, Tupi e Karib*” (URBAN, 1992, p. 87). O tronco *Macro-Jê* tem muito menos informações que os do tronco *Tupi*, este último contemplado com maiores inquietações de pesquisadores na área.

Etchevarne (2000) usando os critérios de reconstrução histórica dos povos do Nordeste da arqueologia, classifica a história ameríndia em: a antiguidade, o período holoceno, os homens dos sambaquis no litoral, as culturas ceramistas e a arte rupestre. Para o teórico o período holoceno é o do *lascamento*, isto é, do uso da *tecnologia da pedra talhada*, fartamente presente em “grupos indígenas pré-coloniais e em alguns lugares até pouco antes da chegada dos portugueses” (p. 120).

A presença dos *sambaquis*¹⁰ na Bahia é forte. Ao longo das margens dos rios nordestinos foram relatados restos de crustáceos em grandes montes, altos e extensos, constatando a presença humana nesses lugares datadas de 2800 anos ao longo das cabeceiras de rios pelo Nordeste, inclusive em vários pontos do estado da Bahia. (ETCHEVARNE, 2000, p. 125). Já a cultura da cerâmica trouxe a possibilidade de materializar dados, dando oportunidade para reconstruir informações cronologicamente. Esses materiais encontrados são registrados com datas de até 9.000 anos de idade no estado do Piauí.

Segundo Etchevarne (2000, p. 123), constatou-se que na Bahia a partir do século IX identificaram uma produção ceramista bastante uniforme, grupos que foram denominados através de vestígios arqueológicos de Aratu, pois foram encontrados no Recôncavo Baiano, na Baía de Aratu, “103 urnas”, indicando a alta demografia do grupo e de uma permanência prolongada no local, assim como o “tamanho de montes dos sambaquis indicam a permanência a demografia e o prolongado tempo ali permanecido. (ETCHEVARNE, 2000, p. 123).

A tradição Aratu tem uma dispersão territorial desigual no Nordeste, pois sítios da tradição Aratu podem ser encontrados tanto na Bahia, quanto em Sergipe, Pernambuco e sul do Piauí. Etchevarne (2000) mapeou também no Nordeste uma nova tradição ceramista através dos sítios arqueológicos derivados de instalações *Tupi-guarani*, que remete a grupos pluriétnicos que ocupou quase todo o litoral brasileiro em diferentes movimentos migratórios. “Arqueólogos definem sua origem como amazônica e nessa mudança territorial foram instalando-se na faixa litorânea, onde predominava a mata atlântica”. (ETCHEVARNE, 2000, p. 124)

Por exemplo, o Sítio Aratu na Bahia contém cerâmica com características *Tupi-guarani*, o que levou os pesquisadores a cogitar a possibilidade de contatos entre grupos representantes das duas tradições, *Aratu e Tupi-guarani*.

¹⁰Uma das formas de assentamento *sui generis* de certos grupos de caçadores coletores são os sambaquis. Estes constituem grandes acúmulos de conchas de moluscos, de extensão variável, resultado da ação deliberada de um grupo. Segundo alguns pesquisadores, as conchas não são apenas os resíduos da alimentação baseada, principalmente, em mariscos. Para a construção dessas colinas de conchas também houve coleta de espécimes malacológicos, destinados exclusivamente para este fim, haja vista que não foram abertos para extração da parte comestível. Nos sambaquis é possível encontrar vários tipos de vestígios enterrados, como fogueiras, instrumentos de pesca, pontas de projétil, quebra-cocos, sepultamentos, pequenas esculturas em pedra e em ossos de baleia, recipientes cerâmicos etc. Esse padrão de instalação principalmente litorâneo, mas também fluvial, pode ser observado em várias partes do Brasil. Os do estado de Santa Catarina, por exemplo, são os maiores, com conteúdos ricos e variados, além de serem os que melhor se conservaram. Na Bahia existem restos de sambaquis em várias localidades da faixa de influência oceânica, do norte ao sul do estado, onde as condições ambientais são propícias. Conforme cronistas do período colonial existiam sambaquis próximos à cidade de Salvador, desaparecidos em decorrência do seu aproveitamento como matéria-prima para a fabricação de cal, com que se construíram os maiores edifícios soteropolitanos daquele período. Alguns sambaquis foram encontrados na área do Recôncavo Baiano, no entorno de Camamu, no Litoral Norte, e também adentrados sobre o Rio Buranhém, em Porto Seguro. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p. 28-29)

Segundo informações de “índios muito antigos”, os primeiros povoadores eram “tapuias”, ou seja, não-Tupi. Grupos Tupi, chamados Tupinaês, “(...) expulsaram da terra da Bahia e da vizinhança do mar (...)” os preexistentes tapuias. Mas “(...) chegando à notícia dos tupinambás a grossura e fertilidade desta terra se juntaram e vieram de além do Rio São Francisco (...) fazendo guerra aos Tupinaês (...), até que os lançaram fora das vizinhanças do mar (...)”.(SOUZA, 1971, p. 299-300 *apud* ETCHEVARNE, 2000, p. 124)

Os relatos mais convincentes sobre o grupo *Tupi*, que arqueologicamente foram denominados de *Tupi-guarani*, são reconhecidos primeiramente pelo material cerâmico, destoando da cultura cerâmica dos Aratus. Essa diferença é analisada conforme o formato e motivos de decoração dessas peças. (ETCHEVARNE, 2000, p. 122)

As representações mais recorrentes são as de humanos e animais, denominadas de naturalísticas, as de vegetais também são representados com certa frequência, aparentemente pelas posições e movimentos representam a vida cotidiana, essa é a tradição nordeste¹¹. Etchevarne (2000, p.126) afirma que “o território do Nordeste possui um enorme acervo de pinturas e gravuras realizadas sobre um suporte fixo pétreo sejam em abrigos, em paredões tipo cânion ou em afloramentos rochosos. Esses grafismos foram localizados em quase todos os estados nordestinos, com exceção do Maranhão”.

Em Santa Cruz de Cabralia foi encontrado vestígios que apontam ser uma Aldeia *Tupinambá*. Um fragmento cerâmico dessa aldeia foi datado por termoluminescência, proporcionando uma idade aproximada de 400 anos, ou seja, concomitante ao período colonial inicial na região. (ETCHEVARNE, 2000, p. 126)

Esse breve levantamento histórico sobre as populações indígenas na região do Nordeste pretende situar a região do descobrimento no Sul da Bahia como também habitadas e protagonizadas por esses povos, e também situá-los nos momentos antes e depois da colonização, entender que, antes da colonização europeia se instalar aqui, já existia um território habitado por pessoas há milhares de anos que viviam conforme seus contextos e valores.

Em todo o território grupos étnicos diferentes se movimentavam, no litoral os *Tupi* e no interior, os *Jê*, houve várias dispersões em vários momentos. Essas dispersões, em algum momento, fizeram com que grupos do tronco *Jê* se instalassem no interior e em alguns pontos do litoral. (ETCHEVARNE, 2000, p. 130)

Conforme as referências de cronistas e missionários dos momentos iniciais da colonização, sabemos da existência dos Tremembé, no Ceará, e os Aimoré (um dos

¹¹Os trabalhos sistemáticos de muitos arqueólogos que trabalham no Nordeste, nesse campo da Arqueologia, permitem hoje reconhecer unidades estilísticas que foram denominadas de tradições. In: ETCHEVARNE, C. A Ocupação Humana do Nordeste Brasileiro antes da Colonização Portuguesa. Revista USP. Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira. 2000.

grupos conhecidos por Botocudo), na Bahia. Posteriormente, serão registrados, na região da mata litorânea do sul nordestino, outros grupos não-Tupi como os pertencentes à família linguística dos Maxakali, Kamacã e Pataxó. (DANTAS et al. *apud* ETCHEVARNE, 2000, p. 130)

A hipótese de Paraíso (1994, p. 173), a partir de observações sistematicamente desenvolvidas ao longo de anos de pesquisas sobre a história dos grupos indígenas dos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, é que os *Pataxó* e os *Maxakali* compõem um subgrupo de uma mesma nação. Ela explica que foi possível ter uma ideia mais apurada de como os *Pataxó* e os *Maxakali* estavam presentes no período dos colonizadores, por esses serem enquadrados como *Tapuias* no vocabulário *Tupi*, ou seja, diferentes dos *Tupi* que habitavam ao longo da costa desse território; apresentando uma série de dados que atestam a presença indígena:

Nos sertões de Alcobaça era possível encontrar Pataxó e Maxakali, no rio São Mateus viviam os Pataxó, Kumanoxó e Maxakali. Enquanto na floresta de Mucuri identificaram a ocupação de Makoni, Malali, Capuxo, Kumanoxó, Maxakali e Panãme, Itanhém, Vila do Prado e matas do Jucuruçu eram habitados por Pataxó e Maxakali”. Essa quantidade de nomes ocorre devido ao afastamento dispersivo dos bandos em diversos momentos de crise vivenciados após a invasão dos “brancos” em seus territórios e da guerra movida por e contra os Botocudo. (PARAÍSO, 1994, p. 179).

A retomada da identidade em termos mais amplos, como hoje ocorre com os grupos conhecidos como *Maxakali* e *Pataxó*, está diretamente relacionada com a contração do território de que dispõem, após o seu aldeamento, pelo Serviço de Proteção aos Índios, ainda segundo Paraíso (1994, p. 184), “a questão identitária dos *Pataxó* e *Maxakali* foi primeiramente através do aldeamento compulsório, o confinamento em áreas restritas fez com que passassem a predominar duas identidades: *Maxakali* e *Pataxó*”. Já que esses não sabiam a origem de suas identidades.

Pode-se analisar, através dessas informações, que esses indígenas são grupos de caçadores e coletores, seus rituais, suas línguas faladas, suas vivências, seus modos de se organizarem são parecidos. Considera-se também que as formas de se agregarem quando da necessidade de lutar e de buscarem segurança fizeram com que se tornassem grupos aliados. Outro aspecto, não menos importante, as rotas similares que ambos faziam, desde suas cabeceiras de rios do interior até chegarem a Porto Seguro.

Segundo o mapa étnico de Nimuendaju, os grupos *Tupi* se instalavam em toda a costa litorânea, os grupos nativos do tronco *Macro-jê* estavam concentrados na região oeste, com alguns grupos na região de Mucuri. Os *Tupi* estavam distribuídos do Rio de Janeiro até a Bahia. Igualmente, Paraíso (1994) considera os grupos e subgrupos *Tupi* estavam aqui no momento da

ocupação europeia que viviam no litoral encontrados na época eram os *Tupiniquim* considerados inimigos dos *Tapuia*. Todos os que não eram da família *Tupi* eram considerados *Tapuia* ou os “bárbaros”.

Os Kamakã - Mongoió foram localizados entre os rios de Contas e Pardo, embora haja referências à presença desse grupo nos rios Peruípe, Itanhém e Mucuri; mas tudo indica que esses pequenos grupos, conhecidos por Mongoió e Canarins, teriam sido deslocados e aldeados nesses locais para serem usados como combatentes e defender os nascentes povoados de Nova Viçosa, Caravelas e São José de Porto Alegre (atual cidade de Mucuri) dos ataques dos chamados índios bravios que viviam nas matas interioranas.

Os Pataxó/ Patacho foram contatados entre o rio de Contas, Pardo, Jucuruçu, Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Itaúnas. Os Monoxó/ Manaxó/ Mapoxó/ Momaxó/ Maxakan/ Makaxó, no baixo Jequitinhonha, Mucuri e Doce. Os Kumanoxó/ Cumanachó/ Comanaxó localizavam-se entre os rios Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus. Os Kutaxó/ Cotoxó foram encontrados entre os rios Pardo, Jequitinhonha e Doce. Os Kutatoi, a nordeste da Capitania de Porto Seguro, particularmente no vale do Jucuruçu. Os Maxakali/ Machacalizes/ Machacaris/ Macachacalizes/ Malakaxi/ Malakaxeta, nos rios Jequitinhonha, Itanhém, Jucuruçu, Mucuri e Doce. Os Malali/ Malalizes, no curso médio dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Doce. Os Makoni/ Maconés/ Macunins/ Makuinins/ Maquaris/ Bakoani/ Maconcugi, nas bacias do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Doce e os Kopoxó/ Copoxó/ Gotochós, entre o rio de Contas, Jequitinhonha, Mucuri e Doce. Os Panhame/ Bonito/ Bonitó, localizavam-se no Jequitinhonha, no Mucuri e no Doce. (PARAÍSO, 1998, p. 43)

Nascimento (1984) a partir da leitura da obra de Paraíso (1994) considera que o nome da aldeia mais antiga dos *Pataxó* – a aldeia “Pé da Pedra”, afirmando que os *Maxakali* sempre tiveram uma aldeia chamada *Mikrax Kakax* (Pé da Pedra) que é construída aos pés das grandes montanhas, que pode ser ao pé das cordilheiras rochosas da região de Itamaraju. Dado o exposto podemos inferir que o Monte Pascoal pode ser território de aldeias *Maxakali*, e em decorrência das diversas dispersões, o Pé do Monte, que é um lugar de memória ancestral indígena, que se alinha a aspectos da memória e da identidade do povo *Pataxó*. A grande diversidade de grupos *Macro Jê* nessa área é explicada por Urban (1992) da seguinte maneira:

É interessante o fato de ter ocorrido, historicamente, uma concentração de línguas Macro-Jê na parte leste do Brasil, desde o Rio de Janeiro até a Bahia. Essa poderia ser a zona de origem do Macro-Jê, uma especulação que poderia ser iluminada por reconstruções das relações internas entre as famílias Macro-Jê nessa área (Maxakali, Botocudo, Puri e Kamakã). Se forem apenas remotamente relacionadas umas às outras, esta seria uma área de grande diversidade linguística para o grupo Jê e, assim um possível local de dispersão ocorrida há 5 ou 6 mil anos. É importante notar que o Macro-Jê está possivelmente relacionado ao Tupi e talvez também ao Karib. (URBAN 1992, p. 91)

Essas reflexões também servem para constatar a dificuldade de se fazer uma genealogia da identidade *Pataxó*. Ao que tudo indica, os indígenas hoje autodenominados *Pataxó* são descendentes de diversos grupos que habitavam a região e que, por dinâmicas pré-colonial,

colonial e pós-colonial, acabaram por se mesclar e, em algum momento de fase mais recente, elegeram o etnônimo *Pataxó* como elemento identitário.

Deve-se levar em consideração que as pesquisas sobre o Período Colonial, estão restritas a visão do próprio colonizador, pois foram eles os primeiros escrivães e catalogadores desse espaço no período de “invasão”. Isso sugere afirmar que foi um olhar eurocêntrico que desconsiderou o protagonismo dos povos indígenas, conforme confirma Porto (2006), há poucas informações sobre os povos *Macro-jê* que por muito tempo foram nomeados de forma genérica como *Aymoré*, devido à escassez de material etnográfico.

A informação mais esclarecedora que se tem é uma das hipóteses sustentada por Teófilo Otoni – de que a região compreendida pelo sul da Bahia, leste e nordeste de Minas Gerais e o Espírito Santo, dominada pelas grandes bacias dos rios Doce, Mucuri, Jequitinhonha, Pardo e de Contas, tenha sido a região original de concentração dos grupos do tronco Macro-Jê. Seriam os povos Puri, Kamakã, Maxakali e Pataxó. (PORTO, 2006, p. 31)

Com relação a Capitania de Porto Seguro englobava as terras do que hoje é conhecido como extremo sul baiano (do município de Porto Seguro até o município de Mucuri). A região da antiga Capitania de Porto Seguro era uma região geograficamente rica, sua densa mata com muitas madeiras, as ricas bacias hidrográficas, terras férteis para o plantio e criação de animais, especiarias e alimentos. Entretanto, a densidade da Mata Atlântica, o relevo com as falésias com a difícil penetração efetiva da terra, essas e outras contradições fizeram com que a capitania se encontrasse com dificuldade de expansão: apesar de ser um lugar rico, existiam as dificuldades locais, por esse motivo os colonizadores dependeram dos indígenas para conseguirem desbravar os sertões. A superação desses obstáculos exigia medidas políticas concretas e condizentes com a realidade geográfica, social e cultural daquele espaço.

No dia 27 de maio de 1534, Pero do Campo recebeu do rei d. João III a Carta de Doação da Capitania de Porto Seguro.

Assim como os demais donatários da América portuguesa, Pero do Campo poderia repartir para seu uso uma sesmaria de 10 léguas de terra ao longo da costa e ainda vender um determinado número de cativos da terra (índios escravizados); mas seus maiores rendimentos seriam oriundos dos impostos cobrados pela Coroa portuguesa, dos quais retiraria 1/20 do pau-brasil extraído, 1/10 da dízima paga pelos colonos, 1/2 do imposto cobrado sobre a atividade pesqueira, 1/10 dos direitos pagos à Ordem de Cristo sobre a barca e a passagem nos rios, assim como sobre os moinhos de sal, de águas e engenhos. Cabia-lhe o dever de criar vilas e povoações portuguesas, de repartir para pessoas de qualquer qualidade as terras da capitania na forma de sesmarias, de guardar e conservar o monopólio régio sobre o pau-brasil, o sal e demais especiarias e de zelar e fazer cumprir a soberania portuguesa no território sob sua jurisdição. (CANCELA, 2012, p. 45)

Pero de Campo Tourinho foi o primeiro capitão donatário da Capitania de Porto Seguro. Por volta de 1587, o cronista quinhentista Gabriel Soares de Sousa retratou um perfil positivo do donatário, afirmando que era um “homem nobre, esforçado, prudente e muito visto na arte do marear.”¹² (SOUZA, 1587*apud* CANCELA, 2012, p. 43)

O sistema de capitanias foi instalado a partir da década de 1530, essa norma garantia os domínios coloniais, surgindo como estratégia da coroa Portuguesa para não correr o risco de perder o domínio para outras nações europeias. Todavia a decadência de Tourinho não demorou a se apresentar, as contradições das alianças entre europeus e indígenas, pois com o sistema implantado, a forma compulsória do trabalho indígena, sobretudo a aculturação e exploração, fez com que a aliança de europeus e indígenas começasse a se arruinar. Com esses fenômenos, os indígenas começaram a perceber que, na prática, as alianças só favoreciam aos portugueses.

O donatário foi o responsável pela instalação das primeiras expedições escravagistas que subiram os sertões de Porto Seguro à procura de indígenas cativos para serem resgatados e vendidos, no litoral, como escravos. Essa demanda começou a causar revolta entre indígenas, colonos, religiosos, e os mais importantes da Vila de Porto Seguro, donde Tourinho acabou sendo denunciado à Santa Inquisição em 1546. Em 1547, e enviado “preso a ferro” para Portugal.

Nesse momento a Capitania ficou sob o regime da Coroa, segundo Francisco Cancela (2012, p.50), com o afastamento de Tourinho, instalou-se uma crise política diante da ausência de pessoa ou instituição que incorporasse o papel de administrar Porto Seguro. Em 1550 e 1554, Duarte de Lemos governou Porto Seguro como capitão interino, com a clara orientação política de estimular a conquista dos sertões e mediar os conflitos entre os colonos e os grupos indígenas.

A ausência de um centro de poder administrativo estável na Capitania de Porto Seguro devido à crise de sucessão instalada por 200 anos fez com que se instalassem problemas de ordem administrativa. Para instalar os empreendimentos coloniais daí resultantes, colonos e capitães donatários tiveram que sobrepor a soberania e o domínio lusitanos aos territórios tradicionalmente ocupados por inúmeros e diversificados povos nativos. (CANCELA, 2012).

Entre as três primeiras décadas da Capitania, as relações entre colonos, indígenas, agentes militares e de poder ainda viviam em aparente paz com o sistema de benfeitorias, necessitando do trabalho indígena. Em outras palavras, isso se deu de forma relativamente menos violenta do que após o sistema de capitanias, quando as expansões agrícolas começaram

¹²SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typografia de João Inácio da Silva, 1879, p. 54.

a se solidificar e os colonizadores começaram a sentir a necessidade de mão de obra extensiva para as necessidades mercantis da coroa. (CANCELA, 2012)

Assim, os colonos iniciaram uma verdadeira caçada à mão de obra indígena para garantir o início e a expansão da atividade agrícola, tendo como grande novidade desse momento a generalização da escravidão indígena que, segundo Paraíso (1994, p.185-186), “passou a ser massiva e os aprisionados começaram a ser destinados, na sua quase totalidade, à implantação da efetiva ocupação e colonização do Brasil, baseadas, preferencialmente, na produção agrário-exportadora açucareira”.

Nesse período, as relações interétnicas entre os grupos indígenas e colonos começaram a ganhar outra roupagem, grupos *Tupiniquim* começaram a sentir a violenta mudança nos seus costumes, grupos de guerreiros foram sendo usados para guerrear e capturar escravos, negros eram trazidos como cativos em troca de mercadorias europeias, assim como os negros, grupos indígenas rivais de etnias diferentes foram usados para capturar o inimigo para serem escravos da coroa.

Com esse cenário violento, os *Tupiniquim* começaram a não aceitar mais pacificamente o posicionamento da colônia gerando assim uma série de rebeliões Tupiniquins contra a coroa. Com a escassez da mão de obra escrava no litoral, colonos começam a adentrar os sertões em busca de cativos, através de outros grupos indígenas rivais. Nesse caso, os *Macro-jê*, ou seja, os *Tapuia*, esses não se afeiçoaram com o sistema de trabalho imposto pelo português, por isso foram retratados como bárbaros, hostis e antropófagos, causando serias devastações nas colônias na costa litorânea, atacando e destruindo tudo o que encontravam pelo caminho (CASTRO, 1992, p. 37).

Essa política ocasionou vários tipos de rebeliões, revoltas e destruições. Com isso a Capitania ficou com dificuldades de mão de obra e até mesmo novos colonos não queriam ir para essa localidade. Assim, a capitania foi perdendo seu poder, até que essa empresa colonial se reduz a uma simples povoação portuguesa.

A decadência dessa capitania levou a corte a pensar em novos rumos, Cancela (2012, p. 64) informa que, “ao tentar estabelecer uma ordem colonial mais estável, a Coroa portuguesa instituiu, através do *Regimento do Governador e Capitão General Tomé de Souza*, uma política específica para o relacionamento dos colonos para com os povos indígenas”. Nesse momento a coroa classificou os nativos da América em dois grandes grupos; de um lado, os índios que “estiveram sempre de paz” e que “vivem em companhia dos cristãos e os ajudam”; do outro, os

índios que “se levantaram e fizeram guerra” e que “destruíram as fazendas e fizeram mal aos cristãos”.¹³

Esse regimento durou todo o período colonial, onde o principal objetivo foi estabelecer a legalidade da escravidão indígena. Assim foi aplicada a lei da *Guerra Justa*¹⁴, em que poderia ser usada violência sobre grupos denominados “sem fé”, sem condições de acordos com os cristãos europeus, homens de “fé e de Deus”. Essa justificativa fez com que a escravidão indígena e as violentas formas de relações fossem validadas perante a sociedade. Até hoje essa imagem reflete na comunidade nacional através do racismo e preconceito para com os povos indígenas desse território. (CANCELA, 2012).

O deslocamento desses índios para povoações próximas às vilas portuguesas acabou contribuindo para a formação de uma das instituições mais importantes da conquista e colonização da América, que ficou conhecida na historiografia como aldeamento. Os aldeamentos representavam a própria “realização do projeto colonial”, pois garantiram à conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia. (CANCELA, 2012, p. 162)

Nesse momento surgem os Jesuítas, com a finalidade de organizar e repor a ordem na colônia, que não se encontrava em harmonia com o projeto de expansão colonial. A pregação cristã tinha como objetivo a conversão desses seres desgarrados, além da substituição de suas línguas maternas pelo português, em certo momento foi totalmente proibido aos nativos se comunicarem através de suas línguas, sendo punidos sobre pena de leis, a distribuição de mão de obra dos aldeados também era função desses catequizadores, donde resultou insatisfações por parte dos colonos gerando desconforto nessas relações levando ao afastamento dos Jesuítas dos aldeamentos. Todavia, os conflitos continuaram e foi insustentável aos ataques dos índios às comunidades, após duas décadas os Jesuítas retornam a Capitania em 1621. (CANCELA, 2012, p. 73)

O sertanismo foi atividade expressiva e rentável na Capitania de Porto Seguro. Em busca de ouro, pedras preciosas, minérios e novas descobertas. Quando os colonos sertanistas¹⁵ se depararam com uma mata grande e densa, com vários grupos indígenas, e variadas etnias,

¹³FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. Constituição Prévia do Estado do Brasil. Coleção Documentos de Salvador. Salvador: Selo FGM, 1999.

¹⁴A guerra justa aos índios americanos foi inspirada na experiência portuguesa de luta contra os mouros durante o período medieval. (CANCELA, 2012)

¹⁵ Dentre as sagas de “sertanistas” e bandeirantes tem-se Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Pais, Manuel Borba Gato, Henrique da Cunha Gago, Bartolomeu Bueno da Silva – o “Anhanguera” – e Manuel Preto, alguns dos grandes escravizadores de índios assim como Domingos Jorge Velho, responsável por massacrar o Quilombo dos Palmares. (MILANEZ, 2010, p. 43)

mesmo não sendo a mineração o ofício que mais trouxe expansão econômica, os sertanistas se viram satisfeitos em encontrar tais nativos. Isto era a oportunidade de negociação com índios ‘mais mansos’ e o resgate de prisioneiros escravos, assim originando a denominação índios “de corda” (CANCELA, 2012, p. 81-82).

Com todo esse clima de desconforto social, essas questões acirraram com uma grave crise econômica. E, estando o antigo regime em decadência, a colônia resolveu fazer redefinições no sistema colonial, diretrizes demonstram o pensamento dominante na corte portuguesa sobre o desenvolvimento do comércio colonial e sobre o lugar das populações indígenas naquele contexto.

As medidas reformistas se assentaram em três pilares: a defesa do território, a expansão econômica e o fortalecimento do poder central. A conquista territorial dependia da apropriação dos conhecimentos nativos. “De acordo com as ordens da colônia os índios aliados da capitania deveriam ser incorporados à sociedade colonial por meio da “inviolável” observação do Diretório dos Índios de 1757”. (CANCELA, 2012, p. 19)

Paraíso (1998) adverte que essas leis e diretrizes não foram incorporadas por completo, levando em consideração os modos de vida que esses sujeitos se encontravam no momento, a realidade era mais infame que o imaginado, colonos e autoridades traduziram as Diretrizes para a realidade local:

Com tal medida, asseguraram a criação de seis novas vilas de índios (Prado, São Mateus, Belmonte, Viçosa, Porto Alegre e Alcobaça), disponibilizaram maior oferta de mão-de-obra, ampliaram a produção agrícola e articularam definitivamente a região do extremo sul da Bahia ao circuito do comércio colonial. Assim, apoiados na execução da política indigenista pombalina, os luso-brasileiros lançaram a base para a redefinição dos rumos da colonização de Porto Seguro. (CANCELA, 2012, p. 20)

Na verdade, o Diretório constituía-se em um projeto que englobava várias questões no campo civil, militar, religioso, econômico, político e administrativo. Essa característica pode ser identificada nos noventa e cinco parágrafos que tratam de temas como civilização dos índios, distribuição de terras para cultivo, formas de tributação, produção agrícola e comercialização, descoberta e coleta de espécies nativas, relações de trabalho entre índios e moradores, edificação de vilas, povoamento e manutenção de povoados através dos descimentos de índios, presença de brancos nos aldeamentos, relações que deveriam ser mantidas entre os dois segmentos sociais, casamentos mistos e a definição da figura do Diretor dos Índios. (PARAÍSO, 1998, p. 108-109)

Segundo Cancela (2012, p. 19-20), o projeto reformista elaborado pelo reinado de D. José I redimensionou os rumos da colonização naquela região, o Diretório na verdade era uma arma forte na política assimilacionistas brasileira. Dentre as inúmeras medidas destacam-se: a extensão da vassalagem aos índios, a substituição dos missionários por párocos, a transformação das aldeias em vilas, a introdução de administradores temporais, a obrigação do uso da língua portuguesa, a transformação dos indígenas em pagadores de impostos, o incentivo

ao casamento com brancos, o estímulo à ocupação dos cargos da governança local e o fomento à produção agrícola autônoma.

A ideia do indígena como aliado a ser conquistado e um povo que ia se firmando como dominante fez com que o indígena passasse a ser encarado como população que seria a base para a aplicação do novo programa de administração, pois o diretório refletia o pensamento dominante da Europa naquele momento, ficou explícita a necessidade de eles passarem da condição de “ser natural” para a condição de “ser social”.

A avaliação dos interesses indígenas não chegava a ser considerada, o que provocou graves prejuízos a essas populações. Fazer os indígenas compreenderem a importância das atividades agrícolas era uma das tarefas do diretor, considerada como das mais relevantes. Aqui, civilização é sinônimo de habilitação do trabalhador indígena, concebido a partir do modo de produção dominante da sociedade colonial. Porém, a política Pombalina também teve seu momento de decadência, a inserção forçada de vários grupos étnicos com diferentes costumes, a escravidão, a imposição de salários irrisórios, a falta de alimento em seus territórios fez com que a fome e a miséria chegassem à política pombalina, fazendo com que sua estrutura administrativa também atingisse a decadência. Fugas e deserções por causa dessa violência começaram a fazer parte da rotina ocasionando a falta de mão de obra, colocando em risco a expansão econômica colonial da época.

De acordo com documentação colonial, o período de maiores transformações na Capitania de Porto Seguro foi o da segunda metade de 1700. Já a autora Paraíso (1998) salienta que as sociedades indígenas também não eram sociedades estáticas, nem viviam em completo isolamento entre si. Eram dinâmicas, como todas as sociedades humanas, por incorporarem experiências históricas a partir da sua organização sociocultural e, dentre essas, não devem ser ignoradas as relações sociais estabelecidas entre as várias sociedades indígenas que ocupavam o que posteriormente veio a se constituir em território brasileiro antes da chegada do colonizador.

Os movimentos migratórios e as experiências resultantes também não devem ser ignorados, pois constituem a base da individualização dos vários grupos e nações indígenas ao longo dos muitos séculos em que se dispersaram pelo território americano. Submetidos a várias formas de violência, a luta contra a colônia pelo seu legítimo espaço, a escravidão, a catequização, a violação sexual, são exemplos comuns, a violência física e psicológica que passou a fazer parte do cotidiano desses povos, com a desculpa de serem segundo Viveiros de Castro (1992, p. 37) “almas inconstantes e selvagens”, “seres sem fé, sem lei e sem rei”,

necessitados de doutrina e catequização necessária para uma rígida política de assimilação cultural.

Sobre os Pataxó, há o relato do príncipe alemão Maximiliano de Wied-Neuvied, que pesquisou as populações indígenas do sul da Bahia entre 1815 e 1817, o qual segue citado por Porto (2006):

(...) os Pataxó eram mais altos e mais esguios em relação aos Botocudo e aos Puri. Os cabelos eram soltos, cortados na nuca e na testa, raspado no meio da cabeça, mantendo apenas dois tufo, um atrás da cabeça e outro na frente. Faziam comumente um orifício no lábio inferior, colocavam por ele um pequeno pedaço de bambu fino, cujas extremidades eram pintadas de vermelho com urucum. O expedicionário sinalizou também que os Pataxó não tinham nenhuma aparência extraordinária e nem eram desfigurados, comparando-os com os Botocudo. Acrescentou que eles eram mais numerosos e guerreiros que os demais grupos Macro-jê e que eram rivais dos Botocudo. (PORTO, 2006, p. 33)

Entre os séculos XVII e XVIII, enquanto na costa litorânea a administração da capitania de Porto Seguro estava se estabilizando administrativamente, tentando formas de se manter organizada, implantando novas diretrizes, aldeando, índios *Tupiniquim* para serem catequizados, assimilados e mesmo escravizados, os índios do grupo *Macro-jê* ainda se mantinham libertos nos sertões da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

Nesse momento a Coroa começa a intensificar a agricultura nos sertões, montando posto, quartéis nessas regiões ainda isoladas, mais precisamente nas bacias dos rios onde habitavam esses pequenos bandos de famílias Jê. Essas fortificações são os primeiros documentos registrados sobre os *Pataxó* da Bahia. Tiveram como objetivo a apropriação de territórios desses nativos para a implantação e expansão da atividade agrícola. A partir da implantação desses postos foram desencadeados vários ataques por parte dos índios para defenderem seu espaço e dos próprios colonos com o objetivo de capturar os “selvagens”.

Entre o final do século XV e XVII, houve vários episódios violentos contra os índios que viviam naquela região. O ataque de 1810 e 1812 quando os índios das regiões da Colônia e de Prado, entre eles, os *Pataxó* resistiram à abertura da estrada entre Minas Gerais e o Sul da Bahia e foram duramente combatidos.

Nessa época, pesquisadores estrangeiros começam a se interessar pela região, registrando a presença desses indígenas nesses locais, no período de 1815 a 1817. De acordo com o relato do viajante Maximiliano Wied-Neuwied (1817), “os Pataxó e outros povos já viviam nas margens do rio Mucuri. Havia semelhanças de linguagens e costumes entre os Pataxó e os Maxacali”. Afirma Porto (2006, p. 35) que o príncipe “Maximiliano de Wied-Neuwied em 1817 e em 1819 Karl Friedrich Philipp Von Martius viajantes e pesquisadores

alemães, localizaram os Pataxó nas margens dos rios Cachoeira e Gongogy, e mais concentradamente na serra do Mundo Novo, que posteriormente abrigaria o Posto Indígena Paraguaçu. Afirmaram os viajantes que, desde 1806, os capitães-mores de Conquista utilizavam os índios *Kamakã* para combater os *Pataxó e Botocudo*”. Contudo, os indígenas faziam resistência e reagem com violência a essas frentes expansionistas.

3.2 Império e República, fogo de 1951 e retomada

André Rego (2017, p. 24) afirma que, “no período imperial a partir de 1830 principalmente na década de 1850, os indígenas tiveram forte impacto com a questão fundiária, passou a valer a ‘Lei de Terras’”, que influenciou em diversos sentidos na vida dessa população. As leis que se embasaram nessa legislação passaram a entender que as terras dos índios considerados miscigenados (ou misturados) com a população nacional deveriam ser consideradas devolutas.

Havia, portanto, a imposição de que essas populações se anulassem como povos autóctones, descaracterizando suas identidades, conseqüentemente que essas não tivessem o direito a suas propriedades e seus territórios, tirando deles o que é mais sagrado para suas sobrevivências, seu território. Rego assegura que:

Nesse caso, manejava-se a ideia de miscigenação, a partir de conceitos cristalizados ou, em termos atuais, essencializados de cultura: aos povos indígenas que reuniam décadas e, por vezes, séculos de contatos com a sociedade colonial ou nacional, negava-se o direito à indianidade definida a partir de um rico processo de reconstrução identitária e cultural; negando-lhes a identidade indígena, se lhes vedava o direito ao patrimônio indígena. Ainda que se previsse a reserva de lotes de terras para membros dessa comunidade (classificados como remanescentes ou índios misturados), a revogação do patrimônio indígena retirava o que ainda havia conseguido permanecer de comunal no uso desses territórios. (REGO, 2017, p. 24)

Na metade do século XIX, chegou a ser oficializada através de documentos, a inexistência de línguas indígenas. Uma das conseqüências nefastas dessa pseudo-ideia foi a de que inexistiam indígenas na região da antiga Capitania de Porto Seguro.

A partir de 1840 houve a criação da Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri (Cia. do Mucuri), que, no período, era administrada por Honório Benedito Ottoni e Teófilo Ottoni, classificando as aldeias indígenas que viviam do norte de Minas Gerais ao Sul da Bahia entre eles os *Pataxó*. Em 1861 o governo da Província da Bahia, Antônio da Costa Pinto criou a aldeia no rio Corumbau, entre Prado e Porto Seguro, para ser ocupada pelos Pataxó “pacificados”. Na época essa aldeia foi nomeada de Bom Jardim, tempos depois os indígenas a

nomearam de Barra Velha. Esse território foi ocupado por 500 indígenas de diversas etnias da região. “O povo Pataxó conseguiu, no isolamento geográfico – pois a região era de difícil acesso – viver certa autonomia, explorando os ricos manguezais junto à foz do rio Corumbau e às extensas matas nas bacias dos rios Corumbau e Caraíva, e toda a área circundante ao Monte Pascoal”. (PORTO, 2006, p. 36)

Em 1870/1875 instalou-se a Colônia Nacional de São Pedro de Alcântara, hoje Ferradas. Nos períodos desde 1890 a 1926, houve o combate entre índios Pataxó e trabalhadores de fazendas de cacau em torno do rio Pardo. Em 1910 os *Pataxó* e *Kamakã* revoltados com os plantadores de cacau que avançavam em suas áreas, desalojam núcleos de plantadores, o que provocou a ira dos grandes cacauzeiros que contrataram chacinadores para dar cabo desses povos, grande número de *Pataxó* e *Kamakã* foi exterminado ou desapropriado de suas terras (PORTO, 2006).

As técnicas dos colonos eram infalíveis diante das condições dos grupos indígenas, que, apesar de serem guerreiros e fortes combatentes, não se utilizavam de armas de fogo como faziam os colonizadores. Além disso, roupas e objetos contaminados por doenças trazidas pelos europeus e o envenenamento de suas nascentes eram as formas de extermínio utilizadas por esses grupos.

Em 20 de junho de 1910, criou-se, através do decreto nº 8.072, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN). Em 1918, tornou-se apenas o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)¹⁶. “O primeiro aparelho de poder governamental instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder” (LIMA, 1992, p. 115). No entanto, como aponta Rejane Cristine Santana Cunha (2010), o SPI agiu de forma indevida, buscando um processo de assimilação da população indígena violenta.

Em 1926 foi demarcada uma área próxima a Ilhéus para os *Tupinambá* e *Pataxó*, o Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. A Reserva Caramuru-Paraguaçu abrangeria parte dos municípios de Pau-Brasil, Camacã e áreas vizinhas ao município de Itapetinga, pertencentes à região de Itabuna e Ilhéus.

Por reação dos fazendeiros, que até hoje interferem nos territórios indígenas, em 1937 essa área teve sua extensão original reduzida de 50 léguas quadradas para 36.000 hectares.

¹⁶Serviço de Proteção ao Índio - Em 1910, atendendo às pressões de intelectuais e de personalidades estrangeiras, o governo decidiu criar um serviço de apoio às populações do interior, o Serviço de Proteção aos Índios, orientado pelos ideais do marechal Rondon. No entanto, esse órgão transformou-se numa grande máquina oficial de pacificação e exploração das comunidades indígenas. LIMA, A. C. S. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: História dos Índios no Brasil. CUNHA, M. C. (Org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Essa reserva passou a ser administrada pelo Serviço de Proteção ao Índio, que resolveu juntar esses Pataxó com outros grupos indígenas de outras etnias que viviam escoraçados de seus territórios por fazendeiros e colonos. Eram grupos de índios Tupiniquim (índios de Olivença), Botocudo, expulsos da aldeia de Santa Rosa, perto de Jequié, Mongoió e Kamakã, do sul e do sudeste baianos. Foi estabelecido que os índios que nascessem na Reserva Paraguaçu-Caramuru passariam a ser denominados de Pataxó Hã-hã-hãe, para diferenciar-se dos demais povos indígenas da Bahia. (PORTO, 2006, p. 38)

Em 1950, já existiam 500 fazendeiros instalados no local designado para os *Pataxó HãHãHãe*.

Diante de uma corrente positivista, os encarregados do SPI acreditavam que o contato com a sociedade envolvente proporcionaria ao índio uma evolução natural para o “mundo civilizado”. Tal procedimento nos é relatado por Dona Maura, uma índia Pataxó-hã-hã-hãe, que rememora os tempos da política de assimilação praticada pelo órgão protecionista da Bahia, no Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Suas lembranças evidenciam a tentativa do SPI em “civilizar” os índios capturados, em meados da década de 1940. (CUNHA, 2010, p. 37)

Esta situação demonstra uma contradição entre o que o órgão pregava e as ações implementadas, essas privilegiavam os fazendeiros locais e violentavam a tradição dos povos indígenas que, em tese, deveria ser respeitada. Esse contato direto com a sociedade impôs a esses sujeitos um processo de adaptação a uma nova forma de produção e de consumo. Essa situação também ocorreu no território *Pataxó* da Aldeia Mãe Barra Velha, como alega Cunha (2010):

Tais práticas contribuía para a condição de miséria dos índios que viviam na Aldeia Barra Velha, pois a exploração de madeira, por parte dos serralheiros, já adentrava as matas e provocava avanços e exploração da fauna e flora em território Pataxó, dificultando a sobrevivência dos índios com os recursos naturais da mata que compunham sua área territorial. (CUNHA, 2010, p. 40)

Circunstância que colocaram os *Pataxó* numa situação instável em que os madeireiros ignoravam que aquelas terras pertencessem àqueles povos e por falta de atuação do SPI naquela localidade levou a um longo processo de luta que resultaria na luta armada “O Fogo de 51”. (CUNHA, 2010)

Preocupados com o fato das demarcações, a comunidade se reúne decidindo que o Capitão da Aldeia, Honório, iria para o Rio de Janeiro para resolver a questão da demarcação de suas terras. Disse que “ninguém iria parar com o serviço de roça, porque todo mundo necessitava comer”. (LUZ, 1978, p. 16) Foi com a esperança de conseguir de Marechal Cândido Rondon, o direito de suas terras. Depois de longo tempo, retorna com a ajuda de amigos e governo trazendo apenas promessas.

Estivera no SPI, órgão do governo que tutelava os índios, lá anotaram muitas coisas de que ele havia contado, garantiram que iriam tomar providências e ficaram de mandar alguém na Barra Velha para estudar uma solução para esse problema, o pessoal do SPI afirmou que com toda certeza iriam até maio daquele ano.

No ano seguinte, em 1951, apareceram dois cidadãos dizendo serem representantes do governo; um se apresentou como engenheiro e outro como tenente. Os Pataxó receberam os visitantes, deram alimento, água de coco, pois estavam muito cansados por terem vindo a pé de Porto Seguro. De noite conversaram até bem tarde, falaram da demarcação que tinham vindo fazer e disseram para Honório chamar todos os homens. Combinaram que esses homens seguiriam bem cedo no outro dia. “Quem não viesse, não teria direito de morar dentro da área demarcada, avisaram os forasteiros.” (LUZ, 1978, p. 18)

Entretanto, conforme depoimentos registrados por Luz (1978) os dois sujeitos começaram a se comportar de forma estranha, induzidos alguns indígenas a atacarem comerciantes de povoados vizinhos, confiscando os mantimentos sob o comando do ‘tenente’. Assim que chegaram à aldeia, foram direto para uma casa grande e perguntando para o tal Tenente o que eles iriam fazer com esse saque, o tenente prometeu “dividir com todos”.

Nesse momento os indígenas se recusaram a repartir a mercadoria roubada, logo em seguida deu-se início a violência, ninguém poderia sair da aldeia, os fios dos telégrafos foram cortados, animais mortos, o clima da aldeia ficou tenso. Os dois homens agitados como se estivessem esperando algo. Na terceira noite, já depois da meia-noite, alguém viu um clarão de lanterna. – O que se ouviu foi um barulho tremendo, que parecia trovoadas. O fogo dos fuzis chegava a clarear a escuridão.

Segundo relatório de Luz, (1978, p. 24) “os índios se jogavam no chão de suas casas, o tiroteio aumentava cada vez mais, os índios começaram a perceber que os tiros estavam passando por cima de suas casas e compreenderam que os atacantes estavam brigando entre si”. Luz continua, “houvera um atraso na chegada da polícia que veio de Prado e quando começaram a atirar a polícia vinda de Porto Seguro, pensou que os índios estavam muito bem armados e resistiram o ataque”.

Movimento esse que fez com que as prefeituras de Porto Seguro e Prado mobilizassem seus policiais, desencadeando grande repressão, na verdade uma verdadeira operação de guerra contra essa comunidade localizada próximo à foz do rio Corumbau desde 1860, agrupamento (atual Aldeia Barra Velha) forçado pelo governador da Província a toda população indígena daquela região.

A batalha foi se intensificando e os indígenas tiveram que correr do local, foi se espalhando de norte a sul da aldeia. Chovia muito naquela noite, os soldados tinham resolvido

esperar o dia clarear para atacar novamente. Começaram então a busca dos índios foragidos na mata, haviam se espalhado por toda parte da mata. Os índios que iam sendo presos, amarrados com as mãos para trás, depois amarrados uns aos outros. Uma fila imensa de índios amarrados foi levada para sobradinho, uma antiga fazenda na beira do rio em Caraíva, o número de prisioneiros sempre aumentava (LUZ, 1978). Isidoro Rodrigues da Luz acrescenta: “As moças mais bonitas eram tiradas de sobradinho, os soldados davam-lhes um pedaço de sabonete obrigando-as a se banharem e depois as levavam e faziam o que queriam com elas”.

Nesse contexto, os indígenas procuravam se dispersar ao máximo, para que um maior número escapasse. Procuraram reduzir-se apenas ao pessoal da família. Porém não teve mais tranquilidade naquele local, índios sendo mortos, perseguidos, mulheres molestadas, punham fogo nas casas, acabavam com os roçados, os índios dessa região sofreram a diásporas mais uma vez. Esse fato ficou conhecido como o “Fogo de 51, ou seja, a Diáspora de 51”.

Os conflitos desencadearam várias dispersões ocasionadas pela violência dos colonizadores, o que exigiu das populações indígenas resistências e reiteraões a fim de se manterem em seu território ancestral. Na sequência, apresentamos algumas das várias dispersões Pataxó desde que os europeus nessas terras chegaram, elencadas por Porto (2006):

- expedição organizada pelo fazendeiro de Ilhéus, Francisco da Rocha, 1651, para combater os índios que viviam nas margens do rio Gongogy, um afluente do rio de Contas, próximo a Ilhéus;
- os ataques dos índios Pataxó aos postos baianos de Poxim e Olivença, regiões perto de Ilhéus, em 1700;
- 1810 e 1812, os índios das regiões da Colônia e de Pardo, entre eles os Pataxó, resistiram a abertura da estrada entre Minas Gerais e o sul da Bahia e foram duramente combatidos;
- desde 1806, os capitães-mores de Conquista utilizavam os índios Kamakã para combater os Pataxó e Botocudo;
- no ano de 1840 houve a construção do “Quartel do Salto do Rio Pardo”, sul da Bahia (região ocupada também por Pataxó), para expulsar os Pataxó e garantir a instalação de colonos na região;
- em 1847 ocorreu a criação da Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri – Cia. do Mucuri, administrada por Honório Benedito Ottoni e Teófilo Ottoni;
- em 1861, por decisão do governo da Província da Bahia, Antônio da Costa Pinto, criou uma aldeia no rio Corumbau, entre Prado e Porto Seguro, para ser ocupada pelos Pataxó “pacificados”;
- em 1870/1875 instalou-se a Colônia Nacional de São Pedro de Alcântara;
- nos períodos de 1890 a 1926, houve o combate entre índios Pataxó e trabalhadores de fazendas de cacau em torno do rio Pardo;
- em 1910, índios Pataxó e Kamakã, revoltados com os plantadores de cacau que avançavam em suas áreas, conseguiram desalojar núcleos de plantadores, o que provocou a ira dos grandes cacauzeiros;
- 1911 criação do SPI, com a intenção de pacificação o qual criou vários postos de aldeamentos, porém, teve maior eficiência em desapropriar os indígenas de suas terras;
- até 1942 viviam na reserva Paraguaçu-caramuru 338 indígenas; e que por pressão dos fazendeiros as terras indígenas passaram a ser arrendadas e invadidas. Em 1950 já eram 500 fazendeiros instalados na área designada aos Pataxó Hã-Hã-Hãe;
- em 1943 o governo Vargas resolve criar o Parque Nacional do Monte Pascoal;
- 1951 – “Fogo de 51”.

- oficializado em 1961 o Parque Nacional do Monte Pascoal através de documentação, eis aí sua expropriação;

É importante destacar que em 1943 o governo de Vargas implantou um Parque Nacional no território “ancestral” dos Pataxó, no extremo sul da Bahia, com a justificativa de protegerem o território do descobrimento, forçando essa comunidade que vivia com certa autonomia a ser controlada e dependente de assistencialismo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. A instalação do Parque Nacional interferiu diretamente na vida desses indígenas, alterando todo o seu cotidiano, a forma como se alimentavam e como desenvolviam sua educação e espiritualidade.

Essa perseguição foi um movimento planejado, pois as evidências mostram que não existiu esse roubo por parte dos indígenas assim como foram acusados. Esses dois sujeitos que vieram com a intenção de fazer com que esses indígenas desocupassem esse território, assim como já estava prognosticado desde 1943 quando foi idealizada a demarcação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP).

Uma das vítimas dessa diáspora, Sr. Epifânio, não se conformava com essa situação, ver o sofrimento e a injustiça de seu povo, “não podia ver seu sangue espalhado”. Depois de algum tempo, voltou para a aldeia, e começou a andar pelas fazendas procurando os parentes, chamando-os para voltar. A maioria queria voltar, mas estava com medo.

Bosi (2003, p. 23), fala sobre política e memória, o que pode orientar a pensar e analisar na memória do grupo perante a violenta ação do dominante, seguida do movimento de reagrupamento da Aldeia Barra Velha pelo Sr. Epifânio, “quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais”. (BOSI, 2003, p. 23).

Outros queriam esperar a safra para conseguirem algum saldo. Alguns até já tinham um pedacinho de terra onde estavam se arranjando. Apesar da memória coletiva de um acontecimento favorecido pelo dominante, a memória individual faz prevalecer como mecanismo de defesa.

Passaram-se dois anos, muitos indígenas haviam voltado, Epifânio se tornou o cacique da aldeia. E todos começaram a fazer seus roçados, suas criações de porcos. Barra Velha quase voltou à normalidade nos anos que se seguiram, a diferença era que muitos dos espalhados estavam com medo de voltar, outra diferença significativa era que o pessoal havia se misturado,

muitas mulheres haviam voltado com seus maridos negros e mulatos e vice-versa, conforme registro de Luz (1978),

No começo dos anos 60, chegou o Tenente Miravaldo Siquara indenizando os moradores da área para que desocupassem o Parque. Só indenizava as plantações de coco, banana, cana, cacau e café. Os mandiocais teriam que ser colhidos e abandonados. Na maioria das vezes nem iam olhar as roças para avaliar, ofereciam seis contos, por exemplo, e o freguês tinha que aceitar.

Epifânio foi à Brasília e foi orientado para não receber as indenizações para não perderem seus direitos. Informaram que estavam tratando de resolver a questão. Mas muitos índios acabaram recebendo a indenização. Um dia o tenente Siquara chegou a Caraíva de avião, acompanhado do Dr. Aurélio, um homem da cabeça pelada. Mandaram chamar alguns índios que ainda não haviam recebido e avisaram que poderiam buscar o dinheiro na sede do Parque. O Tururim foi aconselhado pelo Oretinho a ficar firme e não receberem nada.

Recebendo ou não, acabou saindo todo mundo da área. Os índios tiveram que se espalhar novamente e Barra Velha voltou a ficar deserta.

Tinha índio em Itaquena, em Trancoso, em Porto Seguro, no Rio dos Frades, no Come Quem Lava, na Água Branca e no Só Não Vou. Muitos foram para as cidades mais distantes como Canavieiras, Itabuna, Ilhéus, Linhares e Vitória no Espírito Santo. (LUZ, 1978, p. 40-41)

Mais uma vez esse povo foi violentado e arrancado de seu lugar, e tiveram que arrumar meios de sobrevivência nos mangues, na praia, tentavam fazer roçados, ao mesmo tempo que tinham que se cuidar, pois os guardas do IBDF estavam de olho neles. Tinham que trabalhar a noite para não serem surpreendidos pelos guardas. O tenente Siquara, chefe dos guardas, destacou o guarda Ferrinho para morar na praia e vigiar os índios de perto, este mesmo falava que ele poderia ir até o inferno, mas que não encontrariam direitos para permanecer na área. Resolveram ir para Rio de Janeiro, era no tempo de João Goulart. Conseguiram chegar até o SPI falaram que iriam resolver o problema deles.

Passaram mais cinco anos para que fosse enviado o primeiro chefe do Posto para a área Pataxó. Fora demarcado um retângulo de terra, que após cinco anos, já não dava mais para as roças. Assim, Dona Josefa, a primeira pessoa a avançar o limite, foi trabalhar perto de um lugar chamado Céu. A tensão aumentava, os terrenos anteriormente usados precisavam ser abandonados, a terra já estava cansada. Se um Pataxó abria um roçado além do limite, os guardas chegavam destruindo tudo.

Segundo Luz (1978, p. 64), “nessa época o IBDF já havia conseguido um documento que provava que não havia mais “índios” na área, esse documento era assinado por uma comissão incumbida de investigar a existência ou não de índios na área”.

Antes do Parque, nós vivíamos aqui e éramos os donos da terra. Depois veio o IBDF e tirou a área do Parque. Então nós vamos perder essa terra, essa mata que é decisiva para nós? E agora dizem que não temos mais direito nessa terra. Mas eu digo que isso

aqui é nosso e eu brigo pelo que é nosso. Toda a vida vivemos aqui, nossos pais, nossos avós. Como é que isso não é nosso? (LUZ, 1978, p. 64-65)

Depois dessas passagens tiveram várias outras tentativas de extorsão sobre seus territórios, mas os *Pataxó* foram resistindo. O tenente Miravaldo, que era chefe do Parque naquela época, tentava convencer os indígenas a vender ou trocar suas terras, mas esses irredutíveis, de maneira nenhuma trocaram o lugar em que estavam enterrados seus antepassados. Além da corrupção protagonizada pelos órgãos do Estado, o governo insistia na tutela dos povos indígenas, e, “sob a Lei de nº 5371 de 1967, implanta-se a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que se estabelece em substituição ao órgão anterior, conforme contextualiza Cunha.

Vale salientar que este processo ocorreu durante a ditadura militar, cujo intuito era o investimento em projetos de desenvolvimento do país e como os índios posicionava-se como “obstáculos” para tais realizações, o papel da FUNAI seria de pacificá-los e integrá-los à sociedade dominante, a fim de que, em favor do desenvolvimento econômico, as vastas áreas territoriais ocupadas por comunidades indígenas tornassem posses de latifundiários. (CUNHA, 2010, p. 41)

Todas essas medidas tomadas pelos órgãos que os tutelava possuíam o intuito de homogeneizar as comunidades indígenas, através de uma assimilação violenta, retirando suas autonomias, colocando as decisões sobre suas vidas nas “mãos” do referido órgão. Passados 520 anos de ocupação colonial, os indígenas ainda sofrem a violência escancarada e doentia, que veio junto da ganância dos invasores dessas terras. E, em 1961 foi oficializada a área como Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, passando, assim, a fazer parte das Unidades de Conservação de controle integral, ou seja, um dos Parques Nacionais controlados por órgãos ambientais.

A presença dos *Pataxó* nessa região não está marcada apenas na memória dos mais antigos, mas através de cartas de viajantes, colonos e religiosos, que por aqui passaram. Esses documentos evidenciam a presença dos grupos *Macro-jê* nos *sertões*¹⁷ da antiga Capitania de Porto Seguro. Fica assim evidente a ligação da ancestralidade e da real apropriação dos *Pataxó* na Aldeia Pé do Monte com seu território sagrado. A relação da Aldeia Pé do Monte e a

¹⁷A ideia de sertão existia no imaginário da sociedade desde o século XVI, construída a partir de uma oposição entre as regiões colonizadas do litoral da América portuguesa e aquelas não inseridas na jurisdição metropolitana. Esse imaginário criou uma dicotomia entre o espaço considerado civilizado e aquele considerado selvagem. E até o apogeu da mineração no centro-sul do Brasil, a região civilizada por excelência foi a área açucareira, sendo a cultura barroca o sistema de valores dominante dessa civilização. (SILVA, K. V. O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII). Estudos Ibero-Americanos. PUC-RS, 2006)

ancestralidade dos *Pataxó* com esse território ancestral, o qual foi o primeiro monte avistado pelos portugueses quando aqui chegaram, e a primeira aldeia dos Pataxó seu “Pé de Pedra”.

O Monte Pascoal, nosso Pé de Pedra, é terra indígena, baliza de nossa história, salão de nossas festas, altar e memória de nossos antepassados. Terra que representa o canto do paihó, sossego da onça pintada, o som do sabiá, o tinir da araponga, a sombra do jequitibá e tantas outras formas de vida da Mata Atlântica que queremos preservar, como sempre fizemos. (POVO Pataxó, 2005 *apud* Gatzohã/ INSTITUTO TRIBOS JOVENS, 2011, p. 19)

A alusão de que o Monte Pascoal seja a primeira Aldeia dos Pataxó é interpretada através da relação linguística e cultural dos *Pataxó* e *Maxacali*, a Aldeia “Pé da Pedra” (*Mikrax-Kakax*). Sendo assim, é possível deduzir sobre a ligação através da moradia desses povos, as aldeias *Maxakali* estavam sempre localizados aos pés das montanhas assim como estão os *Pataxó* que ali hoje vivem.

Os “neo-brasileiros¹⁸” tentaram através da teoria do contato e da mistura até então o aniquilamento dos *Pataxó* da região. Esse discurso foi amplamente utilizado no período da diáspora de 51, ou seja, o “Fogo de 51”, tempos em que a violência vigorou e fez com que antepassados recentes negassem suas próprias identidades. O sofrimento causado pelas incansáveis perseguições e suas mortes fizeram com que essas pessoas “não quisessem” mais ser indígenas, convencidos pela violência, conforme explica Bosi (2003, p. 23) “o domínio da memória coletiva pela classe dominante em relação às representações coletivas a classe mais influente deixou suas severas marcas”.

Especialmente nas décadas de 1950 e 1960 os *Pataxó* migraram, expulsos da aldeia Barra Velha, formaram outras aldeias e comunidades. Uma delas é a de Coroa Vermelha, que na década de 70, pasou a ter seu território ocupado pelos primeiros movimentos turísticos na região. Contudo, as terras que ocupam não são suas propriedades, conforme assinala Porto (2019), através de Viveiros de Castro, o indígena pertence ao território: “não só porque os territórios indígenas são ‘Terras da União’, mas porque são eles quem pertence a terra e não o contrário. Pertencer à terra, em lugar de ser propriedade dela, é o que define ser indígena”. (VIVEIROS DE CASTRO *apud* PORTO, 2019, p. 83)

O conceito de território é repleto de subjetividade, de culturas e de simbolismos, é o espaço de experiências vividas. O fato é que nos anos 60 e 70 o chamado processo de etnogênese vem abrangendo tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de

¹⁸Nimuendaju os chamava de “cristãos”, e mais tarde veio a classificá-los de “neobrasileiros”, anacronismo nem por isso menos eloquente.

etnias já reconhecidas. João Pacheco de Oliveira (1998, p. 62) cita por Gerald Sider (1976), empregando o termo “etnogênese” no contexto de uma oposição ao fenômeno do etnocídio.

No contexto político da etnogênese, Porto (2019) destaca que os *Pataxó* da região do descobrimento, mais especificamente do Monte Pascoal, intensificaram seus discursos com narrativas que afirmam que são donos, fazem parte desse território ancestral, buscando a manutenção e afirmação de suas violadas identidades. Oliveira (1998) infere que:

o processo de territorialização é justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais, inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso. (p. 66)

Hoje existem em média 50 aldeias distribuídas no Sul da Bahia nas Terras Indígenas de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e do Prado. Dentre essas aldeias, está inserida a Aldeia Pé do Monte, localizada mais ao sertão, não estando às margens do litoral, mas dentro do território do descobrimento, território ancestral e sagrado dos *Pataxó*.

Os *Pataxó* iniciaram as ações de retomada do território tradicional na década de 1990, e passaram a exigir do governo federal a demarcação e regularização de suas terras, principalmente áreas circunvizinhas ao Monte Pascoal, a luta desse povo tem ganhado força pela crescente organização política e social do grupo.

A luta continuou, os *Pataxó* resistiram e em 19 de agosto de 1999, depois de 500 anos de um longo processo de invasão das suas terras, os *Pataxó* retomaram a principal referência geográfica, simbólica e histórica de seu território: o Monte Pascoal.

Foi criado o parque em cima da Terra Indígena de Barra Velha do Povo *Pataxó*... aí o que nós vamos fazer... Vamos se organizar e vamos ocupar o Monte Pascoal... porque é uma terra de origem dos nossos ancestrais. E foi o que nós fizemos... Nós temos um conselho... um conselho de Cacique e que... tinha um Presidente Nailton que era um *Pataxó* Hã-hã-hãe. Que fazia todas as articulações com os outros caciques *Pataxó*... nós fizemos essa reunião em Boca da Mata, que é Terra de Barra Velha... e aí nós em dois três dias decidimos ir pro Monte Pascoal... tirar os guarda florestais do Parque... e ocupar o Parque Monte Pascoal... Mas com o pensamento de não destruir o Parque Nacional...¹⁹

A retomada aconteceu depois de três dias de discussões e reflexões realizadas na reunião do Conselho de Caciques *Pataxó*, que foi sediada na Aldeia Boca da Mata, o principal tema foi à luta pelo direito à demarcação das terras indígenas. Argumentavam que o PNMP foi criado nos limites de suas terras, o que lhes dava o direito de “imediatamente retomar” o seu território,

¹⁹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Tohō *Pataxó*.

sob a proteção jurídica do “direito constitucional” e amparo inquestionável da “memória dos antepassados”.

Como a gente estava lendo a Constituição Brasileira de oitenta e oito... que o índio tem direito das suas terras de origem tradicional... A constituição brasileira de oitenta e oito... o artigo duzentos e trinta e um fala que o índio e sua organização social, costume, língua, e crença seus direito originários... na sua terra habita... Então ele tem o direito nas suas terras... quando a gente foi estudar, estudando que passou conhecer esse todo esses direitos da gente... a lei seis mil e um de setenta e três e seus artigo... aí as reuniões que a gente vai... ia pra Pernambuco, eh... Recife, Brasília, com outros encontros, com outros parentes...aí nós passamos a conhecer que o Parque Nacional Monte Pascoal foi criado em cima de uma terra tradicional do povo Pataxó. Você está entendendo... e nisso aí por exemplo, eu era jovem... acompanhei essa luta dos mais velho.²⁰

As memórias do Cacique Braga apresentam o processo de luta para retomada do território, demarcando a importância das narrativas de vida para repensar e entender a história das minorias majoritárias. (THOMSON, 1997), pois “o grande desafio da história indígena é recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas, não se esquecendo de repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram – ou registraram pouco – seu passado através da escrita.” (PARAÍSO, 1998, p. 105).

A demarcação da terra indígena de Barra Velha não foi entendida pelos *Pataxó* como a conquista final da luta, ao contrário eles entendem a demarcação como um ponto de partida, pois reconheciam que a área delimitada ainda era insuficiente para sua reprodução social, cultural, demográfica e espacial. A demarcação da Barra Velha estimulou o retorno de alguns indígenas, fortaleceu suas lutas políticas para a retomada de suas terras, mas também teve o movimento de outros grupos *Pataxó*, que, espalhados pela região, reivindicaram a demarcação de seus territórios, surgindo naquele momento um forte movimento de afirmação étnico-cultural e mobilização política. O sentimento de pertencimento fez com que iniciassem mobilizações e organizações políticas em defesa da retomada de suas terras.

A partir desse avanço, foram necessárias negociações entre indígenas e órgãos responsáveis, FUNAI, IBAMA, IBDF (instinto em 1989) e grupos indigenistas, para a regularização das terras indígenas no Extremo Sul da Bahia. E, próximo à festa dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, a comunidade resolve lutar pela ampliação de suas terras.

Olha, quando nós viemos pra aqui fazer a ocupação. Nós viemos pra aqui com quinhentos e cinquenta índio. Aí veio aqui, porque nós *Pataxó* nós somos unidos.

²⁰Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, pelo Cacique Guarú *Pataxó*.

Graças a Deus! Mesmo que tenha algumas diferençazinhas, mas nós somos unidos. Na luta nós vamos juntos, vamos pra luta mesmo, veio índio de Maxakali, veio Índio do Trucá, veio índio Tupinambá, veio Índio Pataxó Caramuru-Paraguaçu, tá entendendo. E veio os Pataxó da região Barra Velha.²¹

No dia 24 de setembro de 1999, lideranças indígenas de várias etnias, inclusive os *Pataxó*, retomaram simbolicamente o Monte Pascoal. No alto do Monte, nesse momento foi declarado solenemente o Monte Pascoal como “Território de todos os povos indígenas do Brasil”.

Vimos aqui para lembrar nossos mortos, invocar nossos deuses e dar apoio ao povo Pataxó que nos recebeu com muita alegria e, em especial, com eles abraçar o Território Indígena do Monte Pascoal, que sempre foi e sempre será território indígena dos Pataxó e de todos os índios do Brasil. Assim como foi o marco da primeira invasão de nossas terras, será daqui para frente o símbolo da retomada, demarcação e garantia de todas as terras indígenas do Brasil. (PREZIA, 2004, p. 75)

A FUNAI é o órgão que assume o lugar do SPI no início dos anos setenta, e os indígenas passam a ser tutelados por esse órgão. Em 1981 foi regularizada pela FUNAI a aldeia de Barra Velha, mas sem atendimento às exigências indígenas, para nova demarcação, reintegrando áreas indígenas que haviam ficado em poder do parque sob os cuidados do IBDF. A fatia que ficou para os Pataxó foi de 8.627 hectares, desmembrados dos 22.000 hectares anteriores. (PORTO, 2006)

A referida autora também considera que “esse acordo tácito entre a FUNAI e o IBDF não freou o processo de dispersão e reelaboração cultural dos *Pataxó* de Barra Velha; esse já era irreversível. Muitos perambulavam por locais diversos da região, formando mais tarde pequenos núcleos de famílias Pataxó.

Silva (2013, p. 06-07) sugere que é preciso ver “os invasores portugueses como aqueles que não apenas se apropriaram do território, mas também como os que, através da Igreja Católica, realizaram uma “invasão ideológica”. Ela chama a atenção para o fato de isso ter ocorrido e se consolidado através da língua da metrópole”. Joel Braz relata que “o que se passou na festa dos 500 anos organizada pelo governo para comemorar o descobrimento foi uma barbárie contra os povos indígenas”.

No atual modelo de desenvolvimento econômico na região, com a economia voltada ao turismo e à monocultura do eucalipto, os *Pataxó* solicitam que esses patrimônios sejam regularizados como Parque Indígena, pois esses realmente têm interesse em preservar o meio ambiente e não como consta dos órgãos governamentais que expropriaram essa e várias outras

²¹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, pelo Cacique Guaru Pataxó.

terras, tornando em Parques Nacionais com a desculpa de conservação desses biomas, com a intenção apenas de desapropriar, expropriar esses indígenas de suas terras.

Para Porto (2006), “esta proposta seria a garantia de seus direitos à posse e ao usufruto exclusivo do seu território de ocupação tradicional, que se fariam acompanhar do apoio de instituições governamentais e não-governamentais e de medidas efetivas para a garantia da preservação da mata atlântica no Monte Pascoal, visando à recuperação econômica de suas aldeias. Assim, declararam no documento”: "Carta do Monte Pascoal", de 27 de agosto de 1999, enviada pela liderança Alfredo Santana Pataxó as autoridades e a grupos de apoio a causa indígena:

Os caciques reafirmam que as terras tradicionalmente ocupadas e reivindicadas são inegociáveis. Fica também o compromisso de que a terra Pataxó do Monte Pascoal é de plena preservação, não tendo nenhuma possibilidade de desmate ambiental de sua floresta, ao contrário, devemos iniciar a recuperação das nossas aldeias em volta do Monte Pascoal. Pretendemos envolver todos os órgãos responsáveis, entidades ambientalistas interessadas em nossas propostas, indigenistas e setores do governo verdadeiramente dispostos a nos ajudar, na preservação do meio ambiente e na autossustentação do povo Pataxó (PORTO, 2006, p. 75)

A concretização desse projeto demanda construir trilhas ecológicas, manter o seu bioma e a sua fauna, com possibilidade de inserção de turísticas na “Costa do Descobrimento”, visando sustentabilidade da comunidade, principalmente do intercâmbio e da valorização de suas identidades.

3.3 Descrição demográfica, social, econômica e cultural da Aldeia

Nesta seção pretende-se apresentar as condições socioculturais da Aldeia Pé do Monte. Leva-se em consideração nessa pesquisa as diferenças de concepções entre a cultura nacional e a indígena. Por exemplo, se considerar os padrões nacionais para o desenvolvimento desse tipo de pesquisa, as relações de moradia, a questão da nupcialidade, irá destoar entre os grupos étnico-raciais. Nesse sentido, por exemplo, as pesquisas censitárias deveriam ser aprimoradas contemplando a diversidade étnico-racial do povo brasileiro. Quando se pensa os povos indígenas em específico, há diversos pontos de vista sobre o matrimônio, havendo mudanças, dependendo da tradição de cada etnia. Sabe-se que estão incorporando cada vez mais possibilidades de respostas, mas ainda insuficientes para atender as demandas da pluralidade étnico-racial dos povos indígenas desse território nacional, o que se tem atualmente atende apenas aos indígenas que se assemelham aos “brasileiros médios”. Quanto mais distante for desse padrão, menos incluso estará nessa coleta de dados. (CAMPOS; ESTANISLAU, 2016)

No entanto, Campos e Estanislau (2016, p. 4), afirmam que “apesar das críticas às limitações dos censos para estudo de determinados aspectos dos povos indígenas, reconhece-se que a incorporação do tema e a ampliação da investigação ocorridas em 2010 constituíram um ganho enorme para os estudiosos e para os povos indígenas em si”, explicando ainda que “os últimos censos têm fornecido dados consistentes e comparáveis sobre os indígenas, destacando sua vulnerabilidade em relação a outros grupos populacionais, o que se expressa, por exemplo, nos mais elevados níveis de mortalidade infantil”.

Consequentemente, faz-se necessário levantar os dados socioculturais dessa localidade, levando-se em consideração questionamentos, os mais próximos possíveis de suas realidades culturais, sociais e ambientais. Nesse caso, trata-se de uma de pesquisa que apresente dados socioculturais sobre a etnia *Pataxó* da comunidade Pé do Monte.

A Aldeia Pé do Monte tem como marco de fundação 19 de agosto de 1999, através da retomada do cenário do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal. Localizada a 150 quilômetros da cidade de Porto Seguro, no sentido sul, um espaço que também compõe o Território Indígena de Barra Velha na cidade de Porto Seguro, possui importante valor histórico, cultural e ambiental, e compartilha fronteiras com os municípios limítrofes de Santa Cruz Cabrália, Eunápolis, Itabela, Itamaraju e Prado.

As Terras Indígenas Barra Velha (com área de 52.748 hectares e 4.649 habitantes) localizam-se nos limites do município de Porto Seguro, entre as embocaduras dos rios Caraíva e Corumbau. O território é delimitado pelos cursos destes dois rios e pela costa atlântica, a Leste, e pela BR-101, passando pelo Monte Pascoal, a oeste o Monte Pascoal que possui grande valor simbólico como marco de identidade étnica *Pataxó*. (CARDOSO; PARRA; SANT'ANA; PINHEIRO, 2012, p. 25)

Em 1961, como já mencionado anteriormente, foi criado o PNMP sob o decreto 242, e a comunidade *Pataxó* está instalada no sopé do Monte Pascoal, ou seja, dentro do PNMP.

O parque possui área de 22.423,80 hectares e faz limites com a seguinte linha divisória: A Leste - pela linha Costeira do Atlântico; ao Norte - margem direita do rio Caraíva, desde sua foz, até a confluência com o rio Cemitério seguindo por este e sua margem direita até à altura aproximada do meridiano 39° 25', onde encontra um formador, à margem direita do mesmo rio Cemitério; a Oeste - por esse formador, no rumo aproximado sudoeste, logo depois Sul, até suas nascentes, nas proximidades, do Monte Pascoal e a noroeste deste, ao Sul - pela margem esquerda do rio Corumbau, até sua foz, no Oceano Atlântico. (BRASIL, DECRETO, 242/1961)

Com a criação do PNMP, os *Pataxó* passaram a ter que conviver com a ideia de que não poderiam usufruir mais suas terras ancestrais, nem mesmo circular por elas. Assim, em 1999,

através de muita luta, essa comunidade conquistou o direito de fazer parte, de circular e poder trabalhar com o turismo nesse espaço, utilizando o monte como atrativo *eco-etno-turístico*.

O Cacique Guarú Pataxó disse que: “foi criado o parque em cima da Terra Indígena de Barra Velha do Povo Pataxó, aí o que nós vamos fazer, nós vamos se organizar, né? Vamos nos organizar e vamos ocupar o Monte Pascoal...porque é nossa terra de origem”²². A fatia que ficou para os Pataxó foi de 8.627 hectares, desmembrados dos 22.500 hectares anteriores, essas terras Pataxó continuam em processo de demarcação. (PORTO, 2006)

Hoje os *Pataxó* do Pé do Monte estão em cima da terra de um “fazendeiro” é o que afirma o Cacique Guarú, em entrevista no dia treze de janeiro de dois mil e vinte, não mencionando o nome do proprietário dessa área: “essa área aqui que nós temos hoje é de um fazendeiro.” e do outro lado do portão, o parque.

Os *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte assim como os demais se organizam em famílias nucleares e extensas. As famílias mais antigas e predominantes da Aldeia Pé do Monte são os Braz, Santana e Ferreira. Cada aldeia segue um modelo de organização própria, possuindo o cacique como liderança maior. Em algumas aldeias esse chefe é seguido pelo vice cacique e por outras lideranças. A Aldeia Pé do Monte não tem vice cacique.

Cabe ao cacique mediar as relações com instituições não indígenas, manter a paz e a ordem social na aldeia, liderar a luta pelos direitos e melhorias, exercer o dom da palavra, ser generoso e dar bom exemplo. O seu papel político nos limites da aldeia é sempre exercido com o apoio dos chefes de família, prevalecendo a sua condição de mediador. Existe o Conselho de Caciques, que é uma organização que trata de temas de interesses do Povo Pataxó em uma escala abrangente. (CARDOSO; PARRA; SANT’ANA; PINHEIRO, 2012, p. 25)

Atualmente existem quarenta e oito famílias residentes na aldeia, gestadas pelo Cacique Oziel Santana Ferreira Pataxó (Cacique Guarú Pataxó), o Pagé Putumuju Pataxó e as demais lideranças Tohõ Pataxó, Poytãg Pataxó, Mahã Pataxó, Bruno Pataxó, Samuel Pataxó, Tarugo Pataxó, Jaçanã Pataxó e o coletivo Pataxó.

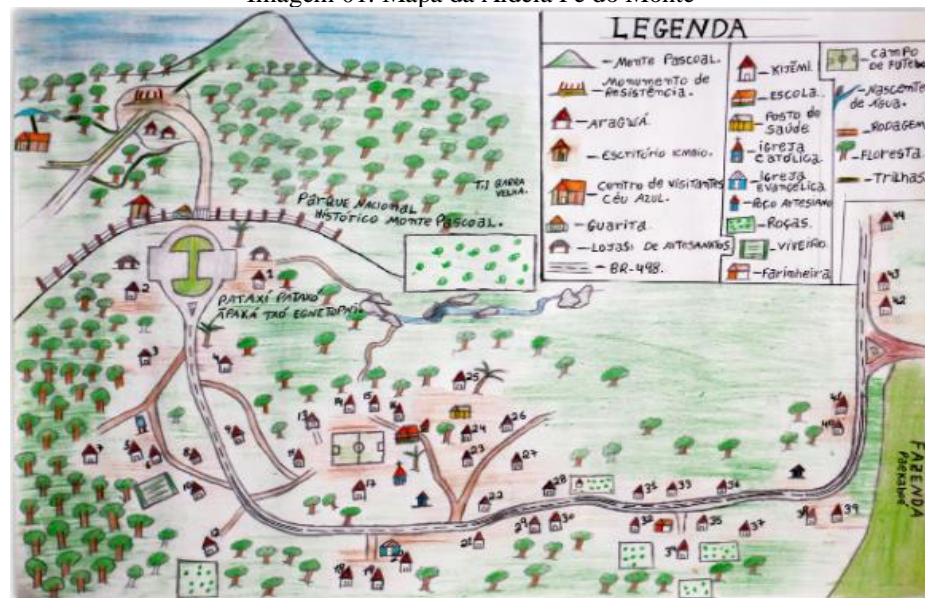
Através de esclarecimentos dado pelo coletivo, Tohõ Pataxó (em narrativa) e Tarugo Pataxó (através de seu mapa do território da Aldeia Pé do Monte, desenhado especificamente para esse trabalho) informaram que as 48 residências existentes na Aldeia Pé do Monte são construídas de taipa e de tábuas. A comunidade ainda não foi contemplada com a rede de esgoto e a água que abastece as casas é retirada do poço artesiano. As vias que dão acesso à aldeia são asfaltadas.

²²Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Cacique Guarú Pataxó.

Aproximadamente 200 pessoas vivem na Aldeia Pé do Monte, na sua maioria do gênero masculino, entre eles encontram-se 10 anciões, 45 crianças, 40 adultos e os demais são mulheres e jovens, todos da etnia *Pataxó* e *ĩdxihí* (homem branco), pois segundo Tohõ Pataxó²³ “alguns indígenas se casaram com não indígenas, sendo o “branco”, ou seja, o não indígena agregado a família *Pataxó*. Os idiomas falados são o *Patxôhã* (considerada a língua dos “Guerreiros Pataxó”) e o português-brasileiro.

“Dessas famílias, os casados na igreja católica é bem pouco, a maioria são amigados, que chamam de “marital”, na igreja e civilmente tem apenas oito famílias, o restante não são casados oficialmente, são ajuntados maritalmente.²⁴

Imagem 01: Mapa da Aldeia Pé do Monte



Fonte: Mapa elaborado por Tarugo Pataxó. Arquivo da pesquisadora, 2019.

Na comunidade Pé do Monte, como é possível perceber no mapa acima, existem duas igrejas, uma evangélica e uma católica. Ali existem católicos, evangélicos e a religião tradicional *Pataxó* (*Heruê-Awê*). O sincretismo religioso existente entre os *Pataxó* faz parte de todo um processo de contato com brancos e negros, todavia nessa comunidade existe um respeito em relação a “mãe natureza”, seus encantados e tradições.

Também é possível perceber, no mapa acima elaborado por Tarugo *Pataxó*, toda a estrutura ambiental da localidade do Pé do Monte. É notória a organização espacial, de forma a atender suas demandas, produção de alimentos, educação, saúde e lazer. Nota-se a escola, as

²³Entrevista concedida a pesquisadora no dia 17 de junho de 2020, por Tohõ Pataxó.

²⁴Entrevista concedida a pesquisadora no dia 17 de junho de 2020, por Tohõ Pataxó.

duas igrejas, as seis roças, o viveiro, o poço artesiano, a farinheira, a loja de artesanato e a agroflorestal, destacam-se os cultivos de coqueiros (*Cocos lucífera*), dendezeiros (*Elaeis guineenses*), mangueiras (*Mangifera*) e jaqueiras (*Artocarpus heterophyllus*) – essas árvores frutíferas comprovam a ocupação de famílias *Pataxó* nesse território, a floresta, o Monte Pascoal, o monumento de resistência, o campo de futebol, entre outros espaços.

Das datas comemorativas na Aldeia, a única festa religiosa comemorada é a da Padroeira da aldeia, a Santa Virgínia, no dia 15 de dezembro, conforme o costume católico. As demais comemorações oficiais são derivadas de datas que marcaram suas lutas e resistências. Os dias são 19 de abril - dia do índio – e 19 de agosto (dia de comemoração da retomada do Monte Pascoal), como afirma Tohõ *Pataxó* (2020), “esses dois dias não são para comemorar, e sim para os *Pataxó* refletirem suas lutas e tradições”.

19 de abril dia do índio é momento em que todas as comunidades *Pataxó*, nós *Pataxó* aqui do Pé do Monte, paramos para refletir esse dia. 19 de abril que alguns colocam como comemoração, mas na verdade para os *Pataxó* não é comemoração é momento de reflexão onde param para refletir esse dia que é chamado dia do índio. 19 de agosto uma data em que paramos para refletir a retomada do Monte Pascoal, festa de Santa Virgínia, a padroeira da Aldeia, essa data 15 de dezembro celebra um pouco da religião católica. 19 de abril e agosto é dia em que paramos e mostramos seus costumes, tradição e refletir a luta e resistência²⁵.

Com as políticas de inserção de indígenas nas universidades, os sujeitos dessas comunidades passaram a ocupar as instituições públicas de ensino de superior. A formação acadêmica também faz parte da realidade indígena, fazendo com que esses sujeitos estejam inseridos no processo de educação nacional. A comunidade Pé do Monte é contemplada com a Escola Indígena *Pataxó* Pé do Monte, com métodos específicos e diferenciados acerca da educação indígena, com educação de ensino infantil e fundamental, onde as crianças detêm conhecimentos do currículo nacional e os que privilegiem e valorizem suas tradições culturais.

O trabalho formal é uma das formas que conseguem trazer o sustento para a aldeia, ainda é uma grande dificuldade para esses indígenas. Como os demais povos originários não utilizavam de métodos convencionais eurocêntricos para sobreviver, os *Pataxó* tiveram que se adaptarem a lógica do sistema capitalista.

A imposição desse tipo de trabalho para eles foi brutal, sendo que, em vários momentos da história os indígenas foram utilizados como escravos por colonizadores. Além da escravidão, esses foram gradativamente forçados a saírem de seu território, retirados de seus meios de sobrevivência. E, hoje, depois de 520 anos, os *Pataxó* que descendem dessa realidade, com

²⁵Entrevista concedida a pesquisadora no dia 17 de junho de 2020, por Tohõ *Pataxó*.

muitos esforços buscam se inserir no mercado de trabalho e na universidade. O meio de trabalho para sobrevivência mais comum é a agricultura e o trabalho de artesanato, como da produção de artesanatos destinados à venda para os turistas. Cabe destacar também que os passeios guiados nas trilhas dentro do Parque Nacional do Monte Pascoal rendem uma economia elementar.

Além das principais ocupações que é a agricultura e o artesanato, na comunidade existem outros postos e cargos que serve à própria comunidade, como AIS (Agente Indígena de Saúde), o AISAN (Agente Indígena de Saúde e Saneamento), este trabalhando na distribuição da água e saneamento, sendo contratado pela SESAI, um trabalho fixo e com carteira assinada. Há também o professor em regime de contrato com o município de Porto Seguro. A aldeia também conta como meio de manutenção familiar com rendas sociais, como de aposentadoria, que são sete até o momento, e de benefícios sociais (bolsa família).

Os serviços públicos ofertados são da Escola Indígena Pé do Monte, de dependência municipal, da saúde gerida pela SESAI, com posto de atendimento, três vezes na semana e a energia elétrica. Não existe posto policial ou de segurança na comunidade.

A questão das migrações e imigrações na aldeia dificilmente acontece, conforme Tohō Pataxó explica acerca do funcionamento do sistema de entrada e de saída de pessoas na sua comunidade.

Esse ano, esses anos não ocorreram, alguns vieram passaram alguns meses, mas voltaram, mas estavam em função do registro da comunidade ainda, mas não gera muito não por conta que a comunidade é pequena. E para vir para cá tem que ter apoio da comunidade toda, não é assim ir e voltar e fazer do jeito que quer não. Tem que ter uma organização²⁶.

A doença predominante na aldeia é a hipertensão e a diabetes, as pessoas portadoras se mantêm em monitoramento e cuidados paliativos pela equipe da saúde. A taxa de mortalidade desse ano de 2020 e 2019 foi um total de quatro óbitos e, sobre a taxa da natalidade na mesma data, a comunidade foi contemplada com três nascimentos.

Além das questões de trabalho para subsistência, é importante destacar que esses *Pataxó* cultuam como lazer e entretenimento seus saberes e tradições culturais, o futebol, as rodas de conversas e seus rituais sagrados. A aldeia tem sinal de internet e telefone fazendo com que essa comunidade esteja interligada nas redes digitais.

Além da forma de organização social, os *Pataxó* criaram outros modos de se organizarem, ligados às atividades produtivas, culturais e turísticas. No Pé do Monte, assim

²⁶Entrevista concedida a pesquisadora no dia 17 de junho de 2020, por Tohō Pataxó.

como em outras aldeias *Pataxó*, existe um grupo formado principalmente por jovens que pensam práticas culturais de resgate das tradições e de valorização da cultura indígena.

Quase todas as aldeias possuem um Grupo de Cultura que trabalha temas como língua, história e rituais. Na Aldeia Pé do Monte não é diferente. O grupo de jovens lideranças dessa comunidade *Pataxó* tenta manter a sua cultura ancestral, trabalhando principalmente dentro da escola indígena, no turismo e em momentos de reflexão e comemoração coletiva.

O Cacique Guarú e demais lideranças cultivam suas agro-florestas no entorno de suas residências, além do plantio de mandioca, hortaliças, abacaxis etc. Segundo o Plano de Gestão Territorial do Povo *Pataxó* (2012, p. 41), “existem oito tipos de terras para a agricultura nas TI de Barra Velha”: o barro vermelho, terra preta, barro amarelo, a muçununga (presente em terreno arenoso, úmido e fofo), a cuiuna (sem tradução, há uma expressão em italiano *cui una*”, que significa pessoa dessa terra), a lama (em brejo; pântano), o carrasco (sem tradução) e o murundu (terreno sólido e poroso). Na Aldeia Pé do Monte tem-se grande quantidade de “terra vermelha”, muito boa para plantio. Ao indagar os *Pataxó* sobre a melhor terra para a lavoura, responderam que depende de que cada planta, pois cada uma tem a sua terra específica, importante se faz conhecer a terra pela cor, consistência e odor.

Essa aldeia é muito procurada pelos turistas, estudantes e pesquisadores, justificando-se essa busca pelas informações históricas do local, pois foi a primeira porção de terra avistada pelos portugueses em sua chegada ao Brasil, em 1500. Por isso, os indígenas da Aldeia Pé do Monte têm optado pelo empreendimento e gerenciamento de projetos voltados para o turismo local, especificamente, os ligados à valorização de sua história e cultura, ao reflorestamento e preservação da Mata Atlântica, ou seja, no fomento de um *eco-etno-turismo*.

4 HISTÓRIA DO TURISMO NO BRASIL: turismo cultural, eco e etno-turismo

O caminho mais curto que leva a si mesmo faz uma volta ao redor da Terra.

Hermann Graf-Keyserling

Neste capítulo apresenta-se o turístico como um fenômeno relacionado ao deslocamento de pessoas de um determinado destino de origem para outro, tendo por motivação o desejo de conhecer outros lugares, de descansar, desbravar ou simplesmente em atendimento aos apelos publicitários vinculados à lógica do mercado. Por uma perspectiva diacrônica, descreve-se a evolução histórica do turismo, a etimologia da palavra e seu conceito, situando essa prática como um movimento social mundial, delimitando como ocorre na Bahia e no contexto dos Pataxó da Aldeia Pé do Monte. Nesse sentido, busca-se explicar as categorias inerentes ao turismo, como exemplo o *turismo histórico e cultural, eco-etno-turismo, educativo e comunitário*, com vistas a descrever e analisar o formato de turismo promovido pelos respectivos indígenas.

4.1 História do Turismo no Brasil

Etimologicamente a palavra *turismo* tem sua origem no substantivo latino *tornus* (torno) e do verbo *tornare* (redondear, tornear e girar). O sentido de viagem circular, de retorno ao ponto de partida se manteve em demais palavras designadas, como em *tour* (do francês), que significa dar um giro, e, posteriormente em *tourism* (em inglês), que significa teoria ou prática de viajar, deslocar-se por lazer. Entretanto, Schluter (2003) sugere que há também a palavra *tour* no hebraico antigo – que também significa viagem de exploração de descobrimento de reconhecimento (p. 60).

Pode-se pensar que a história do turismo no Brasil inicia-se com “as primeiras expedições marítimas, nas quais participaram “Américo Vespúcio, Gaspar Lemos, Fernando de Noronha entre outros, mesmo sem considerar, estavam fazendo turismo de aventura” (SILVA, 2004, p. 17). Sem entrar no mérito de qual seria o marco de achamento do Brasil, reitera-se as narrativas da Bahia como o berço do turismo brasileiro, tendo-se por documento a *Carta* escrita por Pero Vaz de Caminha ao Rei Dom Manoel, após ancoragem em Porto Seguro, na Ilha da

Vera Cruz, no primeiro dia de maio de 1500²⁷, estabelecendo os primeiros contatos entre estrangeiros e nativos.

Os estrangeiros que aqui chegaram (turistas) e nem mesmo os indígenas que os receberam (polo receptivo) estavam fazendo esse movimento pensando no isso significaria na modernidade, como chamamos de turismo ou movimento turístico. Pode-se considerar que esse foi um dos mais importantes e impactantes dos intercâmbios acontecido em “Pindorama”, nesse sentido, pensar na Bahia como berço do contato entre o que viria ser os brasileiros com os estrangeiros, constituindo-se como as primeiras experiências de trocas entre grupos diferentes, sendo mantidas essas interlocuções até a atualidade.

Considerando os primórdios do turismo e da hotelaria no Brasil a partir da carta ao Rei Dom Manuel, do escrivão Pero Vaz de Caminha, acata-se por descrição as formas de receptividade dos portugueses para com aqueles indígenas que residiam no litoral baiano, no século XVI. Caminha relata que o Capitão Pedro Alvares Cabral recebeu os indígenas sentado em uma cadeira, “bem vestido, com um colar de ouro, mui grande, ao pescoço”, e mandou acender tochas à sua chegada. Tudo nos jovens índios era inusitado: o beijo furado e atravessado por um osso, os cabelos corredios rapados por cima das orelhas, adornados com penas coloridas, e a sua total falta de formalidade quando subiram a bordo. Não quiseram comer quase nada do que lhes serviam: pão e peixe cozido, doces, mel, figos passados. “Se provavam alguma coisa, logo a lançavam fora”. Assim também fizeram com a água e com o vinho que lhes trouxeram em uma taça. “E então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas”. Foi então, que Cabral mandou pôr almofadas sob suas cabeças e um manto para cobri-los²⁸.

Nesse primeiro momento não houve interesse dos portugueses de permanecerem aqui, só estavam de passagem, com o intuito de explorar o que acreditavam ser uma ilha de Vera de Cruz, pois se tratava de uma viagem expedicionária, em que buscava especiarias e minerais preciosos. Com a instalação das Capitânicas Hereditárias e do Governo Geral, conforme considera Ignarra (2003, p. 6) criou-se um *turismo de negócios* entre a metrópole e a colônia, e posteriormente pela necessidade de os filhos das classes mais abastadas estudarem, esses eram enviados a Portugal, estabelecendo-se viagens de *intercâmbio cultural*. Já no *ciclo do ouro*, no século XVII, a ocupação ocidental do país se deu pelas entradas e bandeiras, que na perspectiva

²⁷Documento constituído de 14 página, disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>

²⁸CAMINHA, Pero Vaz. Carta a El Rei D. Manuel. São Paulo: Dominus, 1963. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>

de Ignarra (2003) seria um modelo de desbravamento, tipo de um turismo de aventuras, nesse caso, realizado por Capitães-gerais e aventureiros do Velho Mundo que buscavam pelos sertões riquezas, subjugando e explorando indígenas.

Só no início do século XIX, com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, pela necessidade de se estruturar acomodações para diplomatas, comerciantes e membros da corte, construiu-se estradas apropriadas, estalagens e hotéis com maiores comodidades, dando início, assim, à hotelaria no Brasil. (BARBOSA; LEITÃO, 2005), aprovando-se em 1904, “a primeira lei de incentivos fiscais para a construção de hotéis no Rio de Janeiro” (p. 27).

Ainda sobre o turismo brasileiro, Ignarra (2003) considera que “as viagens de Marechal Cândido Rondon ao oeste do brasileiro, na primeira metade do século XIX, podem ser considerada o embrião do *turismo de aventura*. (p. 8) no contexto nacional. Entretanto, só em meados do século XX, na década de 1960, que vigorou as primeiras políticas públicas de turismo no país, como a COMBRATUR, vinculada à Presidência da República, o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). (QUEIROZ, 2011)

Sobre a EMBRATUR, Santos Filho (2005) considera que ela foi criada com dois objetivos, explicitamente para coordenar o desenvolvimento do turismo brasileiro, e, implicitamente, de criar uma imagem do Brasil no exterior, voltada para a divulgação das belezas naturais e exóticas da nação tropical. Imagens que ainda perduram no imaginário do estrangeiro acerca do Brasil ser um local de “matas”, indígenas e de mulheres seminuas nas cidades litorâneas.

Na década de 1970 iniciaram-se os primeiros eventos científicos na área, nesses discutiam a realidade turística brasileira, contando com a ajuda do Congresso Brasileiro de Turismo (CONTUR), o primeiro promovido pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. (REJOWSKI, 1996 *apud* MÜLLER; HALLAL; RAMOS e GARCIA, 2011, p. 696). E, em 1971 foi criada a primeira faculdade de turismo do Brasil em São Paulo.

Em 1975 surge a primeira cadeia hoteleira internacional em São Paulo, a Hilton, com uma nova filosofia hoteleira. Ao longo dessa década, instalaram-se também outras cadeias, como a Sheraton (1974), Holiday Inn (1975), Meridien (1975), Novotel (1976) e Club Mediterrané (1977), Solha (2002) (Conforme MÜLLER; HALLAL; RAMOS e GARCIA, 2011, p. 697).

Em 1977 foi criada a Lei 6505/77²⁹ de regulação das atividades turísticas do país, e em 1980, o Estado passa a incentivar o turismo como opção para a economia do país. (MARANHÃO, 2017). E, em 1986, seguindo a tendência mundial da livre iniciativa, o Decreto Lei 2294/86³⁰, tornou livre a atividade turística no Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988, no Artigo 180, ao determinar que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. (BRASIL: CFB, 1988)

Em 1990 tem-se a expansão da atividade turística no Brasil, ultrapassando as fronteiras nacionais, o que impulsiona o Estado a fomentar políticas públicas, que na visão de Maranhão (2017), teve por objetivo a projeção do Brasil no cenário internacional. Em 1991 a EMBRATUR torna-se uma autarquia, e modifica sua denominação para Instituto Brasileiro de Turismo, passando a atuar na formulação, coordenação e execução da Política Nacional de Turismo (PNT). Todo esse trâmite foi respaldado pela Lei 8.181³¹ de 28/03/1991. E em 1993 foi reconhecida e regulamentada a profissão do guia de turismo, Lei 8623/93³². (MARANHÃO, 2017). Em 1994 põe-se em prática o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT (QUEIROZ, 2011).

A partir do PNMT o Nordeste começa a ganhar forças e incentivos para o fomento do turismo internacional. A Bahia, por contar dos investimentos realizados para a comemoração dos 500 anos, utiliza-se da imagem do nativo “afetuoso” e lança junto a Rede Globo um calendário de eventos, que culminaria com uma grande festa em Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia com a presença de representantes de diferentes nações, com vistas a rememorar os feitos portugueses, entretanto a festa foi o registro de opressão e violência a indígenas e manifestantes, conforme registro do *Memorial da Democracia* (2000)³³

Programada para ser uma celebração apoteótica da nacionalidade e uma confraternização com os descobridores, a festa dos 500 anos do Descobrimento do

²⁹Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18, do Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975; e dá outras providências.

³⁰Art. 1 São livres, no País, o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, salvo quanto às obrigações tributárias e às normas municipais para a edificação de hotéis.

³¹Art. 1º A Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), autarquia especial, criada nos termos do art. 11 do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, passa a denominar-se Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República.

³²Art. 1º O exercício da profissão de Guia de Turismo, no território nacional, é regulado pela presente Lei. Art. 2º Para os efeitos desta lei, é considerado Guia de Turismo o profissional que, devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

³³ Matéria “Protesto marca 500 anos do descobrimento: polícia reprime índios e representantes de movimentos sociais durante celebração”, publicado no site: <http://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento>, em 22 de abril de 2000.

Brasil, em Porto Seguro (BA), termina em confronto entre a polícia, índios e outros manifestantes. Na localidade de Coroa Vermelha, onde ocorreu o desembarque de Pedro Alvares Cabral, foram realizadas uma missa e uma solenidade oficial com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso e de seu colega português, Jorge Sampaio. (Memorial da Democracia, 2000, p. 1)

Até 2003 as atividades de turismo eram desempenhadas pelo Ministério do Esporte e Turismo, conforme medida provisória nº 2.216-37/2001, ele passa a ter pasta própria, por meio da Medida Provisória nº 103, de 1 de janeiro de 2003, posteriormente transformada na lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, durante o mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar desses avanços quanto a uma pasta exclusiva para as questões do turismo, ainda não havia um programa ou discussões oficiais em torno da profissionalização e do envolvimento do receptivo, além dessa questão, os modelos de procedimentos adotados eram incompatíveis com as tradições e culturas do povo brasileiro, isolando os turistas estrangeiros em ilhas “artificiais”, como em resorts e cruzeiros.

Mesmo em condições de instabilidade e falta de reconhecimento pela profissão e pelo profissional, o turismo é uma epistemologia em análise, de acordo com Tribe (1997, p. 639, apoiada em PANOSSO NETTO; NECHAR, 2014, p. 121) seria interessante se refletir sobre essa prática cultural e econômica, por dois motivos, primeiramente, por promover uma revisão sistemática do que é o legítimo conhecimento turístico; em segundo, porque não há ainda um acordo sobre as fronteiras dos estudos turísticos. A atividade turística é só mencionada como provedora de renda/divisas/riquezas para o país, o que não deixa de ser real, conforme o Ministério do Turismo essa prática coloca o Brasil em terceiro lugar como produto de exportação.

O turismo não é pensado como uma política pública, que vise proporcionar lazer, bem-estar e participação integral do receptivo. Quando a visão econômica limita à compreensão do turismo como produto ou mercadoria faz com que as ações promovidas pelo poder público contrariem os discursos políticos que tratam do turismo, como uma possibilidade de minimizar desigualdades regionais através da sustentabilidade social e ambiental. Existem inúmeros aspectos negativos que parecem ser mais implacáveis para esses receptivos do que os positivos gerados através do aspecto econômico, Dall’Agnol (2012) afirma esses efeitos como:

Efeitos de aculturação e imitação: se produzem trocas nos gostos e hábitos de cultura da comunidade receptora, ao estar exposta aos hábitos e gostos da emissora (horários, atividades de descanso, comidas, vestuário, trato pessoal, gostos sexuais modificados); Estabelece umas trocas urbanísticas, meio ambientais e arquitetônicos que influenciam e modificam a demografia do mercado receptor; Pode produzir fenômenos de repetição; Modificação da sociologia rural e urbana ao receber de forma

regular correntes turísticas massivas; Instabilidade do mercado receptor por motivos políticos (ditadura, estado de exclusão) e sociais (regras, insegurança, severas normas de circulação), produz uma redução do fluxo; Prejuízos e barreiras sociais por intolerância, indiferença, xenofobia, racismo, idioma; Pode, ao contrário, ser objeto de ambientes que repercutem negativamente nas relações turísticas futuras; Problemas com a gastronomia (água potável); boa ou má atenção médica-sanitária: controle da higiene e limpeza nos lugares turísticos. (DALL'AGNOL, 2012, p. 04)

Atualmente, o turismo se encontra com dificuldades com relação ao receptivo, pois sua atuação com as comunidades tradicionais sempre fora de hostilidades, e, por muitas vezes deixou a desejar com suas propostas de viabilidade econômica para as comunidades, manutenção da sustentabilidade ambiental e social, e de suas culturas. Segundo Dall' Agnol (2012, p. 3), “as comunidades receptoras tendem a ver o turismo com desconfiança, porque em geral não têm a oportunidade de participar das tomadas de decisões sobre a questão nessa área”. Por se sentirem excluídas, acabam não aderindo ao turismo, refutando a presença de turistas em suas localidades. Segundo Krippendorf *apud* Dall' Agnoll (2000, p. 19), “os habitantes das regiões visitadas começam a sentir também certo rancor em relação aos efeitos negativos do êxodo das massas turísticas”.

Ao conversar com Jaçanã Pataxó, em entrevista sobre os aspectos positivos e negativos de intercâmbios no turismo, ela demonstra sua insegurança a respeito dos turistas que ali chegam, muitas vezes despreparados para estarem interagindo com uma comunidade tradicional. Como exemplo, o turismo de massa que chega ao local, em que os usuários desses pacotes de viagem nem sempre apresentam empatia por esse tipo de passeio, e ao chegarem na comunidade apresentam ações de violência, com sarcasmo, preconceitos a forma dos indígenas se apresentarem, expressam a falta de educação e respeito ao outro que é diferente de si. Considera-se que a prática desse tipo de passeio deve ser antecedida de orientações aos turistas, para que possam entender o segmento de turismo. O preparo por parte do visitante para esse nicho no mercado do turismo é fundamental.

Acho que é uma coisa positiva. Desde que eles venham e respeitem a cultura local, do povo, então sejam bem-vindos... mas desde quando respeite... É que aqui nós recebemos pessoas que às vezes não respeita a cultura. Chega a falar coisas que não devem... falar que nós não somos mais índios. Então a gente precisa explicar pra eles... Por que, que nós vestimos roupa hoje... por que, que nós falamos o português... Temos que explicar por que tem muitos que não nos respeitam... Então a gente precisa contar não por que, que nós falamos o português... e sempre falamos pra eles que o nosso povo não perdeu a nossa cultura. Nós estamos é revivendo né... Voltando outra vez... porque há muito tempo foi tomada isso da gente. Então hoje nós voltamos a fortalecer a nossa cultura...³⁴

³⁴Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Jaçanã Pataxó.

A falta de respeito com a identidade dos autóctones por parte de alguns visitantes, por vezes violenta, é avaliada pelos *Pataxó* do Pé do Monte como desconhecimento da história e dos povos indígenas, entretanto a expressão desses preconceitos deixa doloridas marcas, revelando o racismo estrutural nessas formas depreciativas de interagir com o outro.

Defende-se que o turismo seja pensado não apenas para satisfazer os anseios idealizados de turistas e pelo *trade*³⁵ turístico. O mercado do turismo não deve sobrepor aos aspectos locais dos receptores, tanto turistas quanto receptivos devem ser valorizados e respeitados. Deve-se romper com essa lógica perversa de quem tem posse da economia pode subjugar o receptivo. Krippendorf (2001, p. 68) explica que a motivação de alguns turistas por destinos turísticos, como da Bahia, não seria em “função do autóctone, mas em função [...] da paisagem e do clima agradável”, que esses são os critérios eleitos.

O turismo de massa faz com que empresas coloquem junto do pacote de praia, por exemplo, como um dos atrativos a visita a uma comunidade tradicional, muitos desses quarenta *paxes*³⁶ não tem nenhum tipo de gosto por esse tipo de passeio, estão dispostos a estarem ali para aproveitarem o máximo do pacote adquirido. É válido que os estudos econômicos avaliem esse fenômeno como positivo para o sistema, contudo quem se beneficia desse modelo é a indústria do turismo. Portanto, ressalta-se que é imprescindível agenciar uma mudança na cultura política, administrativa e ideológica, buscando novas estruturas e formas de gestão para o turismo.

4.2 Turismo na Bahia: “Costa do Descobrimento”

A escrita sobre o turismo do estado baiano tem por intenção conhecer aspectos geográficos, históricos e sociais da Costa do Descobrimento, da cidade de Porto Seguro e da Aldeia Pé do Monte. Pesquisas acerca do turismo da Bahia, especificamente na “Costa do Descobrimento” revelam a existência de vários segmentos turísticos interrelacionados, principalmente o *turismo cultural* interligado ao *ecológico*.

A Bahia é o estado brasileiro mais antigo, localizado na região Nordeste, sua capital é Salvador. O território baiano é composto por 564.733.080 quilômetros quadrados, que são divididos em 417 municípios, sendo também o mais populoso da região Nordeste. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a sua população é de aproximadamente

³⁵ Considera-se Trade turístico, o conjunto das atividades ligadas direta ou indiretamente à estrutura de uma localidade turística, tais como hotelaria, gastronomia, transportes, centros de convenções, lojas de souvenirs

³⁶ PAX é a sigla usada no turismo (termo do turismo) para se referir ao passageiro.

15,2 milhões de pessoas. Dentre os estados do Nordeste, a Bahia é o que apresenta maior número de fronteiras. Esse estado, ao leste é banhado pelo Oceano Atlântico, possuindo a maior área litorânea do país, com aproximadamente 900 quilômetros de orla. E foi no Extremo Sul da Bahia, mais precisamente na região da “Costa do Descobrimento”, que a história da colonização do Brasil teve início.

O turismo está entre o mais importante instrumento de geração de renda do estado, a diversidade natural, as praias de águas mornas, a rica cultura do povo e o clima agradável³⁷, fazem com se tenha um expressivo movimento de turistas, impactando positivamente na captação de divisas. Segundo dados disponíveis no site “Toda Matéria” (2019), a vegetação é bastante diversificada, composta por floresta tropical, mangues litorâneos, caatinga e cerrado. A caatinga está presente na região semiárida, ocupando a maior parte do território baiano. O cerrado é encontrado na porção oeste e a floresta tropical, bastante devastada, no Sudeste”.

A rede hidrográfica é formada por vários rios, com destaque para o São Francisco, que é de grande importância para a população local. Outros rios do estado são o Brumado, Capivari, Carinhanha, de Contas, Grande, Itapecuru, Jacuípe, Jequitinhonha, Pardo, Paraguaçu, Paramirim, Jucuruçu, etc. O Parque Nacional do Monte Pascoal enquadra-se dentro das Bacias do Leste. (PLANO DE MANEJO PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL, 1979, p. 11)

Os aspectos físicos básicos da Bahia citados acima e referenciado não dizem respeito apenas aos aspectos geográficos, biológicos e sociais, mas também aos aspectos turísticos, como o clima, a paisagem natural, as tradições e sua economia. Os aspectos turísticos de uma região são seus aspectos físicos e sociais, que nas avaliações de Ferreira e Dantas (2013) o que se apresenta da Bahia em *slogans*, imagens de mídia e panfletos em agências de viagens tem boa receptividade, pois produzem uma “imagem da Bahia como um polo de atração para turistas em busca de experiências ‘diferentes’ e ‘exóticas’ [...] na Bahia essa construção ocorre a partir de uma cultura local que tem como principal símbolo a identidade sociocultural dos baianos” (p. 115).

Outro aspecto que mobiliza o turista a ir à Bahia é a forma de comunicação e de informação no contexto da globalização. A internet e o correio eletrônico têm permitido maior autonomia dos turistas quanto as escolhas de seus roteiros de viagens, como das consultas em blogs e em redes sociais, onde podem influenciar os demais e serem influenciados, exigindo daqueles que trabalham com o turismo o desenvolvimento das competências digitais, em atendimento a esse novo público.

³⁷Conforme descrições no Plano de Manejo Parque Nacional do Monte Pascoal, 1979, p. 21.

Outros suportes textuais que direcionaram e direcionam o turismo é a literatura nacional. A literatura baiana do início do século XX, como as obras de Jorge Amado foram consideradas como os primeiros guias turísticos da Bahia, pois, tais escritas traziam aspectos da cultura, do povo da região, da história, da economia e da religiosidade, aspectos fundamentais para o fomento do turismo (FERREIRA; DANTAS, 2013). Investiu-se também na publicidade de atributos da cultura do povo baiano a partir da produção fonográfica de alguns artistas, como Dorival Caymmi, Caetano Veloso, Maria Bethânia, e posteriormente na década de 1990, com a influência de bandas de axé e do carnaval com seus trios elétricos.

Ferreira e Dantas (2013) sistematizam a economia do turismo numa perspectiva das políticas públicas, observando que a primeira etapa do turismo baiano, iniciou-se na década de 1950, com sua institucionalização na década de 1970, quando ocorre a primeira gestão de Antônio Carlos Magalhães (1971-1975). Nesse período o turismo “era baseado no imaginário do nacional-desenvolvimentismo e no discurso essencialista baiano”, que acarretou a construção de um ideário político fundamentado na “modernização conservadora com a participação das camadas de classe médias baianas” (p. 6). Os autores analisam que as reformulações desse período consolidaram Salvador como um produto turístico, ainda que de uma concepção de modernidade baseada no desenvolvimentismo militar e da higienização, conseqüentemente com a exclusão dos periféricos dessa economia. Pinho (1998) analisa que “a ideia de Bahia é um objeto cultural multifacetado, que "existe" apenas nas formas de seu uso, sedimentado e agenciado pelo ajuste de um determinado número de agentes identificáveis, sob o ambiente específico e definido do *autoritarismo político* e da *discriminação racial* operantes no Brasil por todo esse século” (p. 3, grifo da autora).

A partir dos anos de 1980 houve uma queda no desenvolvimento na área do turismo da Bahia, que segundo a BAHIATURSA (1998) deveu-se à falta de apoio governamental, frente a inflação que aumentou o valor de viagens aéreas e das hospedagens. O turismo volta a ter um crescimento em 1993, com a construção do *Projeto Linha Verde*, dando início a terceira etapa do desenvolvimento turístico do estado da Bahia. E, em 2007 é criada a Secretaria de Turismo, conseqüentemente a implantação de novos produtos turísticos, entre eles o *etnoturismo* na Bahia. (FERREIRA; DANTAS, 2013). Essas abordagens são ampliadas a partir das sistematizações da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia – SETUR (2009), que assim apresenta os principais marcos históricos do turismo da Bahia:

- 1º Salto (1934 – 1969) - Construção da identidade turística cultural - 1930-1950: Construção da identidade turística cultural – magia, encanto, povo hospitaleiro; Jorge Amado, Caymmi, Ari Barroso, Carmen Miranda, Walt Disney;

- 1951 – 1954 - Início da Institucionalização – esfera municipal; Criação da Taxa Municipal de Turismo; Conselho de Turismo da Cidade do Salvador; Diretoria Municipal de Turismo; Plano Municipal de Turismo;

- 1964 – 1969 - Departamento Municipal de Turismo; Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador – SUTURSA; Consolidação da institucionalização já na esfera estadual; BAHIATURSA – Vinculada à Secretaria de Assuntos Municipais criada para construir, e estimular a construção de hotéis e pousadas;

- 2º Salto (1970 – 2006) - Planejamento, infra-estrutura, promoção e parques hoteleiros 1970 -1990 - Plano de Turismo do Recôncavo - Rômulo Almeida; Parcerias com a EMBRATUR – construção de hotéis e pousadas, Centro de Convenções da Bahia; Estratégia de Comunicação - Bahia – Terra da Felicidade; Captação de Vãos Internacionais; Promoções Internacionais; Programa “Caminhos da Bahia” – embrião da interiorização; Novo redesenho do Sistema Estadual de Turismo; Extinção da Emtur e Conbahia; A Bahiatursa absorve suas funções - 1991- 2006 - Divisão/gestão regional – zonas turísticas; Início do PRODETUR – Bahia; Investimentos em infra-estrutura pública; Incremento dos investimentos privados; O Governo inicia a recuperação do Pelourinho; Criação da Secretaria da Cultura e Turismo; Parcerias Setor Público x Setor Privado x Sociedade Civil; Planejamento Estratégico para o Turismo no Estado;

- 3º Salto (A partir de 2007) - O salto da qualidade, da inovação e da inserção econômica; A partir de 2007; A criação da SETUR – Secretaria de Turismo; Alinhamento do modelo estadual com o federal; Ampliação da Infraestrutura; Produção associada ao turismo; Qualificação profissional; Formatação de novos produtos e serviços – etnoturismo. (SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA, 2009)³⁸

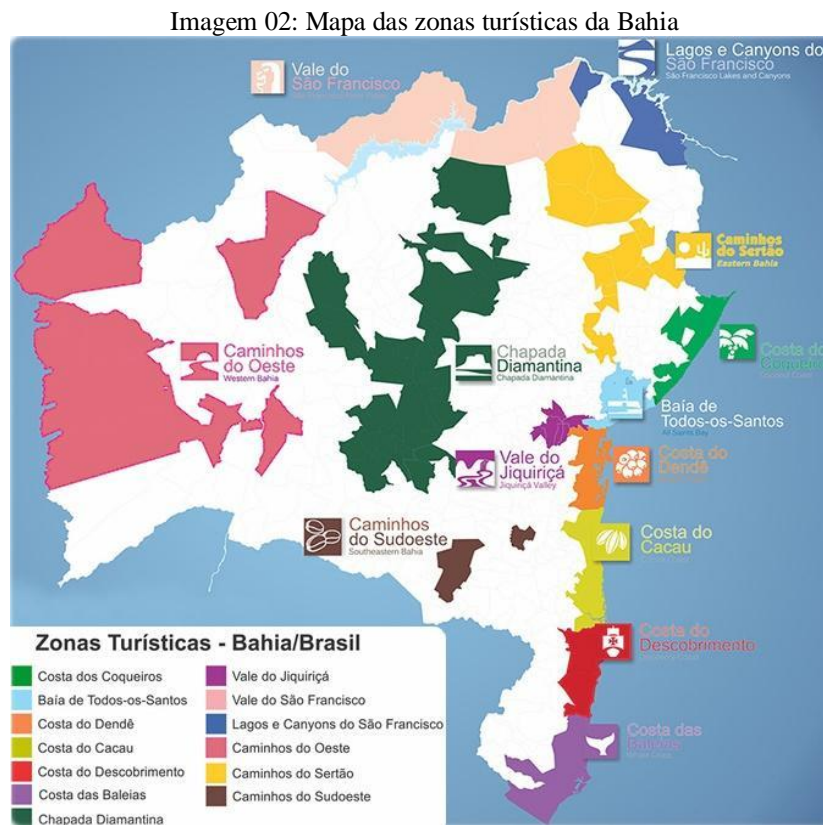
Em linhas gerais, percebe-se que é o sistema econômico, no caso do Brasil, o capital que regula os que lugares a se tornarem atrativos turísticos, ou seja, o produto da indústria turística é determinado pelo poder de consumo da classe burguesa. Isso não significa a ausência de ações independentes de pequenos grupos, que de forma “familiar” realizava turismo, como os aldeados nas regiões de Coroa Vermelha/Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro e no entorno do Monte Pascoal.

A partir de 2007 o turismo baiano ganha outros rumos, o desenvolvimento da Secretaria de Turismo do Estado colabora para que o estado estruture o segmento do turismo étnico, conforme inventário das potencialidades turísticas apresentado ao Ministério do Turismo pela Secretaria Estadual de Turismo:

[...] Dentre os 417 municípios baianos. Como resultado, o mapa turístico da Bahia passou a contar com 13 zonas turísticas que incorporam 156 municípios, cada uma delas recebendo a denominação característica de sua principal identidade física ou temática da sua região. Dentre eles a “Costa do Descobrimento”, zona turística de interesse dessa pesquisa. (BAHIA, Superintendência de Investimentos em Turísticos, 2011)

³⁸ Disponíveis em: <https://docplayer.com.br/10929006-Secretaria-de-turismo-da-bahia.html>.

As regiões turísticas da Bahia foram divididas em 13 zonas de *identidades turísticas*, levando-se em consideração a marca identitária de cada local, assim organizadas: a Baía de Todos os Santos, Caminhos do Jiquiriçá, Caminhos do Sudoeste, Caminhos do Sertão, Caminhos do Oeste, Costa dos Coqueiros, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Chapada Diamantina, Lagos do São Francisco e Caminhos do Oeste e Salvador, conforme mapa abaixo (imagem 2).



Fonte: BRASIL: Sec. de Turismo (2011)³⁹

4.3 A “Costa do Descobrimento”

Para o teórico Santos (2016) foi no século XXI que se começa a construir a noção de política territorial no país, resultando na criação do território⁴⁰ de identidade, conforme mapa acima, e desses polos, destaca-se a “Costa do Descobrimento”, em virtude do *locus* da pesquisa.

³⁹ Disponível em: [https://www.bahia.ws/mapa-bahia/\(2011\)](https://www.bahia.ws/mapa-bahia/(2011))

⁴⁰ A configuração dos Territórios de Identidade teve como principal mentor o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que, em 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), lançou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), objetivando “promover o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento

A “Costa do Descobrimento” possui 150 km de praias conhecidas por sua expressiva beleza, como Coroa Vermelha, Mutary, Mundai, Caraíva, a Praia do Espelho que é considerada uma das mais belas do país, Taperapuã, Santo Antônio, das Tartarugas e Santo André, entre outras. Para os amantes de esportes radicais e de aventura existem locais ideais para a prática de surfe, trekking, mergulho, cavalgadas, windsurf, ultraleve entre outras modalidades.⁴¹

Dentre as costas distribuídas nos territórios turísticos de identidade a “Costa do Descobrimento” se destaca por suas belezas naturais e pela sua principal marca, o local do “Descobrimento do Brasil”, a área em que as embarcações portuguesas ancoraram pela primeira vez. Além desse aspecto histórico, a costa abriga inúmeros destinos turísticos com produtos variados, dentre eles a praia, o sol, as cidades históricas do período colonial, o carnaval, a “baianidade” e as aldeias indígenas *Pataxó*, principalmente aquelas que desenvolvem o *etnoturismo* como meio de subsistência e valorização de suas identidades étnicas. Essa região abrange cinco municípios: Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Eunápolis e Itabela. Porto Seguro e Eunápolis são as duas cidades polos nesse território, sendo Porto Seguro a mais procurada como destino turístico da região e do Brasil, e Eunápolis como importante polo de negócios.

Quanto a Porto Seguro, foi a partir da década de 1990 que se desenvolveu os grandes empreendimentos turísticos e imobiliários, principalmente pelos investimentos de agenciadores de turismo, colocando a “Costa do Descobrimento” como produto nacional de entretenimento, surgindo na região, mais precisamente no município de Porto Seguro um turismo de massa. (MENDONÇA JÚNIOR, 2002). No entorno de Porto Seguro há vários distritos importantes, que também se destacam por suas belezas naturais e culturais, formatando esse turismo, são eles: Trancoso, Arraial d’Ajuda, Caraíva, Corumbau (Prado)⁴² e mais 40 aldeias *Pataxó* distribuídos em seis Terras Indígenas nessa região: TI de Barra Velha, TI Aldeia Velha, TI Imbiriba, TI Águas Belas, TI Coroa Vermelha e TI Mata Medonha.

A “Costa do Descobrimento”, conforme dados compilados por Vieira (2016), possui um total de 378,59 mil habitantes e densidade demográfica de 31,26 habitantes/km² (IBGE, 2014). O IDH da Região foi calculado em 0,617 (IBGE, 2010) e a maior parcela da população, cerca de 70%, vive em área urbana. O PIB deste território totaliza R\$ 5.003 bilhões, sendo

e dinamização de sua economia (SANTOS, B. R. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Solidário – PTDSS. Território de Identidade Costa do Descobrimento. Salvador, 2016.).

⁴¹ Conforme descrição da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia, publicado em 2016.

⁴² O Município do Prado não está incluído no mapa dentro da zona do descobrimento, mas sim na costa das baleias, porém o Prado se identifica como parte dessa história.

composto por 51,13% do setor serviços, 22,44% da administração pública, 17,62% do setor industrial e 8,81% corresponde à agropecuária”. (IBGE, 2013).

O município de Porto Seguro foi criado no ano de 1534. Ainda hoje se observa marcas de ocupação europeia no Brasil, constituindo-se dentre as primeiras formações urbanas da colonização portuguesa. Além da cidade de Porto Seguro, em Vale Verde, Arraial D’Ajuda, Coroa Vermelha, Caraíva, Trancoso (1586) e Santa Cruz Cabralia foram encontrados inúmeros sítios arqueológicos históricos e pré-históricos (IPHAN, 2015). Os municípios que fazem parte da Costa do Descobrimento somam uma área total de 5.798 km². Encontram-se a 656 km de Salvador, capital do Estado da Bahia, que é um dos principais portões de entrada dos turistas internacionais para o Estado e para o Nordeste. (MENDONÇA JUNIOR, 2002). Esses municípios tiveram seu crescimento em torno do comércio, da pesca, do turismo, da indústria, de serviços agropecuários e da construção civil, do artesanato e do plantio e beneficiamento do eucalipto.

Sobre a riqueza de manguezais e rios na região, Santos (2016, p. 15) descreve que há uma expressiva quantidade de mananciais, como a grande quantidade de rios que se distribuem nas Bacias do Jequitinhonha, Bacia do Rio Pardo e Bacias do Extremo Sul, essa última, por sua vez abarca as sub-bacias dos Frades, Buranhém e Santo Antônio que participam da Costa do Descobrimento. Desses rios destacam-se: o Jequitinhonha, Buranhém, João de Tiba, Frades, Santo Antônio e Caraíva (SANTOS, 2016, p. 15).

Porto Seguro tem um perímetro urbano de 5.877 km² ao Sul, a cidade se limita naturalmente com o leito do Rio Buranhém e, a leste, com o Oceano Atlântico. Ao Norte, foi estabelecido o limite do Rio dos Mangues, que segue em direção ao Norte, até encontrar o Rio Jardim, que é o limite municipal com o Município de Santa Cruz Cabralia, qual segue até a Ponta de Muiatá, próxima a Coroa Vermelha. (MENDONÇA JUNIOR, 2002). Em Porto Seguro encontra-se o principal aeroporto da região – Aeroporto Internacional de Porto Seguro, com capacidade para receber todo tipo de aeronaves, sendo um dos aeroportos brasileiros que mais recebe voos *charters*, principalmente de países da América do Sul.

O Território possui boa rede viária, com estradas que interligam seus diversos municípios, conectando-o as várias regiões do estado. A principal rodovia de acesso à região é a BR-101, que atravessa todo o litoral brasileiro, de norte a sul do país. Em Eunápolis tem-se acesso a Porto Seguro pela BR 367. Há linhas regulares de ônibus para todos os municípios, exceto para as aldeias indígenas, sendo possível o turista fazer esse passeio com carros alugados ou utilizar de fretamentos turísticos.

A BR 101, responsável pelo fomento do turismo nessa região foi construída na década de 1970, esse empreendimento causou o desmatamento, facilitando os empreendimentos da monocultura regional e da agropecuária, fazendo com que indígenas perdessem seus territórios, suas moradas e um de seus principais meios de subsistência, a floresta. Expulsos de seus territórios que foram cortados pela rodovia, foram obrigados a procurar alternativas de sobrevivência, como a comercialização de farinha, urucum e de artesanatos de madeira. (SANTOS, 2016; PORTO, 2006). O asfaltamento – BR 101- facilitou a chegada de visitantes às cidades litorâneas, com maior impulso na década de 1990, com os empreendimentos imobiliários e turísticos. E, nos anos 2000, com a passagem do milênio, o governo estadual junto com ao federal resolvem comemorar os 500 anos do “Descobrimento do Brasil”, promovendo uma grande festa no município de Porto Seguro, com investimentos em artistas, estruturas, marketing, política, entretanto, esqueceram dos indígenas da região, fazendo com que esses protestassem em repúdio aos quinhentos anos de negação de seus direitos.

Essa festa junto a investimentos e políticas para o turismo, fez com que o turismo da região aumentasse consideravelmente, ganhando formas próprias e significativas. Porto Seguro se torna um dos principais destinos turísticos brasileiros, e o turismo de massa⁴³ passou a fazer parte desse negócio, conseqüentemente ampliação da rede hoteleiras, de restaurantes, bares, cafés, barracas de praias, agências e operadoras de turismo, investimentos essenciais para a desenvolvimento de um turístico de qualidade.

A região, que atualmente conta com estrutura completa de atendimento ao turismo, recebeu do governo do estado nos anos 1990, através do PRODETUR I /NE, intervenções importantes na infraestrutura, como o asfaltamento das BR-101 e BR-367 e a construção do aeroporto internacional, que alavancaram o desenvolvimento do território e atraíram para o local investimentos públicos e privados que o dotaram de urbanização, extenso parque hoteleiro e comércio e serviços vibrantes que somados às boas rodovias e ao aeroporto internacional transformaram a região em um parque turístico internacional. O turismo disseminou-se de maneira espontânea e está em processo de organização. (VIEIRA, 2016, p. 12)

Porto Seguro é o destino turístico mais procurado da região, pois reúne história, natureza e lazer urbano, exerce atração também como centro de turismo de negócios. Os meses

⁴³Dadas as condições da vida moderna, a utilidade e o atrativo das férias residem precisamente na capacidade de não ter nada de útil a fazer durante certo período. As férias são sinônimo de inutilidade, de *non-sens*. Em consequência qualquer proposição que objetive tornar a viagem das massas mais “útil” deveria levar em conta essas realidades fundamentais, mas, nem por isso, excluir a multidão de turistas normais das medidas de melhoria de turismo. Muito pelo contrário: *apenas tratando o turismo como fenômeno de massa e desenvolvendo a individualização e a humanização dentro desse contexto é que poderá ser transposto uma etapa decisiva* (IN: KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001)

de alta estação para o turismo são de outubro a março, mas, para negócios não existe baixa estação. São atrações importantes também as vilas de Arraial da Ajuda, Caraíva e Trancoso, por suas belas praias e casarios antigos, local onde se situam lojas e restaurantes rústicos, e uma culinária requintada. Essa região é a segunda mais visitada na Bahia, perdendo apenas para Salvador.

Em cada município são encontradas características próprias que os diferenciam. Belmonte, que tem vocação para o turismo ecológico é cortado pelo rio Jequitinhonha, rio navegável e perfeito para esportes aquáticos, pesca e observação da natureza, onde é possível fazer passeios de barco até Canavieiras-BA.

Santa Cruz Cabrália guarda recordações do Descobrimento, pois ali as caravelas portuguesas aportaram, sendo realizada a primeira missa na praia de Coroa Vermelha. Conserva casario do século XVI, e abriga um importante museu natural ao ar livre, o *Museu Aberto do Descobrimento*, que em seus 130 km nos municípios de Porto Seguro e Prado, as belezas dos acidentes geográficos e toda a natureza ao redor, bem como os grupamentos urbanos com suas edificações e marcos históricos. Em Cabrália há um Museu do Índio que retrata aspectos da história e da cultura indígenas. Há a aldeia de Coroa Vermelha que tem por extensão uma área de preservação - Reserva Pataxó da Jaqueira, nesses sítios destaca-se um consolidado trabalho de *etnoturismo comunitário*, especificamente na Reserva da Jaqueira que é uma arena turística consistente no mercado do turismo étnico.

Outro lócus turístico é a Aldeia Pé do Monte, que está localizado a 150 km ao Sul de Porto Seguro, entre as cidades de Itabela e Itamaraju, situada junto ao Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, que pode ser visitada por meio de agendamento prévio ou por chegada direta à aldeia, por ser essa comunidade de interesse dessa pesquisa, será descrita com maior precisão no capítulo subsequente.

Ao Sul, entre Caraíva e Corumbau, está localizada a “Aldeia-mãe”, a Aldeia Barra Velha, considerada a aldeia precursora de todas as outras aldeias, antes do massacre de 51, denominada em sua fundação por Bom Jardim. Nessa aldeia há um turismo consolidado, desenvolvendo o *etnoturismo* desde o final da década de 1970. Apesar de sua presença no campo turístico, em 13 de novembro de 2019, o Centro de Cultura da aldeia Barra Velha foi criminosamente incendiado, segundo moradores, é a terceira vez que isso acontece, sem saberem o motivo desse vandalismo. (JOJÔ NOTÍCIAS, 13 de nov. de 2019)

O Centro Cultura da aldeia é utilizado para reuniões e realização de rituais indígenas, especialmente em noites de lua cheia, representando para essa comunidade a valorização da cultura do povo, da convivência, e de suas lutas e resistências. Abriga também atividades

culturais e pedagógicas importantes, com reflexos significativos na formação de crianças e jovens da aldeia. (JOJÔ NOTÍCIAS, 13 de nov. de 2019). Essa aldeia se destaca pelos artesanatos, rituais, eventos educacionais e desportivos, por exemplo, os Jogos Indígenas Pataxó⁴⁴ locais e regionais e os seminários de educação.

Vê-se a necessidade de se pensar esse turismo não apenas como atrativos consolidados e disponíveis para o consumo, em que seus atrativos sejam construídos em cima de *uma identidade indígena* imposta por quem consome o turismo, conduzindo assim, os Pataxó a produzirem narrativas que satisfizessem o imaginário nacional, ainda que, pela distorção de fatos históricos, conforme justifica Neves:

Os nativos, em função de suas necessidades e através de um investimento simbólico, estariam fabricando uma espécie de etnicidade para exibição, o que seria uma releitura do instrumentalismo político, agora capitaneado pelos esforços mais diretamente econômicos. Nessas teses, os nativos seriam percebidos como indivíduos voltados para demandas de subsistência que, num certo sentido, capitalizariam a cultura e transformariam a tradição. Assim, transfigura-se o turismo na tabula rasa contemporânea do capitalismo, a solapar culturas e economias locais, submetendo-as aos ditames da lógica capitalista imposta pela neocolonização. (NEVES, 2015, p. 568)

O turismo como um movimento de massa é entendido como fenômeno que está em movimento em vinte quatro horas por dia, dependente de uma dinâmica intensa, logo alteram as relações sociais e as estruturas culturais das comunidades que dele dependem. Para que o dinheiro circule pelas aldeias impõe-se que a comunidade invista seu tempo a essa atividade. Os intercâmbios fazem com que os externos se familiarizem com o mundo da comunidade receptora e vice-versa. As demandas dos turistas impactam as dinâmicas desses cotidianos. Entretanto, não se pode negar que há trocas de saberes, pois o turismo, por natureza, é um agente mobilizador de conhecimentos. Avalia-se que é preciso seriedade nesse fazer, ser ético na hora de inserir um produto no mercado, para que esse satisfaça todos os envolvidos, tanto quem consome quanto quem o produz. E que nessa economia o receptivo seja respeitado e valorizado, que o turismo cumpra sua função reguladora da economia, possibilitando salários decentes aos profissionais do turismo e divisa justa dos lucros.

Infelizmente os projetos turísticos desenvolvidos em Porto Seguro e arredores não foram adequados, principalmente o de Porto Seguro, com seu caráter massivo. O *trade* turístico

⁴⁴Os Jogos Indígenas Pataxó são vistos pela comunidade como uma forma de os índios da etnia reforçarem a necessidade de expandir o conhecimento sobre sua existência, que faz parte da história do país, e são referência de projeto cultural bem-sucedido e o maior evento esportivo indígena do Nordeste. Os milhares de turistas e a própria população consideram o evento como uma das principais atrações de Porto Seguro nesta época do ano e uma chance de participar da comunidade Pataxó, que mantém as portas abertas para visitação. Explica Richard Alves Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Porto Seguro, 2018.

parece não se importar com os problemas sociais ocasionados pelos impactos do fluxo de visitantes. Na época de alta temporada a cidade fica à mercê da falta de energia, água, pois o município não suporta o aumento populacional, ocasionando racionamento de abastecimentos de energia e de água, especificamente nas periferias. Já na baixa temporada ocorre a diminuição de emprego.

Há também nesses sítios a subutilização de pontos turísticos históricos, pela ênfase em atrações voltadas para o entretenimento, aquelas que demandam maiores investimentos dos visitantes, como as festas e os “luais” nas grandes barracas e casas noturnas. Infere-se, em observância a essa lógica, que esse tipo de turismo visa somente a satisfação do mercado, negligenciando as demandas sociais geradas, pois estrutura-se na oferta de uma baianidade abreviada na música, dança, culinária, praia, clima e carnaval.

Para Silva e Cerqueira Neto (2002, p. 9) as empresas turísticas agem como qualquer outro tipo de negócio, logo não almejam “criar raízes territoriais, visando à busca constante de competitividade através da procura de subsídios, mão de obra barata e facilidades de mercado”. As empresas de turismo organizam-se por uma lógica de mercado, baseada na oferta de viagem “exóticas”, “românticas” e de “entretenimento”, da espoliação do patrimônio cultural e social, sem preocupação com o impacto da entrada de pessoas no território, com seus desdobramentos, como no aumento da violência e da prostituição.

Sobre o turismo da Aldeia Pé do Monte não há interferência de agências de turismo, por está distante do circuito de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália, a 150 km, assim, o agenciamento de suas atividades fica a cargo dos *Pataxó* da própria aldeia, esses assumem no contexto do território do descobrimento, o lugar dos indígenas que aqui estavam quando os navegantes chegaram.

Pode-se ainda pensar no turismo local do Pé do Monte como um turismo emancipado, que tenta se desenvolver pela determinação dos moradores da comunidade, conforme informa *Tohõ Pataxó* (2019): “fazemos o turismo sozinhos, tentamos algumas ajudas, mas não surtiram efeito, quem opera todo o processo do turismo da Aldeia somos nós mesmos”. É incontestável que esses indígenas ficaram excluídos do circuito turístico no territorial da identidade do descobrimento, ainda que eles sejam reconhecidos como aqueles que estavam nesse território desde o século XVI. Pois, a Aldeia Pé do Monte é terra ancestral da nação *Maxakali*, que era constituída de subgrupos denominados de *Amixokori*, *Pataxó*, *Monoxó*, *Kumanoxó*, *Kutaxó*, *Kutatoí*, *Malali* e *Makoni* (PARAÍSO, 1994). Esses grupos viviam em trânsito, conforme a oferta de alimentos nessa região, no entorno do monte “*Pé de Pedra*”, lugar onde se encontravam e se reuniam, e em que estão seus “encantados”.

Já nos anos noventa, no processo de retomada do território pelos *Pataxó*, juntamente com a chegada da passagem do milênio e a comemoração dos 500 anos de Brasil, os indígenas avaliaram que ao se identificarem como grupo étnico *Pataxó*, como grupo de contraste aos não-indígenas, conseguiriam informar que existiam no território e que resistiram às políticas assimilacionistas e integracionistas, buscando nessa afirmação identitária reconhecimento dos saberes ancestrais.

Apesar de elementos comuns que perpassam em todas as aldeias da Costa do Descobrimento, o turismo da Aldeia Pé do Monte tem suas peculiaridades, conduz a torna-lo como um *eco-etno-turismo* que se realiza no espaço geográfico do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, possibilitando aos turistas realizarem o trajeto de 1300 metros de subida ao monte, em trilhas “ecológicas interpretativas”, e ao mesmo tempo um turismo histórico, pois a apreensão do contexto ambiental envolve apreender sobre a história do local e de seu povo. Outra característica desse empreendimento é a autonomia em sua gestão, toda a logística desse comércio é realizada por membros da aldeia, nesse caso, pode-se refletir em um modelo de *turismo indígena*, ou seja, um *etno-turismo*, que tem por base uma *economia comunitária*, conforme explica *Amy Pataxó* (2020):

Todos aqui são responsáveis pelo turismo, Tohõ, Amy, Caxiló, Tarugo, Poytag, o Cacique Guaru e demais, todos os Pataxó... Os Monitores são indígenas, não somos assalariados, ao que ganham do trabalho que fazem, é como uma pescaria se tiver visitantes os monitores ganham, mas se não tiver os monitores também não tem um retorno financeiro. Então fazemos por amor esse importantíssimo trabalho e agradecemos a participação de todos. Um importante ponto é que o dinheiro arrecadado não vai só para os monitores, mas também para a portaria onde esse dinheiro arrecadado tem a função de ajudar a comunidade em momentos precisos.⁴⁵

O agenciamento do turismo pelos *Pataxó* não exclui a participação de operadoras de turismo da região, assim, esporadicamente ocorrem algumas visitas trazidas por agências de Porto Seguro, mas sem vínculos. No entanto, o contato dos turistas com suas tradições e costumes estimula visitas de outros grupos, que são informados pelos próprios em suas redes sociais. Considera-se que o turismo da Aldeia Pé do Monte tem essas especificidades de categorias do turismo *ecológico, étnico, histórico e cultural*, restando saber se esse turismo, que vem se desenhando, pode ser considerado como *pedagógico* ou *educativo*.

As categorias levantadas no percurso dessa *Pesquisa-ação* sinalizam a necessidade de serem confrontadas no âmbito de teorias sobre turismo. Logo, as classificações de turismo em *histórico-cultural, turismo comunitário, etno-turismo, eco-turismo* e *educativo/pedagógico*

⁴⁵ Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Amy Pataxó.

serão abordados a partir de pesquisas de Aragão e Macedo (2011), Ângelo (2012), Moesc (2013), Santos (2019), Goulart e Santos (1998), Gonçalves (2008), Greg Richards (2009), Meneses (2004), Richards (2007) e Smith (2003).

4.4 Categorias do Turismo

Todos os lugares trazem aspectos próprios da cultura, modos sociais, econômicos e ambientais, que os tornam únicos ao serem comparados a outros. No contexto das aldeias da “Costa do Descobrimento” a história do Brasil já colabora para promoção desse *lócus* como ponto turístico para aqueles que buscam conhecimento e *identificação com a histórica da nação*. (ARAGÃO; MACEDO, 2011), assim também o contato com a flora e a fauna e com os sujeitos que nesses espaços estão inseridos. Nesse sentido, busca-se, em dialética com os teóricos mencionados, avaliar as práticas *eco-etno-turísticas* e *pedagógicas* construídas na Aldeia Pé do Monte, conceituando categorias ou segmentos do turismo.

4.4.1 Turismo histórico-cultural

Segundo Goulart e Santos (1998, p. 23), o turismo cultural tem suas origens nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, a partir do desenvolvimento dos meios de transporte, propiciados pela revolução industrial, e com o surgimento de uma classe burguesa com desejo de mobilidade por outros espaços. A nova classe em ascensão buscou se elitizar, não só pelo acesso ao capital, mas também pela busca de conhecimentos, através das artes e do lazer. Para esses teóricos dentro da categoria turismo cultural há o turismo histórico, o étnico e religioso. Engloba também o turismo rural e o ecológico, quando se por foco divulgar áreas de preservação e fazendas ambientadas para turismo. Nesse conjunto encontra-se o *turismo indígena*, que no contexto dos *Pataxó*, engloba a economia de base comunitária.

O *turismo cultural* diz respeito à cultura, aos modos e costumes de um determinado tipo de povo, de uma região. Toda intervenção humana na natureza e na sociedade é chamada de cultura, assim também as formas como essas práticas se organizam, como a política e as demais formas de participação dos cidadãos. A cultura pode ser também “os resultados da formação ou educação dos indivíduos, do trabalho, da sociabilidade, [...], expressos em ações ou instituições como as artes, as ciências, a filosofia, os ofícios, a religião, o Estado”. (GONÇALVES, 2008, p. 173), sendo assim o turismo da Aldeia Pé do Monte é por natureza *cultural*, logo *educativo*, por serem esses aspectos indissociáveis.

Os conhecimentos passados de um para o outro é uma forma de educar pela cultura, porque “toda sociedade caracteriza-se por uma configuração cultural, isto é, uma lógica que se encontra ao mesmo tempo nos comportamentos institucionais e nos comportamentos dos sujeitos” (GOULART; SANTOS, 1998, p. 21), situando assim, a *cultura do turismo*, como uma entre tantas formas de se organizar um grupo social a partir de seu *patrimônio cultural*. Configura-se, nesse estudo, *patrimônio cultural* não só os monumentos ou antepassados históricos, inclui-se as manifestações religiosas, os festejos, os mitos, os fazeres, os saberes partilhados, sendo o fortalecimento desses patrimônios culturais imateriais no *turismo cultural*.

Há teóricos que avaliam que nessas trocas, as comunidades tradicionais ao recepcionarem os turistas, seriam “aculturadas”, uma vez que, para eles, qualquer contato tem o poder de modificar a comunidade. Há também aqueles que acreditam que a aculturação seria por via binária, considerando que tanto o turista quanto que o recepciona seriam aculturados. Na perspectiva de Goulart e Santos (1998), o próprio desejo que é inerente do ser humano de interagir já o torna um aculturador ativo e passivo. Entretanto, Viveiros de Castro (2011) posiciona-se contrário a esse pensamento. Para ele “não somos aculturados, somos re-significados”, construídos na medida em que o tempo evolui e a cultura se molda. Se as culturas não são cristalizadas, nem estáticas, logo ninguém poderá ser aculturado, mais sim, reformulado, construído, portanto, o turismo um *intercâmbio cultural* (SANTOS, 2019) enriquecedor para aqueles que dele se beneficia.

Na linha de pensamento de Viveiros de Castro tem-se Greg Richards (2009) que considera que a cultura não é estática, logo o *turismo cultural* também é dinâmico e mutável, reconhecendo que com o passar dos tempos ele ganha novas roupagens, deixando de ser específico para passeios em museus ou monumentos antigos para agregar demais elementos que integra a cultura de um povo, como a gastronomia, a música, o teatro, a etnicidade, entre outros. José Newton Coelho Meneses “considera que reconhecer um espaço como “turístico” é elaborar uma construção cultural. Dessa forma, é dado sentido e significado as coisas e costumes de tempos diversos e de pessoas diferentes da realidade dos turistas”, contribuindo para a “construção de saberes sobre uma imensa gama de questões sociais que interessam de forma bastante prática ao mundo presente. (MENESES, 2004, p. 104). Portanto, o *turismo cultural* é uma área ainda em expansão pela indústria cultural global. (RICHARDS, 2007; SMITH, 2003)

As inconstâncias políticas e sociais afetam diretamente o comportamento do turismo, de qualquer segmento, assim, o Estado no afã de se promover aquecimento na economia, como do Brasil que também atravessou uma crise sanitária em função da Corona Vírus, pode-se

instigar a oferta desenfreada de pacotes turísticos, sem levar em condições as reais potencialidades dos pontos turísticos e as reais condições sanitárias dos sujeitos. Tal ponderação, reforça que o turismo é por si cultural, conforme reconhecimento dos órgãos oficiais de turismo do Brasil e do mundo. A Organização Mundial do Turismo define o *turismo cultural* como,

Movimento de pessoas em busca de motivações essencialmente culturais, tais como excursões de estudo teatralizações e excursões culturais, viagens para festivais e outros eventos culturais, visitas a localidades e monumentos, viagens para estudar a natureza, folclore ou arte e peregrinações. O aspecto central nessa definição é que o turismo cultural envolve “essencialmente motivações culturais”. (OMT, 2004)

O Ministério do Turismo (2006), principal órgão de Turismo do Brasil, explica que “o *turismo cultural* abrange as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. Sendo assim, o *turismo histórico e cultural* como elemento central das mudanças culturais da sociedade contemporânea. No âmbito dessa pesquisa, o turismo *histórico-cultural* também se realiza como *turismo de contato* e de vivência, sendo os *Pataxó* com seus *modus vivendi* o principal produto a ser comercializado, denominado esse aspecto cultural como *etno-turismo* ou *turismo étnico*.

Sobre o turismo organizado pelo coletivo, *Amy Pataxó* (2020) explicita que o turismo desenvolvido na Aldeia é *histórico e cultural*, pois tem por foco a valorização da cultura indígena e a história do nosso povo”⁴⁶, consecutivamente um *turismo étnico*, em que os *Pataxó* recuperam suas histórias pela memória, o que tem lhes permitido a recriação da identidade. (BARRETO, 2007)

Sobre essa história memorialista presente no turismo, *Poytãg Pataxó* (2020) conta que a memória ancestral de seu povo é um instrumento importante para a comunidade, pois através dela se constrói mecanismos culturais e históricos do passado, reinventando-se o presente na forma de produto para o turismo, de tal modo, “a gente também conta um pouco da nossa história, a de nossos antepassados, o que foi vivido e o que ainda se vive, um pouco dessa história”.⁴⁷ Nesse sentido, “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações” (BOSI, 1979, p. 9), essa (re)configura o produto do turístico em *histórico-cultural-étnico*.

⁴⁶Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Amy Pataxó.

⁴⁷ Entrevista concedida a pesquisadora no dia 11 de junho de 2020, por Poytãg Pataxó.

O Ministério do Turismo (2006, p. 16) considera que a “vivência histórica das comunidades, ao ser valorizada pelo turismo, enriquece a experiência do turista e reforça o sentimento de pertencimento local”, confirmando de tal modo, que o modelo de turismo adotado pela comunidade pode ser classificado a partir dessas três dimensões.

4.4.2 Etnoturismo e turismo indígena de base comunitária

No fomento do turismo na aldeia Pé do Monte observa-se que o produto ofertado pelos *Pataxó* dessa comunidade consolida-se também pela capacidade que esse grupo étnico tem para desenvolver seu próprio turismo, este fundamentado na história e na cultura de um grupo étnico, a partir de seus domínios no contexto ambiental, especificamente na área de Mata Atlântica.

O *turismo étnico* propõe condições para o exercício da alteridade, a convivência com o “outro” e a sensibilidade da representação étnico-cultural para o outro, pois o olhar do outro torna-se um “espelho” de reflexão, moldando as práticas a serem apresentadas aos visitantes. Conforme a Organização Mundial do Turismo, o turismo étnico, “constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos”. Nesse contato o turista busca estabelecer aproximações com a comunidade anfitriã, participando de suas atividades tradicionais, observando e aprendendo sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares.

O Ministério do Turismo do Brasil (Mtur), considera o *etnoturismo* como um segmento do *turismo cultural*, “constituído por atividades turísticas, envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos” (BRASIL/Mtur⁴⁸, 2010, p. 20). Em afinidade a esse organismo, considera-se que o *Turismo étnico* envolve uma gama de organizações sociais, como as comunidades representativas de processos imigratórios, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus saberes ancestrais, sendo esses os princípios norteadores de seu modo de vida e de organizarem seus saberes e fazeres no contexto da recepção de turistas.

O teórico Smith (1989, p. 82), reafirma que o turismo étnico “consiste em conhecer o modo de vida de populações ‘exóticas’, como os indígenas, as comunidades quilombolas, ribeirinhas, italianas, japonesas, árabes, dentre outras, incluindo suas formas de vida.” De tal modo, Silva e Carvalho (2010, p. 8) inferem que o *turismo étnico* “é voltado para as tradições e estilo de vida de um grupo, essas utilizadas para destacar o turismo nas comunidades ou

⁴⁸ Disponível: <http://www.turismo.gov.br/>

enclaves específicos, em processo de desenvolvimento”, uma vez que “o turista procura a etnicidade como motivação para as viagens, muitas vezes para observar e/ou vivenciar experiências únicas sobre a organização social e o estilo de vida das populações visitadas”. (SILVA; CARVALHO, 2010, p. 8). Nesse conjunto conceitual, tem-se Faria (2008), entendendo o “etnoturismo como um tipo de turismo em que os viajantes conhecem de perto a vida, os costumes e a cultura de um determinado povo, especialmente de povos indígenas” (p. 44).

Os autores apresentados elucidam que o *etno-turismo* é um formato de turismo em que os sujeitos em seus contextos sejam os principais atrativos, englobando suas manifestações culturais, histórias e organização social. Organizado por grupos étnicos com fins principalmente culturais, educativos e recreativos, essa modalidade permite conhecer os valores culturais, formas de vida, ambiental e histórica de um determinado grupo étnico. O *etnoturismo* é um tipo de *turismo cultural*, que utiliza como atrativos a identidade e a cultura de um determinado grupo étnico, buscando principalmente sua valorização perante a sociedade nacional.

A temática turismo indígena está sempre vinculada com a ideia de sustentabilidade, *desenvolvimento sustentável* e *turismo sustentável*⁴⁹, seguida de *ecoturismo*. No “Manual Indígena de Ecoturismo”, desenvolvido em 1997, resultado de uma ação coletiva de indígenas, antropólogos, técnicos indigenistas e especialistas em turismo e ecoturismo, levantou-se alternativas econômicas pelos indígenas, frente à demanda externa de pessoas interessadas em conhecer a cultura indígena. Esses estudos foram impulsionados pela *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento* ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como “Declaração Rio-92”, acentuando o interesse da população urbana em conhecer o modo de ser e viver de indígenas e quilombolas. Entretanto, o *ecoturismo* não deve ser lido como sinônimo do *etnoturismo*, ainda que desenvolvido em terras indígenas, instaladas em Unidade de Conservação (SCHNEIDER; ALVARENGA, 2012).

Magdalena Morales González (2008) define *etnoturismo* como sendo diverso do *Turismo Indígena* explicando:

El etnoturismo se refiere a las diversas actividades que pueden realizar los turistas y sus alcances por medio del encuentro con pueblos indígenas; el turismo indígena alude a la construcción participativa de las etnias para ofrecer servicios turísticos, consensuados mediante encuentros, acuerdos y cumbres locales, nacionales e internacionales, buscando interactuar con los visitantes de una manera crítica y

⁴⁹Turismo Sustentável é o que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida. In: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. Código Mundial de Ética do Turismo. Santiago do Chile: OMT, 1999.

responsable, solidaria con la 81orna81cios y con su 81orna81cios cultural. El turismo indígena es una organización empresarial de auto-gestión de los recursos patrimoniales 81orna81cios81s basada em las prácticas democráticas y solidarias de trabajo para aa distribución de los 81orna81cios generados, que se ha desarrollado en América Latina desde los años ochenta. A través de sus acuerdos, se han creado redes que permiten intercambiar experiencias y conocimientos entre comunidades para ella poyo en el mercado y la promoción de los distintos destinos turísticos, entre otros aspectos. (GONZÁLEZ, 2008, p. 2)

Nesse sentido, enquanto o *etno-turismo* oferecido aos turistas seja em uma comunidade tradicional; o *turismo indígena*, seria a organização empresarial e a gestada desse turismo pelos indígenas. Trata-se, esse último, da administração do empreendimento por aqueles que o concebem, no caso dessa pesquisa, os *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte. Conforme defesa de Faria (2005, 74) “o turismo étnico, realizado sob a inspiração da cultura indígena, por grupos da sociedade envolvente, deverá ter a participação dos indígenas no processo de gestão ou no recebimento de Royalties”, pois é o patrimônio cultural indígena o produto oferecido.

Dessa forma, pode-se inferir que o *turismo étnico* promoverá rendimentos para a comunidade indígena que o oferece se for um *turismo indígena*, segundo o modelo de *economia de base comunitária*. Quanto a esse formato de turismo, Tohō Pataxó (2020) considera que o realizado na Aldeia Pé do Monte, “é um turismo indígena de base comunitária, pois é onde e como é organizado.”⁵⁰

O registro sobre o *Turismo de Base Comunitária* – TBC – foi publicado em 2002, no campo das ciências sociais e humana (BARTHOLLO, 2009), considerado por Silva, Ramiro e Teixeira (2009, p. 362) aquele que “busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.” O Ministério do Turismo também entende o *Turismo de Base Comunitária* adjunto a um dos segmentos da atividade turística, especificamente o turismo desenvolvido por representantes/membros de comunidades.

O produto turístico de base comunitária se diferencia pela venda de um produto que depende da comunidade como unidade para ser comercializado, prevendo “na sua essência um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há oportunidade para o visitante vivenciar uma cultura diferente da sua e à comunidade local de se beneficiar com as oportunidades econômicas geradas e pelo intercâmbio cultural” (SILVA, RAMIRO E TEIXEIRA, 2009, p. 363). Portanto, faz-se necessário que as comunidades promotoras sejam

⁵⁰ Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Tohō Pataxó.

informadas sobre os conceitos que norteiam o etnoturismo de base comunitária, para que os envolvidos possam extrair os benefícios dessa ação cultural e educativa.

Atentos a essa questão, em junho de 2012, aprovou-se a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – PNGATI⁵¹, instituindo oficialmente a possibilidade de desenvolver atividades de *ecoturismo* e *etnoturismo* em Terras Indígenas. Nesse sentido, em 11 de junho de 2015 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) publicou *Instrução Normativa* número 03/2015⁵², estabelecendo proteção a esses territórios, sob pena de lei, assim, qualquer ação adversa ao estabelecido pelo referido órgão e comunidade, a FUNAI deverá ser informada para as devidas providências.

Durante as narrativas coletadas com os *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte, entendeu-se que o segmento *ecoturismo* está diretamente ligado ao turismo desenvolvido por esses *Pataxó*, em Unidade de Conservação, logo o turismo *Pataxó* apresenta aspectos *do turismo cultural e do etnoturismo*

4.4.3 Ecoturismo

Desde que o turismo de massa ganhou forças com a consolidação do capitalismo, essa atividade vem trazendo fortes impactos para os destinos turísticos, por isso a Declaração Rio-92” apresentou como estratégias e orientações que minimizassem os impactos do turismo, garantindo o desenvolvimento do turismo nas comunidades locais, com geração de renda e desenvolvimento social. Pois o ecoturismo devem ser realizado em “ambientes naturais pouco alterados juntamente com as culturas autóctones presentes em seu entorno” (PIRES, 1998, p. 2). O “ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 17).

O ecoturismo pressupõe também o cumprimento de algumas premissas, como: planejamento participativo, integração intersetorial e inserção da comunidade local, qualificação profissional e gestão sustentável (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 12), em áreas naturais e nas comunidades tradicionais onde é realizado. A Organização

⁵¹Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, Art. 4o, Eixo 5, item g. Apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos sócio ambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades.

⁵²Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas.

Mundial de Turismo e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente diferenciam *ecoturismo* de *turismo sustentável*, sendo o primeiro como um segmento do turismo, enquanto o segundo, diz respeito aos princípios que se almejam em todos os tipos de turismo em qualquer destino. Impreterivelmente, o *ecoturismo* é baseado na “relação sustentável com a natureza, com a conservação e a educação ambiental. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 18)

O Ministério do Turismo (2010, p. 18) preocupado com a exploração e degradação de ambientes em são realizados o ecoturismo por agências de turismo, regulamenta que “a distribuição dos benefícios resultantes das atividades ecoturísticas deve contemplar, principalmente, as comunidades receptoras, de modo a torna-las protagonistas do processo de desenvolvimento da região”. Pires (1998) identifica os setores da sociedade que apresentam interesse no ecoturismo:

O *trade* turístico, a área governamental e os organismos oficiais ligados ao turismo; as organizações não governamentais da área ambiental e conservacionista; as populações residentes nos destinos potenciais; o público turista e suas diferentes motivações de viagem; o meio acadêmico debruçado sobre a pesquisa e a reflexão do tema. (PIRES, 1998, p. 2)

Nessa modalidade de turismo deve-se atentar para a preservação ambiental, requerendo “planejamento adequado para o local” [...], com vistas “a diminuição dos impactos ambientais, dos impactos nas culturas anfitriãs, máximos benefícios econômicos para as comunidades do país anfitrião e satisfação “recreacional” máxima para os turistas participantes”. (CAMPOS, 2005, p. 2).

Essas diretrizes são atendidas pelos *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte, na exposição de Amyp Pataxó (2020) as relações diretas que esses indígenas têm com a “mãe natureza”, o respeito, o conhecimento e o cuidado com a mata e a autodenominação de “Filhos da Natureza” faz desses anfitriões *ecoturistas*, que têm por missão serem os “Guardiões da Natureza”. Durante “subida ao Monte Pascoal”, Amyp Pataxó (2020) esclarece que:

É um turismo que sempre foi visado por passar a importância do nosso povo indígena nesse território, e com a visita buscamos fortalecer as parcerias para conhecer e proteger juntos a floresta da mata atlântica que temos, para o bem de todos nós. Pois, acreditamos que a natureza nos oferece a saúde, a vida e a plena liberdade de viver. A alimentação saudável, a medicina tradicional e a nossa religião estão diretamente ligadas com a natureza. Por isso buscamos passar esses conhecimentos para todos os visitantes.⁵³

⁵³Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Amyp Pataxó.

Nessa perspectiva, considera-se que o *turismo indígena* local fomenta o segmento do *etno-turismo* juntamente com o *eco-turismo* e o *turismo histórico-cultural*, *esses* como instrumentos *educativos* no território indígena dos Pataxó do Pé do Monte, ao se avaliar que há uma organização comunitária necessária para o desenvolvimento desse turístico, prevendo-se bônus econômico.

Nota-se nesse empreendimento uma série de segmentos diretamente relacionada ao turismo desenvolvido pelos *Pataxó* dessa região. É inerente no processo turístico comunitário está acoplado esferas culturais, étnicas, históricas e ecológicas, e diretamente relacionados com uma economia de base comunitária, que na abordagem de Ângelo (2012), o turismo é *inter-multidisciplinar*, com características que abarcam os vários campos de saberes.

Para além de todos esses segmentos interrelacionados, o turismo é uma prática histórica e social, construída coletivamente (MOESC, 2013), logo *educativa/pedagógica*, por sua inerente relação com o processo de ensino e aprendizagem, de trocas e intercâmbios. De tal modo, no *lócus* observado identifica-se como de *turismo pedagógico*, realizado por monitores indígenas que recebem turistas esporádicos, turistas-alunos, turistas-pesquisadores e turistas-professores, principalmente o público de instituições educacionais, que consideram o turismo realizado como atividades de aula-de-campo, de pesquisa exploratória, ou ainda formas ilustrativas de apreensão de conteúdos trabalhos em salas de aula de escolas regulares. Apresenta-se o turismo como uma ferramenta teórico-pedagógica, isto é, como uma epistemologia que possibilita aos Pataxó de serem visibilizados e reconhecidos como produtores de turismo; aspecto a serem descritos e analisados no capítulo seguinte.

5 DESCRIÇÕES E ANÁLISES DO ETNO E ECO-TURISMO NA ALDEIA PÉ DO MONTE: potencialidades de uma pedagogia para a valorização da pluralidade étnica e cultural

*Nós estamos é revivendo né?
Voltando outra vez, porque há muito tempo atrás foi tomada isso da gente.
Então hoje nós voltamos a fortalecer a nossa cultura.
(Jaçanã Pataxó, 13 de janeiro de 2020).*

Nesse momento da pesquisa, procura-se dar ênfase as narrativas dos *Pataxó* da Aldeia do Pé do Monte, identificando em suas histórias, as suas formas de organização social e política, as atividades econômicas e culturais, e mais, detalhadamente, nos saberes e fazeres mobilizados pelo *eco-etno-turismo* desenvolvido. Acredita-se que os conhecimentos apreendidos na *Pesquisa-ação*, especificamente na *Etnografia* presencial, nos registros fotográficos e da articulação com redes teóricas da temática do turismo, poderão revelar aspectos das seguintes questões investigativas: - O turismo nessa aldeia se organiza como uma ferramenta teórico-pedagógica, isto é, como uma epistemologia que tem possibilitado aos sujeitos serem visibilizados e reconhecidos como produtores de turismo? - O modelo de turismo realizado pelos *Pataxó* pode ser interpretado como um turismo indígena de base comunitária, numa perspectiva ecológica, étnica, histórica e cultural? - As práticas de *eco-etno-turismo* que vêm sendo construídas na aldeia têm potencialidade de se configurarem como um turismo pedagógico/educativo?

Parte dessas questões foram respondidas nos capítulos anteriores, entretanto neste texto, pretende-se revelar, a partir de imagens descritas e interpretadas do turismo realizado na Aldeia Pé do Monte e das narrativas dos *Pataxós*, o turismo como uma *epistemologia*, formatada de seus saberes e fazeres. Esse *lôcus* turístico tem como marco de fundação a data de 19 de agosto de 1999, conforme processo de retomada do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, que se localiza a 150 quilômetros de Porto Seguro, no sentido Sul, um espaço que também compõe o *Território Indígena* de Barra Velha, de importância histórica, cultural e ambiental.

Para entender a construção das propostas turísticas dos *Pataxós*, coloquei-me a disposição para interações, nas quais participei de muitos de seus *fazeres* e *saberes*. Inserir-me em seus mundos pela defesa de que não basta apenas o desenvolvimento do turismo para a valorização cultural dos *Pataxó*, mas uma espécie de turismo que seja em si uma *resposta crítica* a todo um processo de exclusão e folclorização dos “povos tradicionais” e, ao mesmo

tempo, uma estratégia pedagógica/educativa que contribua para a desconstrução de preconceitos.

Atendendo as especificidades da *Pesquisa-ação* proposta, e pelo caráter qualitativo, quanto às análises das informações, realizou-se diferentes momentos de entrevistas em profundidade (presencialmente e a distância) e registros de suas narrativas, na tentativa de apreender suas histórias de vidas, filosofias e mística, atentando-se para aquelas que descrevessem a configuração de suas ações turísticas. Incluindo nesse *corpus* de narrativas cinco turistas, essas foram coletadas em ambiente digital, através do *WhatsApp* com o uso de questionários estruturados, com questões abertas.

Já as narrativas iniciais foram coletadas junto a um grupo de oito *Pataxó*, de forma presencial, por meio de entrevistas em profundidade, incluindo outras, *a posteriori*, para ampliação das entrevistas já realizadas, por meio de dispositivos conectados à internet, via *Messenger* e *WhatsApp* e *e-mail*. De todos os/as treze entrevistados/as obteve-se a autorização de divulgação das informações prestadas, por meio do de *Termo de Cessão*. Os sujeitos que constituem as redes de sentido desse capítulo, encontram-se sistematizados no quadro abaixo:

Quadro 01: Sujeitos da e na Pesquisa

ENTREVISTADOS	CATEGORIA	IDADE	OCUPAÇÃO
Guaru Pataxó	Indígena	61 anos	Cacique da aldeia
Tohõ Pataxó	Indígena	31 anos	Liderança e professor de cultura e da língua <i>Patxohã</i> na escola da aldeia e gestor do turismo.
Poytãg Pataxó	Indígena	20 anos	Liderança e monitor de turismo
Amyp Pataxó	Indígena	21 anos	Liderança e monitor de turismo
Jaçanã Pataxó	Indígena	27 anos	Professora da escola da aldeia
Dalva Pataxó	Indígena	Não informado	Coordenadora da escola da aldeia
Tarugo Pataxó	Indígena	22 anos	Liderança e monitor de turismo
Mahã Pataxó	Indígena	22 anos	Monitor de turismo
Caio Campolina	Turista	16 anos	Estudante
Yasmin Oliveira Sousa	Turista	16 anos	Estudante
Chrisler Renon Saúde Souza	turista	30 anos	Diretor do Col Alfa Caravelas – BA
Cynthia C. de Mello Vianna	Turista	43 anos	Bióloga
Luca C. Camargo	Turista	13 anos	Estudante

Fonte: Arquivo de pesquisa (2020)

O local da pesquisa – Aldeia do Pé do Monte - recebe uma demanda flutuante de turistas: estudantes, educadores, pesquisadores, grupos de igrejas e viajantes nacionais e internacionais. Esses excursionistas, em sua maioria, têm conhecimento da narrativa eurocêntrica acerca da primeira porção de terra avistada pelos portugueses em sua chegada nesse território em 1500.

Partindo das observações participativas e das narrativas dos *Pataxó* desse contexto, infere-se que se trata-se de um turismo fomentado pelos próprios indígenas, segundo o modelo

do Turismo de Base Comunitária (TBC)⁵⁴, um segmento que se adapta a outras alas do turismo para se desenvolver, tornando-se original por sua forma intrínseca de ser, político, social e pedagógico.

Na narrativa do Cacique Guaru e de demais entrevistados a respeito da história do turismo na Aldeia Pé do Monte, fica claro como se iniciou, seguida de algumas interferências institucionais, como Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO). Nesse processo houve três frentes atuando: retomada do Monte Pascoal como terra ancestral, organização do turismo e implementação da educação escolar indígena.

O meu sonho era vir aqui para o Monte Pascoal fazer uma roça de cacau e de banana e plantar. Eu e meus filhos... E em noventa e nove quando nós chegamos ... completou vinte anos, e aí começamos a trabalhar com a agricultura, com artesanato de semente. Nós não tínhamos o conhecimento de como trabalhar com o turismo. Aí, nós começamos a trabalhar com turismo de uma forma como era, de um jeito assim... nós não cobrávamos uma taxa, nós cobrávamos um agrado. O senhor me dá um agrado!...e desse agrado que nós pedíamos, eles davam cinquenta centavos...dava um real... dava dois... dava três. Tinha aqueles que davam vinte... cinquenta... Depois o IBAMA deu um curso de capacitação para nós, para o trabalho com turismo. “Pra vocês é bom...porque vocês são índios... e além de vocês serem índios... fazer um curso para trabalhar com o turismo é bom que vai contar uma historiadada que é sua, da sua localidade...da sua região...vai falar do passado... vai falar do presente... Ser o turismo o que significa para vocês, tá entendendo?... Aqui tem o turismo que é de aventura...tem o turismo rural... tem turismo de conhecer as plantas, de beber um chá feito pelo índio... então, vocês têm tudo para trabalharem com turismo, vocês precisam ter esse conhecimento. E para vocês é bom, porque vocês têm tudo na mão.”⁵⁵

O território está dentro de um Parque Nacional, registrado como *Unidade de Conservação* e de proteção integral, portanto seus residentes são impedidos de realizar roçado e lavouras, sendo a venda de artesanatos uma das alternativas de renda para a comunidade, posteriormente a realização de turismo “autodidata”, sem uma formação técnica, conforme exposição do cacique Caruaru Pataxó (2020): “Nós não tínhamos o conhecimento de como trabalhar com o turismo. Aí, nós começamos a trabalhar com turismo de uma forma como era, de um jeito assim... nós não cobrávamos uma taxa, nós cobrávamos um agrado.”

A princípio, não sabiam como trabalhar o turismo, as primeiras orientações foram do IBAMA em parceria com o ICMBIO, e de pessoas físicas que os auxiliaram no aprendizado

⁵⁴Durante o Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária, os participantes refletiram que o termo “ecoturismo” está associado a um dos diferentes segmentos da atividade turística. Já a expressão “de base comunitária” está mais associada à forma de organização e ao modelo de gestão do turismo. Dessa forma, os participantes sugeriram que o ICMBIO adotasse a expressão “Turismo de Base Comunitária (TBC)”, ampliando assim as possibilidades de arranjos institucionais e segmentos do turismo, desde que o modelo de gestão tenha como base a efetiva participação comunitária (OLIVEIRA, 2018, p. 9).

⁵⁵Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, pelo Cacique Guaru Pataxó.

sobre o potencial turístico do contexto, identificando os patrimônios culturais imateriais, como suas histórias de luta e de resistências, conforme depoimento do Cacique Guarú Pataxó (2020) explica: “há um tempo atrás, vários órgãos estiveram aqui, o pessoal do ICMBIO e do IBAMA, juntos com os parentes, assim fizemos um acordo de fazer esse trabalho de turismo.” Explicando que os *Pataxó* sempre trabalharam com o turismo, “porque todo esse povo que vivia desde que chegou, e começou a viver aqui, vivia basicamente do turismo, das visitas. A maioria mexia com artesanato, o artesanato era a única fonte de renda que se tinha aqui. Então, precisava se organizar para receber esse turismo, para que daí gerasse a fonte de renda para poder manter as famílias que aqui moravam e que moram até hoje”⁵⁶

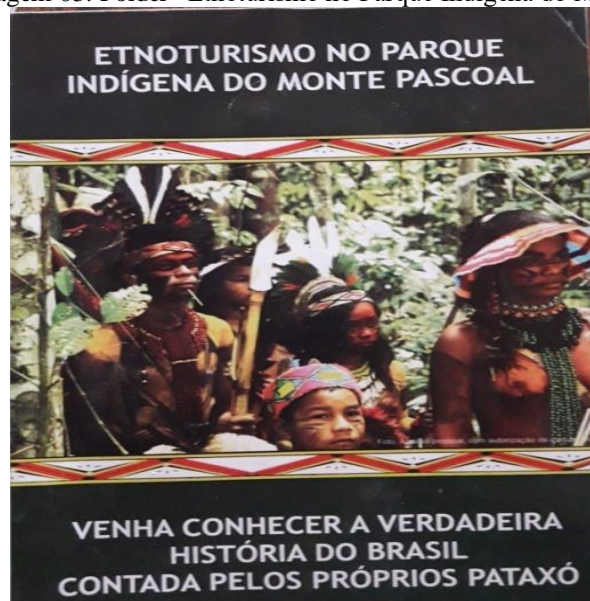
A narrativa do cacique revela que, de um turismo amador, passou-se para um turismo mais formatado, graças as orientações técnicas e organizações internas da comunidade, e, gradativamente os *Pataxó* foram constituindo suas atividades turísticas, estabelecendo essa ação como uma fonte de renda e como profissão de jovens e adultos. Aspectos a serem apresentados a partir de registros icnográficos e das análises tecidas no decorrer desse capítulo

5.1 Narrativas Trilhadas: “Suba o Monte, venha conhecer a verdadeira história do Brasil”

Reconhece-se que o Pé do Monte é por si só é um produto turístico, enquadra-se como ecológico, etnográfico, histórico e cultural, todavia não se pode considerar como um produto pronto, pois vem se construindo assim como os próprios sujeitos que o desenvolve, conforme a publicidade produzida pelos indígenas:

⁵⁶Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, pela professora Dalva Santana.

Imagem 03: Folder “Etnoturismo no Parque Indígena do Monte Pascoal”



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019)

Entretanto, avalia-se que ainda não há uma publicidade que contemple a potencialidade do produto turístico ofertado, a nível nacional e internacional, com o desenvolvido no Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal pelos *Pataxó*.

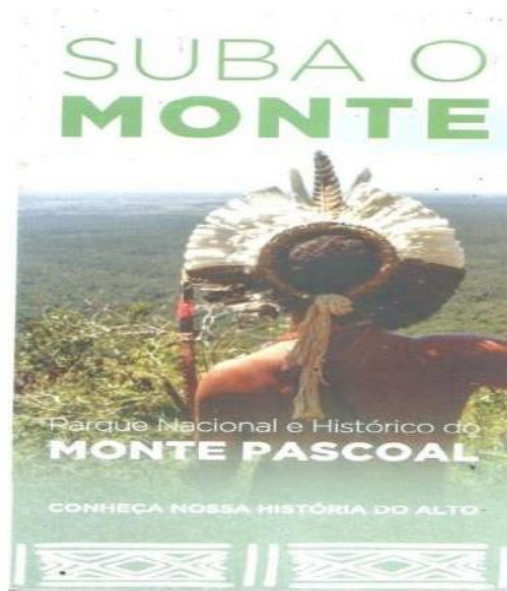
Há signos culturais comuns em todas as aldeias da “Costa do Descobrimento”, que são em média cinquenta, entretanto, como as demais, no turismo desenvolvido na Aldeia Pé do Monte há peculiaridades que permitem ampliá-lo para além do *etnoturismo*, como está no cartaz de divulgação apresentado na imagem número 5, pois se realiza em *Unidade de Conservação*⁵⁷, que é o Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, tendo como ponto máximo de atração o monte de 1500 metros de altura, com suas trilhas, um *eco-turismo* que é apoiado em narrativas construídas da historiografia oral dos *Pataxó*. Outra característica dessa iniciativa é a autonomia de sua gestão, realizada de forma participativa e colaborativa pelos *Pataxó*. Portanto se considera que o material publicitário deveria pontuar que é um *Turismo de Base Comunitária* para maior adesão do público externo.

O *folder* abaixo, assim como o anterior, são materiais publicitários produzidos pelo coletivo *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte, com orientações de terceiros. Nas perspectivas das lideranças Tohõ *Pataxó* e Juari *Pataxó*, o *folder* abaixo seria a “chamada oficial”, ou seja, o

⁵⁷Essa política nacional retoma aspectos do *Plano Nacional de Áreas Protegidas* (PNAP), através do Decreto Nº 5.758/2006, estabelecendo, entre outras normas, os meios legais para que o Brasil cumpra com os compromissos assumidos na *Convenção sobre Diversidade Biológica* (Rio 92), aprovados em 1994 (Decreto Legislativo Nº 2) e promulgada em 1998, no Decreto Nº 2.519/1998. Junto com o *Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza* (SNUC), o ICMBIO estabelece um sistema abrangente de orientações para o manejo das regiões protegidas.

primeiro material produzido para convite de turista ao conhecimento do Monte Pascoal, esse como principal ponto atrativo.

Imagem 4: Folder de chamada “Suba o Monte”



Fonte: Material produzido pelo ICMBio, APAPEM e HUMANIZE, impresso (2018).

No panfleto acima (imagem n. 4) há três frases que informam sobre os atrativos do produto turístico: (1) Suba o Monte; (2) Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal e (3) Conheça nossa história do alto. Essas sentenças são completadas com a imagem de um Pataxó olhando para o horizonte, do ponto mais alto do monte – seu *pico*, para a área de Mata Atlântica, que faz com que o parque seja uma *Unidade de Conservação*, que se encontra sob os cuidados dessa comunidade, oficialmente desde 2000, quanto ao *Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza* (SNUC) foi instituído, através da Lei Nº 9.985, marcando os primeiros passos para a conservação da natureza nacional, oferecendo a base legal para a criação e funcionamento de um sistema de áreas protegidas, representativas dos ambientes presentes do Brasil.

Os dois cartazes se completam, pode-se ler ainda: “Suba o Monte” (imagem n. 4) e “Venha conhecer a verdadeira história do Brasil” (imagem n. 3), por meio de uso da função conativa ou apelativa da linguagem, os *Pataxó* solicitam “ordenando”, na utilização dos verbos subir (suba você) e vir (venha você) no modo imperativo, evidenciando, que o conhecimento da “verdadeira” história do Brasil se dará nessa oportunidade, do contato com os *Pataxó* do contexto do “descobrimento do Brasil”, talvez, queiram informar ainda, que os conhecimentos transmitidos pelas escolas não sejam “corretos”, ensinados partir de lógicas eurocêntricas.

Na eleição dessas construções simbólicas – frases e imagens, principalmente dos *Pataxó* adornados com cocares, adereços de sementes e plumas de aves, em um ambiente natural, com os corpos com poucas roupas, tem-se uma identidade indígena divulgada a partir de elementos de uma “tradição inventada”, que na observação Grunewald (2001), uma histórica arquitetada, como de demais indígenas que tiveram a descontinuidade de seus *modus vivendi*, frente aos processos diaspóricos em territórios baiano e mineiro. Ainda que os *Pataxó* da Bahia, sejam em sua maioria “mestiços” (das inter-relações com negros e brancos), estabelecem essas continuidades, assumindo-se como os “verdadeiros” nativos dessa região.

Considera-se importante a estratégia política adotada pelos *Pataxó* como forma de resistência frente às violentas forças externas, como a invasão de seus territórios, conflitos com grileiros e militares, revelando que a identidade assim com a cultura é movente, incluindo nesse conjunto, suas estratégias de construção do turístico, essas como mais um meio de se revelarem, de se fazerem presentes e notados pelo Estado e pela sociedade envolvente.

Legitimamente colocam-se como detentores de um conhecimento que de fato a eles pertencem, pois só eles são capazes de falarem de si, dos seus antepassados, uma história de luta e resistência que é “verdadeira”, e, que infelizmente, os não indígenas não têm ciência. Entretanto, o acesso a tal conhecimento envolve o deslocamento, ir até a aldeia e caminhar com eles por trilhas de informações e de sentimento de pertencimento, e ao mesmo tempo, que realizam a função de educadores culturais, suprimindo os déficits da educação escolar.

Na aldeia tem-se um ensino pautado nos saberes dos indígenas da atualidade, sendo o *eco-etno-turismo* uma proposta educativa/pedagógica, assim conceituado por Tohõ Pataxó: “É, eu acredito que a gente precisa passar um pouco de nossa história para o “homem branco”⁵⁸ para que ele possa conhecer a nossa realidade.”⁵⁹

Para Tohõ *Pataxó* ser um guia no PNHMP é também ser um educador, e de seu lugar de professor da escola indígena da aldeia e de liderança, compartilha aspectos da história, da cultura e da retomada do território para os diferentes turistas. As histórias narradas se fundamentam nas memórias dos anciões, que pela tradição oral, estão sempre ensinando os mais jovens.

Tohõ recepciona todos/as falando tanto em *Patxohã*, quanto na língua portuguesa-brasileira, confirmando que os *Pataxó* revitalizam a sua língua nativa e demais tradições, indicando ainda que os *Pataxó* são bilíngues, uma das investidas desses indígenas. Percebe-se

⁵⁸ Interessante pensar o termo homem branco no contexto indígena “refere a aquele que não faz parte de nosso povo ou nação. Não está relacionado a cor da pele”. (KAMBEBA, 2020, p. 14)

⁵⁹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Tohõ Pataxó.

nas suas ações uma alteridade, estabelecendo logo uma empatia com os turistas, sem deixar de conferir respeito aos que são informados e ensinados por ele.

Essa forma de assegurarem quem são para os não indígenas traz ganhos para o coletivo, principalmente o sentimento de pertencimento de ser Pataxó nos mais jovens; na consideração de Grunewald (2001), ao tempo em que apresentam suas tradições para os não indígenas, essas tradições vão sendo repetidas e incorporadas pelos mais jovens, e esses passam a se reconhecerem e terem orgulho de serem indígena *Pataxó*.

Sobre essa identidade movente e ao mesmo tempo contrastante, faz-se necessário delimitar em que sentido identidade indígena tem sido pensada nessa pesquisa. Nesse contexto, afina-se com a definição de identidade indígena apresentada por Marcia Kambeba:

Buscar conhecer seu passado histórico, compartilhando conhecimentos e saberes, tendo como ensinamento a experiência dos que são a memória viva. Viver a afirmação étnica baseada no reconhecimento de um povo e lutar por reivindicações que contribuam de certa forma para uma coletividade é nisso que consiste a luta, identidade e a cultura dos povos indígenas. O território é o lugar onde se tem uma rede de relações envolvendo saberes: econômico, sociocultural, político e por isso é sagrado. (KAMBEBA, 2020, p. 62)

Diante dessas apreciações, pode-se pensar que o *eco-etno-turismo* construído por esse grupo se estrutura em uma pedagogia *inter-multidisciplinar* (ÂNGELO, 2012), pela interlocução de vários signos culturais e ambientais, um turismo alternativo, conforme a tendência contemporânea de se pensar essas práticas culturais, conforme Cohen (2005), é urgente que novas iniciativas surjam em oposição aos paradigmas dominantes, como as narrativas e as interpretações científicas do passado que serviram para explicar o velho mundo, pois, essas não dão conta de entender quem são os sujeitos do “novo mundo”. Sobre a interculturalidade promovida nesses intercâmbios, a professora Dalva dos Santos Santana entende que

[...] essa troca de aprendizagem é feita [...] mais do diálogo com os turistas que aqui chegam. E assim, aqui tem esse grupo que faz esse trabalho com os turistas, já há um tempo. Então é, esse mesmo grupo que trabalha aqui no Parque hoje, é que faz essa troca de experiência com os turistas que vêm aqui, e tem esse lado positivo [...] que é a questão dessa troca de experiência. Tem muitos turistas que hoje vêm aqui, veem como o pessoal recebe aqui, vêm com a expectativa de realmente de trocar experiências, trazem coisas novas, dão opinião para que se possa melhorar a questão do trabalho em si. E isso faz com que cada dia os meninos que aqui trabalham diretamente com os turistas consigam melhorar o seu trabalho.⁶⁰

⁶⁰Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Dalva dos Santos Santana.

As experiências dos *Pataxó* em suas práticas culturais e educativas apontam para uma urgente necessidade de revisão da historiografia dos povos indígenas, sendo, em certa medida, o turismo na Aldeia Pé do Monte uma proposta educativa de ressignificação da história e das formas de se ensinar a história e culturas indígenas nas escolas, conforme sugere Tohõ Pataxó:

Estamos aqui passando um pouco da nossa realidade que não é aquela questão de mito... Não [...] vamos contar só para que o turista entenda, é para que ele conheça um pouquinho da história. A gente passa a nossa realidade [fala] de nosso sofrimento, de nossa causa, de nossa luta. A gente conta a nossa história, então assim, acredito que eles [referindo-se aos turistas] aprendem um pouco do que é ser Pataxó, do que é ser índio Pataxó, de como a gente trabalha com o meio ambiente, da importância da preservação. Porque a gente depende dessa preservação, ou seja, a gente depende da natureza. A natureza, na verdade, não depende da gente; nós é que dependemos dela.⁶¹

Ainda sobre essa questão, o teórico Grunewald (2001) considera que “não basta exibir uma cultura produzida recentemente: os indígenas têm que dominar uma história congruente, evitando que cada um conte uma versão diferente sobre o passado do grupo étnico” (p. 158). E, tem sido nessa direção que os *Pataxó* têm caminhado, conforme depoimento de Tohõ. E, as suas histórias sempre são socializadas em reuniões, nos conselhos de lideranças, nos jogos indígenas, nos fóruns e nas escritas acadêmicas, uma vez que há um número expressivo de indígenas que fazem curso superior em Porto Seguro, aos moldes da *pedagogia da alternância*, dentre esses estudantes universitários, tem-se o professor e guia turístico Tohõ Pataxó.

As experiências apreendidas no contexto do *eco-etno-turismo* dos Pataxós possibilitam refletir sobre a urgência da implementação da Lei 11.645/2008 nos currículos escolares, uma garantia de apresentação aos estudantes de aspectos da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Entretanto, sobre essa urgência, pondera-se que há movimentos de algumas instituições educacionais nessa direção, e por meio de aulas de campo na aldeia, promovem contatos dos estudantes com esse coletivo. E, ao receberem estudantes, educadores e pesquisadores, os *Pataxó* da área do Monte Pascoal buscam sensibilizá-los para a realização de práticas educativas na área ambiental, da biologia, história, língua indígenas, artes, entres outros, orientando todos/todas a serem responsáveis com o patrimônio natural; por isso pode-se pensar que essas práticas socio-culturais desenham um *turismo educativo/pedagógico*, além de sua função *cultural, histórica e ecológica*.

As experiências turísticas realizadas em Coroa Vermelha (Santa Cruz Cabrália) orientarem as demais aldeias, contudo, cada aldeia construiu e constrói seu programa de

⁶¹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Tohõ Pataxó.

visitação. Os *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte têm promovido um programa particularmente interessante, com caminhada por trilhas com guias, incluindo conhecimento da culinária indígena - degustação de pratos típicos, passando pelo espaço social da aldeia e à exposição de artesanatos e adereços, sendo essas demais atividades outra fonte de renda, como descreve Poytãg Pataxó:

É... um momento a gente viu que ele estava passando mesmo por conta de algumas, como podemos dizer? Assim, muitas necessidades, mas sim a gente sempre buscava também por conta da preservação também no Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal. Aí dali a gente buscou isso aí para poder entrar um recurso a mais também né. Para a gente poder se alimentar melhor, também... através disso aí também...⁶²

Mas, antes de ser Aldeia Pé do Monte, antes da criação da Aldeia Pé do Monte, o IBAMA e o IBDF antes já recebiam visitação no Parque e para o trabalho com etnoturismo de noventa e nove pra cá... Então, ele surgiu na questão da comunidade ter uma fonte de renda né, Pra daí também tentar melhorar e ajudar na preservação da mata do Monte Pascoal. Dentro de uma comunidade de onde tem só floresta e não poder viver, sobreviver. Então, por isso, surgiu o turismo no Monte Pascoal para que viesse conhecer a História do nosso Povo Pataxó, para que viesse entender melhor a importância de cuidar da floresta.⁶³

A atividade turística torna-se uma fonte de renda alternativa, devido à condição que foi imposta quanto a residirem em Unidade de Conservação (UC), nesse caso, no Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal (PNMP). Como as demais UCs, o PNHMP tem normas e critérios que regulam e fiscalizam as ações nele realizadas, essas determinadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), conforme Lei nº 9.985, de julho de 2000⁶⁴. Todavia, por se tratar de um espaço geográfico que está dentro de um Território indígena Pataxó ancestral, as diretrizes deveriam ser reguladas pelos próprios indígenas, segundo seus preceitos e estatutos. Infelizmente, “os processos de criação de unidades de conservação de proteção integral desconideram o papel desempenhado pelos povos tradicionais na conservação da biodiversidade”. (SPAMER; SILVA, 2019, p. 81),

A historiografia comprova que no entorno do rio Corumbau, entre os municípios de Prado e Porto Seguro, que compreendia o território “Bom Jardim”, que mais tarde, denominada de Barra Velha, é território indígena. Tendo por registro histórico a designação de Pataxó para essa área no final do século XIX, a qual compreendia o Monte Pascoal, Corumbau e Cumuruxatiba (PORTO, 2006). Como já foi informado, na década de 1950, os *Pataxó* empreenderam mobilizações em enfrentamento a usurpação de parte de seus territórios, das

⁶²Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Poytãg Pataxó.

⁶³Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Tohõ Pataxó.

⁶⁴Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>

quais decorreram represálias, o denominado “fogo de 51”. Assim, a exigência do preservacionismo da natureza no território indígena por órgãos governamentais pode ser lida como um contrassenso, uma vez que demais áreas que ficaram em posse de pecuárias não receberam a ordem de reflorestar e tão pouco de preservação.

Essa negação da capacidade dos indígenas produzirem em seus territórios, nas observações de Spamer e Silva (2019) “demonstra a força operante da racionalidade binária que orienta a criação e a gestão de áreas protegidas” [...] “vistos como entraves à ‘verdadeira preservação’, esses povos são tratados com suspeição e seus modos de vida tradicionais, seus saberes e suas práticas são sistematicamente negados e inviabilizados”. (p. 81)

Diante desse impasse, os *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte conciliam suas atividades as de preservação e de conservação do PNHMP, considerando esse espaço como sagrado, pois é o local de seus “encantados”, e como integrantes desse ecossistema, trazem a questão ambiental alinhada as suas pautas políticas e educacionais, que na narrativa de Tohõ Pataxó são saberes aprendidos como os anciões: “Os nossos anciões falam que nós fazemos parte e que somos parte da natureza. Nós somos o meio ambiente. Então assim, a gente percebe que a gente tem uma grande importância [...] para a natureza. Porque, hoje, a gente vê que onde tem índio e os seus remanescentes têm matas.”⁶⁵

Apesar de revelarem esses conhecimentos e preocupação com a fauna e flora, seus fazeres no território são controlados por órgãos ambientais governamentais, especificamente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) que tem sua sede no parque.

Sobre essa questão, Spamer (2019, p. 74) oferece uma leitura política, da qual essa pesquisa se aproxima, se as Unidades de Conservação— em especial, os Parques Nacionais — estão em crise, e “muitas áreas protegidas estão sendo invadidas e degradadas por falta de investimentos públicos, de fiscalização e de informação à população na ausência de projetos de educação ambiental, uma vez que esse modelo foi criado no contexto ecológico e cultural dos Estados Unidos, no final do século XIX”, não deveria ser aplicado à realidade do Brasil, que possui em suas reservas recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais. Logo, essa etnia deveria ser respeitada e valorizada pelos seus conhecimentos e culturas, consequentemente promovidas social e economicamente.

Os *Pataxó* da “Costa do Descobrimento”, apesar de todas as limitações impostas, esses homens e mulheres *Pataxó*, de parentesco com os *Maxakali*, vivem experiências do *turismo de*

⁶⁵Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Tohõ Pataxó.

base comunitário, de forma responsável e consciente, cujo objetivo maior é a proteção dessa biodiversidade, na tentativa de impedir a ocupação do território por madeireiros. Considera-se que suas propostas ainda não satisfaçam as necessidades da comunidade, mas não se pode negar que o turismo desenvolvido pelos *Pataxó* seja uma resposta crítica aos processos de exclusão e de folclorização dos “povos tradicionais” e, ao mesmo tempo, uma estratégia *pedagógica/educativa* que tem contribuído para a desconstrução de preconceitos.

O *etno-turismo* tem por preceito o respeito as tradições, valores e crenças da comunidade visitada, no entanto, nem sempre as relações intercambiais são amistosas, conforme descreve a guia Jaçanã Pataxó, denunciando abordagens preconceituosas de alguns turistas.

Acho que é uma coisa positiva, desde quando eles veem que respeitem também a cultura local, do povo, então seja bem-vindo. E aqui nós recebemos pessoas aqui, que às vezes, não respeita a cultura, chega quer falar coisas que não devem falar. “Que nós não somos mais índios...” Então a gente precisa explicar pra eles por que nós vestimos roupa hoje, por que nós falamos o português, nós temos que explicar por que tem muitos que não respeitam, chegam aqui e falam: “Não vocês não são índios, porque índio é aquele povo que era antes; aquele povo que morreu naquela época, e hoje veja como vocês falam, como vocês se vestem.”

Então, a gente precisa contar, porque nós falamos o português, porque nós vestimos roupa hoje, e sempre falamos para eles que o nosso povo não perdeu a nossa cultura. Nós estamos revivendo, voltando outra vez, porque há muito tempo foi tomado isso da gente. Então hoje nós voltamos a fortalecer a nossa cultura...⁶⁶

Avalia-se que a idealização do indígena ainda se faz presente no imaginário de alguns turistas, que esperam encontrar um “índio genérico”, de um tempo remoto, conforme narrações quinhentistas, e ainda que esse grupo se apresente aos não indígenas com seus “trajes indígenas”, língua e no seu contexto, esses não são reconhecidos como tal, pois na expectativa desse tipo de turista, há um estereótipo de um indígena genérico, como se apresenta em alguns livros didáticos ou da televisão – nus, sem entendimento da língua portuguesa, sem acesso as tecnologias do tempo presente; uma visão anacrônica de quem são. Para Grunewald (2003) seria essa “o grande paradoxo do turismo”, pois essa atividade coloca os indígenas em contato com pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como grupos portadores de uma “função precisa e determinada”. (BARRETTO, 2009, p. 59).

⁶⁶Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Jaçanã Pataxó.

5.2 Descrição do funcionamento do turismo na Aldeia Pé do Monte

Como foi apresentado nos capítulos anteriores, os *Pataxó* é um povo que se organiza socialmente por famílias nucleares, tendo como representante político o cacique, que administra a aldeia por meio de Conselho, sendo os agentes de saúde, educadores e os agentes do turismo considerados lideranças. No território do PNHMP, a partir de seus atrativos naturais e culturais, os *Pataxó* planejam e organizam suas atividades turísticas com a anuência do cacique. E o Cacique Guarú *Pataxó* quando está na aldeia também participa da recepção de turistas, em uma das etnografias, ele foi o guia, dentre os seus ensinamentos, destaca-se o que é ser indígena pertencente ao território:

para ser índio tem que ter orgulho, não tenho vergonha, primeiramente não tenho vergonha de falar que sou índio, não tenho vergonha de usar as minhas tralhas no meu colar, meu cocar, minha tanga, minha borduna, meu arco e flecha, minha lança, meu cantar, meu dançar, meu ritual. Não tenho vergonha e nem medo. Eu sou índio, nasci índio e morro sendo índio e vou voltar para a mãe natureza que me criou e para ela voltarei com toda alegria, porque o homem veio do pó da terra e ao pó da terra ele voltará.⁶⁷

Dessa narrativa apreende-se o sentido de ser *Pataxó* para essa liderança, significando que um assumir-se diante de quem é diferente dele, sem receio do que irão pensar. Uma identidade construída nas relações sociais, culturais, com o território e a natureza, que na perspectiva de Carlos Rodrigues Brandão (2007, p.10) é formação que se dá por uma educação popular; e que nessa educação como cultura que “existe em cada povo, ou entre povos que se encontram”, tem-se como meio de transmissão as trocas culturais. Tais ponderações vêm ao encontro do entendimento do turismo na aldeia como histórico e cultural, como se nota nas diversas narrativas arquitetadas da história desse povo, interligadas à história do Brasil; e, especificamente uma história sustentada nos conhecimentos transmitidos oralmente. Esses saberes e fazeres como uma *epistemologia do turismo*, construída de aspectos históricos, culturais, étnicos, ecológicos, políticos e filosóficos.

Enquanto se vivenciou movimentos etnográficos na aldeia, observou-se que elementos da cultura *Pataxó* seriam resguardados das ações do turismo. Notou-se que suas crenças e espiritualidades não eram apresentadas em todas as visitas. Há um “sagrado” que é resguardado em cerimoniais restritos só a comunidade. Por exemplo, o Awê (que é a dança circular ritmada por cantos) pode representar sentidos diferentes, a depender do contexto em que é realizado, se for com os turistas, seu sentido será de uma boa recepção e de celebração;

⁶⁷Entrevista concedida a pesquisadora no dia 18 de julho de 2020, pelo Cacique Guarú *Pataxó*.

se ocorre em manifestações ou em atos políticos, significará que os Pataxó estão unidos com força de resistência. Já nos rituais religiosos, seu conteúdo será de culto aos espíritos ancestrais, aos encantados.

Sobre a *espiritualidade indígena*⁶⁸, Souza *et al* (2015, p. 93), compreende que ela se manifesta “vinculada a crenças na força da natureza e nos espíritos de seus antepassados. Tudo está relacionado à mata, ao encantamento, com a fauna, a flora e aos deuses”. Sendo o Monte Pascoal um elemento de constituição desse sagrado, que é também denominado de “Mãe Natureza”, conforme o descreve o Cacique Guarú Pataxó.

O monte pascoal é um marco, um mirante que onde sua vista alcança uma linda e maravilhosa vista. Então essa floresta do Monte Pascoal ela ia até Prado, alcancei ainda, Porto Seguro, Itabela, Eunápolis e Itamaraju, era um tapete *maciço*(...) uma mata que nunca tinha visto fragmento dentro dela. Então, quando o português chegou só tinha índio, floresta, rio, ouro, diamante, pedra azul, cachoeira de água cristalina, o índio vivia uma vida digna, uma vida tranquila, tomando banho de cachoeira de água cristalina. Tendo contato com a *mãe natureza* toda hora, então, o índio vivia sossegado, na chegada desses portugueses para cá a coisas piorou cada vez mais para nós indígenas.⁶⁹

Esses saberes estão lá, e para acessá-los, deve-se aceitar o convite “Suba o Monte”, o que implica pegar a BR 101, na altura do quilômetro 794, que se localiza ao sul de Porto Seguro entre as cidades de Itamaraju e Itabela, alcançando um trevo, em que se observa uma placa sinalizando a entrada para o Parque Nacional do Monte Pascoal para se encontrar em seu sopé do monte, a Aldeia Pé do Monte com seus habitantes, os Pataxó do Monte Pascoal. A rodovia BR 498 que dá acesso à aldeia também é asfaltada.

⁶⁸ Essa questão será retomada posteriormente, trazendo o xamanismo como prática espiritualista dos indígenas.

⁶⁹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 18 de julho de 2020, pelo Cacique Guarú Pataxó.

5.3 No Contexto da Aldeia Pé do Monte

Imagem 5: BR 498 – chegando ao PNMP



Fonte: Tohõ Pataxó, 2019.

Essa rodovia tem 14,1 Km de extensão, delimitando como distância o trevo da BR 101 ao parque. Esse percurso pode ser realizado por meios de transportes de pequenos ou grandes. Nele há várias residências, requerendo vigilância quanto a animais ou crianças na estrada. Em alguns trechos a estrada é íngreme.

Chegando na Aldeia, depara-se com algumas casas, umas de taipas, outras de madeira, sendo a de acesso imediato a residência do Cacique da Aldeia, que se localiza em frente ao estacionamento. Do outro lado, existe uma barraca com artesanatos *Pataxó*, à frente, uma porteira com uma guarita de recepção, é a entrada do PNMP. Sempre terá um guarda do parque, onde se encontra a sede da ICMBIO, com salas para reuniões e banheiros. Junto à recepção do parque, depara-se com alguns guias *Pataxó*, em pronto atendimento aos turistas, conforme lembra Amyp Pataxó (2020): “quem está de frente com o turismo somos nós os monitores”.

Na casa (*kijeme*) do Cacique frequentemente há adultos e crianças. D. Maria Pataxó, esposa do Cacique Guarú Pataxó (também conhecido por Cacique Braga), cuida e auxilia a comunidade e os turistas. Não existe uma escala de trabalho para os guias, na explicação de Amyp Pataxó há flexibilidade e alternâncias:

O turismo do Monte Pascoal é um turismo que funciona mais na temporada do verão, então não temos nomes fixo. Tohõ, Amyp, Caxiló, Tarugo, Poytag, o Cacique e demais, são os principais, todos Pataxó... Os monitores são indígenas e é para todos os indígenas que querem participar. Não somos assalariados, ganhamos do trabalho que fazemos, mas é como uma pescaria se tiver visitantes os monitores ganham, mas

se não tiver os monitores também não tem um retorno financeiro. Então fazemos por amor esse importantíssimo trabalho e agradecemos a participação de todos. Um importante ponto é que o dinheiro arrecadado não vai só para os monitores, mas também para a portaria onde esse dinheiro arrecadado tem a função de ajudar a comunidade em momentos precisos.⁷⁰

Amyp também esclarece como é dividido e organizado o trabalho de atendimento e guiamento: “em grupos grandes a turma é dividida e cada monitor tem a função de conduzir, auxiliar e explicar tudo aos visitantes principalmente a história, e um ou dois na portaria, em grupos pequenos, um na portaria e outro sobe com o visitante. É um trabalho bem planejado”⁷¹.

O turista, ao encontrar um guia indígena, combinará o passeio a ser realizado, esse explicará sobre o percurso, as trilhas, o tempo percorrido, detalhando o que será apresentado, conforme o preço combinado. Já o visitante pré-agendado terá uma ideia prévia sobre o passeio. Por exemplo, os grupos de excursões geralmente de escolas ou de igrejas, diferentemente dos turistas eventuais, terão acesso com antecedência do planejamento do passeio, fazendo com que os interlocutores das instituições, geralmente professores ou coordenadores escolares e ou de igrejas, tenham um roteiro do circuito a ser realizado e o valor a ser pago.

Na casa da D. Maria pode-se comprar água mineral, geladinho e pastel. Se preferir tem a opção de encomendar pratos típicos *Pataxó* (que em Patxohã é *mãgute*), a ser preparado por alguma das mulheres (em *Patxohã* são chamadas de *jokana*), o peixe na folha da *patioba* (esse prato em *Patxohã* é denominado de *mukusuy*) com *farinha (kuiuna)*⁷² ou a galinha no molho com arroz, feijão, macarrão e farinha. A *moqueca de tapioca*⁷³, o beiju (*makaiaba*) de *tapioca*⁷⁴ e as frutas locais também compõem a culinária local.

Tais informações inserem esse turismo em uma *economia de base comunitária*, acoplado às esferas culturais, étnicas, históricas e ecológicas, tendo a importante participação das mulheres *Pataxó*, que atuam como guias, na culinária e nos rituais. Em um dos movimentos etnográficos, o guia Amyp Pataxó⁷⁵ considerou as mulheres como um ser “sagrado”, ele as igualou no mesmo nível de importância da cultura, ancestralidade e das crenças para a sua comunidade.

⁷⁰Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Amyp Pataxó.

⁷¹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Amyp Pataxó.

⁷²Farinha produzida de uma massa extraída da mandioca fermentada, dessa massa faz-se bolos, biscoitos, beiju.

⁷³*Tapioca* é a fécula extraída da mandioca, usualmente granulada. Essa iguaria também conhecida como *tapioca na folha de bananeira*.

⁷⁴O beiju de tapioca é uma iguaria tipicamente brasileira, de origem indígena, feita com a tapioca, preferencialmente feito com a adição de açúcar e coco.

⁷⁵Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Amyp Pataxó.

Imagem 06: Jaçanã Pataxó e Txayahá Pataxó e Tsayra Pataxó



Fonte: Acervo da pesquisadora (2019)

A aldeia fica aberta para visitação de domingo a domingo, das 07 horas às 16 horas. Há a opção de pernoitar, desde que o turista interessado leve seus equipamentos para acampar, como barracas, lanternas, cobertores e alimentos, repelente, água e protetor solar. É importante destacar que o visitante estará em uma comunidade indígena dentro de uma Unidade de Conservação, o que implica compreender que as estruturas turísticas são limitadas e requerem seguir certas normas, diferentemente de áreas de acampamentos.

Os roteiros são focados no *eco e etno-turismo*, sendo os passeios pelas trilhas caracterizados como *interpretativos*, esses têm em média duas horas de duração, dependendo da trilha e do tipo de passeio que o visitante contratou. O tempo também varia, conforme a intera o do visitante. Também se leva em considera o o tamanho da excursão e do pacote adquirido pelo cliente. O valor dependerá do tipo de passeio, por exemplo, há passeio de subida ao monte e de subida com rituais. Os valores variam, aos grupos agendados são cobrados um valor específico (as escolas municipais têm valor especial), diferente daqueles que chegam aleatoriamente. Nos passeios em grupo é cobrada uma taxa de R\$ 5,00 por pessoa e mais o passeio na trilha escolhida. O pernoite não é cobrado, porém como já mencionado, não há uma estrutura turística, o visitante poderá permanecer na área da Aldeia com sua barraca sem nenhum custo.

Independente do roteiro escolhido, todos são constituídos anteriormente por uma palestra, de cerca de 20 minutos, em que se relata a história do povo *Pataxó*, suas origens, cultura, lutas, crenças e resistências.

Os passeios destinados às trilhas interpretativas⁷⁶ e ecológicas⁷⁷ na floresta do parque junto a subida ao Monte, divide-se em: Trilha do Monte Pascoal, Trilha Araponga, Trilha do Jequitibá, Trilha do Poço Sagrado, Trilha da Juerana e Jequitibá e Céu Azul. Cada uma tem um valor e um significado. A principal importância de cada uma está na qualidade do produto natural e histórico-cultural nela contida. O método interpretativo é utilizado com formas didaticamente harmônica com os objetivos formativos desses passeios, não apenas pelo ponto de vista do turista, mas também pelo objetivo do *eco-etno-turismo* desenvolvido nessa comunidade.

Na sequência, segue o mapa das trilhas do Monte Pascoal, esboçado por Tarugo *Pataxó*, especialmente para essa pesquisa, assim como o mapa demográfico da Aldeia. O primeiro mapa direcionará a descrição detalhada de cada trilha. Nota-se que há a trilha de subida ao monte e as demais, “as de baixo” (como são chamadas), compondo o mosaico que é denominado de PNMP.

⁷⁶A trilha interpretativa é um ótimo instrumento educativo dentro de Áreas de Preservação Ambiental (APA), pois é através dela que o visitante pode se sensibilizar, observar e compreender elementos, fenômenos e inter-relações do meio natural. A implantação dessas trilhas tem contribuído de modo significativo para a educação ambiental, aproximando os seres humanos a vivências essenciais à sua formação. A presença de elementos naturais e culturais em trilhas pode ser observada e aproveitada a partir do que se pretende oferecer metodologicamente em relação às teorias, principalmente aquelas vistas em sala de aula por estudantes de vários níveis de ensino. Contudo, é importante que o conteúdo abordado nas Trilhas Interpretativas seja planejado de forma que aborde diferentes temáticas objetivando a interdisciplinaridade. In: MARCUZZO, B. S.; SILVEIRA, V.; LOPES, E.; MINUZZI, T. Trilhas Interpretativas: uma ferramenta eficiente para educação ambiental. Santa Maria: RS, 2015.

⁷⁷A definição de trilhas deve se ater ao inventário e ao zoneamento previsto, de forma a traçar percursos ideais que não ultrapassem duas horas. Será preciso evitar redundâncias de forma inteligente. O traçado de trilhas tem de levar em conta o sistema de escoamento pluvial. In: MARCUZZO, B. S.; SILVEIRA, V.; LOPES, E.; MINUZZI, T. Trilhas Interpretativas: uma ferramenta eficiente para educação ambiental. Santa Maria: RS, 2015.

Imagem 07: Mapa das trilhas ecológicas e interpretativas do PNMP



Fonte: PATAXÓ, Tarugo (2020), *mimeo*.

A Trilha do Monte Pascoal com mirantes naturais no seu pico, oferece a vista do bioma Mata Atlântica, com 30 km de extensão a leste. Essa visão é alcançada em uma altitude de 536 metros, por uma trilha de 1.500 metros de extensão. É um percurso que demanda resistência física e não contempla o acesso por pessoas com dificuldades de mobilidade.

Para a subida da trilha do Monte Pascoal, existem pontos de parada, nesses os monitores destacam o valor cultural e ambiental do monte, detendo-se nas árvores mais antigas. Essas árvores e arbustos, nesse estudo, são apresentados em sua denominação científica, em parênteses, priorizando a nomenclatura da cultura popular, como: Juerana⁷⁸ (*Parkia platycephala Benth*), Bicuiba⁷⁹ (*Virola bicuhyba*), Sapucaia⁸⁰ (*Lecythis pisonis*), Jacarandá⁸¹

⁷⁸Os guias Pataxó informam que esse exemplar é milenar, mas não há avaliação da idade dessa árvore. Conhecida popularmente por Fava-de-bolota, Arara tucupi, visgueiro, boloteria, rabo de arara, jupuuba, fava bolota, faveira de chorão, visgueira, joerana, joeirana, arara petiu, faveirão, joarana,

⁷⁹Os guias Pataxó informam que esse exemplar é centenário. Conhecida popularmente como noz moscada brasileira, bucuuvaçu e bicuiba de folha miúda.

⁸⁰Sobre essa espécie, os guias informam que é centenária. Popularmente conhecida *sapucaia*-mirim, *sapucaia*-branca e *sapucaieira*-mirim.

⁸¹ Sobre essa espécie, os guias informam que é centenária.

(*Jacaranda mimosifolia*), Pratudo⁸²(*Paratudo Hortia brasiliana*), Patiobas⁸³ (*Syagrus botryophora*), Buri⁸⁴ (*Mauritia flexuosa*), Araçá⁸⁵ (*Psidium cattleianum*). Em cada uma, para-se para explicar seus significados, valores medicinais e utilidades no contexto *Pataxó*. A subida é íngreme e longa, como já salientamos, são 1.500 metros, servindo de degraus o próprio chão e as raízes de árvores de grande porte. O percurso dessa trilha dura, em média de duas a três horas.

A trilha do Monte tem por principal objetivo a vista no pico. Dele o turista consegue uma margem panorâmica da Mata Atlântica e do território *Pataxó*. A visualização desses dois espaços nesse passeio é o mote para o agente turístico explicar sobre a importância da manutenção dessa floresta, da “Mãe-Natureza”, confirmando suas lutas territoriais e políticas, suas formas de resistência e crenças.

Imagem 8: Alto do Monte Pascoal com vista do território Pataxó



Fonte: PATAXÓ, Tohō (2019)

Destaca-se nesse empreendimento que o desenvolvimento sustentável tem sido realizado e difundido pela forma como os *Pataxó* administram as visitas, enquanto a sociedade envolvente defende essa questão há anos, não se consegue visualizar efetivamente ações dos não indígenas. Ao se estabelecer esse comparativo, o que se verifica é uma “emergente crise

⁸² Conhecida popularmente como Paratudo, Casca d'anta, Curatudo.

⁸³ Espécie de palmeira, também chamada pati

⁸⁴ O buriti fornece o palmito, fécula, seiva e madeira. Suas folhas jovens produzem uma fibra muito fina, a "seda" do buriti, usada pelos artesãos na fabricação de artesanatos.

⁸⁵ Dessa espécie há também o araçá-rosa, araçá-amarelo, araçá-vermelho, araçá-de-comer, araçá-comum, araçá-de-coroa, araçá-da-praia, araçá-do-campo, araçazeiro, araçaeiro ou simplesmente araçá.

ambiental de dimensão global, explicada pelas condutas sociais autodestrutivas e no incessante processo de degradação da natureza e de qualidade de vida”, conforme apontamentos de Souza *et al* (2015, p. 94), sugerindo que “os indígenas [por serem] detentores de conhecimentos tradicionais e milenares, deveriam ter seus saberes valorizados, por uma postura consciente e ética do Estado. Pois, essa consciência sustentável é inerente aos indígenas, principalmente de suas relações com a natureza, falta, portanto ao Estado reconhecê-los como tais.

Quem sabe um retorno ao princípio, como propõe Gonçalves (2008), quando as “relações do homem com a natureza eram permeadas de mitos, rituais e magia, pois se tratava de relações divinas. Para cada fenômeno natural havia um deus, uma entidade responsável e organizadora da vida no planeta: o deus do sol, do mar, da terra, dos ventos, das chuvas, dos rios, das pedras, das plantações, dos raios e trovões etc.”. (p. 172), possibilitaria uma relação respeitosa com todas as formas de vida. No modelo desenvolvimentista da modernidade, “o homem arrancou os deuses da natureza e passou a destruí-la como se ele próprio fosse divino, cheio de poderes absolutos. A partir de então, a natureza começou a perder o seu status de *mãe da vida*. O desejo desenfreado pelo poder e pelo dinheiro fez com que o homem mudasse sua concepção como parte do natural. Natureza e homem passaram a ser duas coisas distintas. (GONÇALVES, 2008, p. 172)

As ponderações de Gonçalves (2008) encontram ecos nas narrativas de monitores *Pataxó*, que por diversos momentos param no circuito para explicarem sobre suas ideologias, isto é, visão de mundo, em que os “encantados”⁸⁶ também moram.

Dentre as trilhas, a primeira a ser visitada é a Trilha Araponga (em Patxohã, *kokëeka*), uma trilha interpretativa, em que há armadilhas de captura de aves e de mamíferos, popularmente conhecido por *mundéu*. Essa trilha no meio da Mata Atlântica tem 100 metros de extensão, com nível leve de exigência física.

⁸⁶Para os Pataxó, "toda quanta é tribo tem encantado. Porque todo índio que morre eles sempre vêm visitar a aldeia deles". (CARVALHO, M. R. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. Salvador – BA. 2009). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000300006.

Imagem 9: Trilha Araponga e Armadilhas



Foto: Tohõ Pataxó (2019)

A Trilha do Jequitibá (*Cariniana*) leva esse nome porque há essa árvore centenária logo no início, seus frutos servem de alimentos para os pássaros. Ela tem 99 metros de extensão, com nível baixo de exigência.

Imagem10: Jequitibá – árvore milenar



Foto: PATAXÓ, Tohõ (2019).

Trilha do “Poço Sagrado” ou “Lugar Sagrado”, sua tradução em *Patxohã* é “*Txag’rú Mirawê*”, as águas de suas nascentes têm sido utilizadas para batismos católicos. Segundo Tarugo Pataxó (2000), no “Poço Sagrado muitas crianças (*kitok*) indígenas foram batizadas por padres católicos”. Para além do batismo católico, esse poço passou a ser utilizado para o batizado dos Pataxó na cultura indígena, desde a retomada desse território.

Quando o turista chega ao “Poço Sagrado”, o guia explica como ele surgiu, o que representa para os *Pataxó* do Monte Pascoal, e acentuando a sacralidade daquelas águas. Tarugo também esclarece que “nessa água sagrada pode-se tirar as energias negativas, o *mau-olhado*”

e que, de vez em quando, eles mesmos vão tomar banho ali para se energizarem com essa água bendita. A distância da trilha é de 446 metros de extensão; seu nível de intensidade é baixo.

Trilha da Juerana (*Parkia platycephala Benth*) e do Jequitibá (*Cariniana*), árvores que antigamente eram usadas para fazer canoas, um dos transportes aquáticos utilizado pelos indígenas para pesca e condução. A Juerana e o Jequitibá são árvores centenárias e de suma importante nessa trilha. Elas também servem também como meio de comunicação na floresta, quando alguém está perdido, além de terem sido utilizadas no passado como local de dormitório. A extensão dessa trilha é de 265 metros, com nível baixo de dificuldade.

No espaço da ICMBIO, que é um centro de visitantes que está localizado dentro do parque. Antes funcionava como um museu, com fotos de aves do parque e as em extinção, e de demais animais do local. Nesse momento, o centro encontra-se fechado, em reformas. Da guarita do parque até o centro, sua extensão é de 868 metros, como seu caminho é plano, portanto de baixo nível de exigência. Nesse local é possível avistar o Monte Pascoal por outro ângulo e descansar, por isso chama-se trilha “Céu Azul”

Imagem 11: Vista do Centro Cultural do ICMBIO e Trilha Céu Azul



Fonte: Acervo da pesquisadora (2019)

No trajeto para as trilhas, encontra-se a *Praça de Resistência* ou monumento de resistência. Esse espaço é utilizado para realização de palestras para os visitantes. Ou, até mesmo, quando há encontros em datas especiais, eventos e movimento de luta *Pataxó*. No percurso dessa trilha, os guias mostram a vegetação da entrada do parque e as armadilhas. Contam também um pouco da história do povo *Pataxó*, do território e da importância do Monte Pascoal para todos os *Pataxó* e para a história do Brasil. Nesse local realiza-se rituais, como o *Awê e o ritual dos homens*.

Imagem 12: Praça da Resistência



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016; 2019)

Como se observa nas imagens, no monumento há a escultura do mapa do Brasil, no centro tem-se um pé de Pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), símbolo nacional. O cacique *Guaru Pataxó* explica que os cinco arcos ao lado (conforme Imagem n. 21, na página 125)⁸⁷ representam os cinco séculos de colonização, sendo as pontas das flechas que saem do chão os anos de resistência. O círculo representa o maracá, no contorno do mapa há os nomes de todas as etnias do Brasil.

Nas caminhadas pelas trilhas há vários pontos de parada para apreciação e explicações aos visitantes pelos monitores indígenas, que detalham aspectos culturais e ambientais mais relevantes. Importante salientar que os visitantes só poderão entrar no parque acompanhados de um condutor indígena.

Nessas trilhas há árvores frutíferas, como as enormes jaqueiras (*Artocarpus heterophyllus*) que atraem muitos macacos guigó⁸⁸ (*Callicebus coimbrai*), palmeiras, como açais (*Euterpe oleracea*), juçaras (*Euterpe edulis*) e patiobas ou patis (*Syagrus botryophora*), além de bananeiras (*Musa*), cacaueiros (*Theobroma cacao*) e demais espécies. Nessa porção de Mata Atlântica existe a Ipecacuanha⁸⁹ (*Carapichea ipecacuanha*), referenciada pelos Pataxós por sua propriedade medicinal, conforme depõe o Cacique Guaru Pataxó (2020), “a sua raiz comercializada a R\$3.000,00 o quilo”, mostrando detalhamento parte da planta (sic).

⁸⁷Conforme informações coletadas na entrevista concedida a pesquisadora no dia 12 de junho de 2020, por Cacique Guaru Pataxó

⁸⁸ Conhecido também por guigó, ou guigó-de-coimbra-filho. Trata-se de primatas endêmico da Mata Atlântica da família *Pitheciidae* e subfamília *Callicebinae*, descritos em 1999. Vive em pequenos fragmentos florestais em Sergipe e no litoral norte da Bahia. Estima-se que não restem mais do que dois mil indivíduos. Portanto, integram a lista oficial dos 26 primatas ameaçados de extinção. Informações disponíveis em: < https://www.icmbio.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4185&Itemid=999>

⁸⁹ A ipecacuanha, também chamada cagosanga, poaia, raiz-do-brasil e ipeca, é uma planta da família *Rubiaceae*, muito comum nos solos das florestas dos estados da Bahia e de Mato Grosso, no Brasil. Os Pataxó a denominam de Poaia.

Imagens 13: Cacique Guarú Pataxó e as raízes da Poaia



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2020)

A vegetação estimula e convida os sentidos para experiências nostálgicas acerca da ancestralidade dos povos do Brasil, a mata e seu frescor com sua potencialidade emanada da natureza, como, os sons, os cheiros das plantas e os movimentos dos animais, como dos guigó (*Callicebus coimbrai*), da jaguatirica (*Leopardus pardalis*), dos bichos-preguiça (*Folivora*). Os guias sempre atentos vão explicando sobre a fauna existente, levando-se em consideração a curiosidade dos turistas, e o aparecimento dos animais, insetos, frutos e flores no caminho. A experiência vai evoluindo, sempre em articulação com suas histórias, contos e crenças.

Em uma das caminhadas com o coletivo, Tarugo *Pataxó* mostrou o material vegetal utilizado para a confecção dos trajes indígenas, apresentando um pé de imbiriba⁹⁰ (*Eschweilera ovata*) de onde extraem as fibras para confeccionar a tanga (*tupsay*), seguida da biriba-branca⁹¹ (*Eschweilera ovata*), da qual se utiliza a madeira para o fabrico do berimbau, além de “servir para o preparo de remédios para dores abdominais, conforme a substância extraída de sua casca amargosa”⁹². Já da palmeira patioba (*Syagrus botryophora*) retira-se a madeira para o fabrico de arcos, e de suas folhas, quando a planta é bem jovem, a palma para assar o peixe.

Apesar da diversidade de atrativos, a busca por visitas no parque é incipiente, ao se considerar as necessidades econômica da comunidade. O Cacique Guarú avalia que a baixa demanda é a falta de divulgação, considerando os limites dos *Pataxó* na implementação do turismo pela falta de apoio dos órgãos governamentais. Além de investimento financeiro, o Cacique considera que essa atividade deveria ser sinalizada na BR 101, tanto no sentido norte, quanto sul, por placas de informações pelas rodovias⁹³ de acesso ao parque. De fato, não há

⁹⁰ Essa árvore é conhecida pelos Pataxó como biriba, entretanto é popularmente conhecida por imbiriba, biribá-branca, tauarissinho, ibirabá.

⁹¹ Popularmente conhecida por biriba, biriba-preta, ibirabá, sapucainha.

⁹² Entrevista concedida a pesquisadora no dia 12 de junho de 2020, por Tarugo Pataxó.

⁹³ Informações sistematizadas a partir de entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Cacique Guarú Pataxó.

sinalização nos percursos intermunicipais, que seria obrigação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e nem na BR 101, de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O turismo da Aldeia Pé do Monte configura-se como uma organização não formal, sem registro de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), como já informado, gestado pelos monitores, esses divulgam algumas ações em suas redes sociais, incentivam os demais a participarem da Associação Pataxó da Aldeia Pé do Monte (APAPEM), fundada em 15 de maio de 2007, com o objetivo de estruturar uma política pública para o turismo indígena do Pé do Monte. Essa associação promove reuniões, encontros e capacitações.

Imagem 14: Trilha do Monte Pascoal, de vegetação densa



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2020)

Reconhece-se que o turismo sem o incentivo do órgão público torna-se difícil a sua consolidação, pois esse setor necessita de abrangência publicitária e de investimentos para a sua materialização. Sem essas políticas públicas afirmativas, esse turismo não alcançará o público desejável. Sobre esses limites e negligência do poder público, os teóricos Barbieri, Brandão, Moura João (2014) informam que o Estado não está cumprindo o que se estabelece na Convenção da Biodiversidade, principalmente pela importância das atividades realizadas, “baseadas na cultura indígena como um produto diversificado e promissor, além de possibilitar o atendimento às reivindicações desses povos”. (p. 5).

A Aldeia Pé do Monte fomenta seu turismo sem ajuda do *trade* de Porto Seguro, da Secretaria de Turismo e do estado. Segundo Tohõ *Pataxó*, eles já buscaram apoio junto a esses órgãos governamentais e às empresas privadas, sendo frustrados nessas investidas.

Pois isso, nós geramos o turismo aqui. Temos alguns parceiros para algumas informações, como a Tâmara de Salvador, que estava na secretaria de turismo o ano passado veio aqui deu apoio na divulgação. Tivemos uma conversa com a secretaria de turismo de Porto Seguro para ver se tínhamos o apoio para divulgação, mas não

tivemos êxito. Então, gerimos aqui o trabalho de turismo só com o apoio dos monitores, lideranças e associação, que também buscam apoio e cobram, mas o gerenciamento mesmo é só da comunidade dos monitores e eu, que estamos na frente desse negócio aqui, ainda.⁹⁴

Trata-se de um turismo indígena de base comunitária, com todos os processos: planejamento, gerenciamento, comunicação a cargo de monitores e de lideranças, conforme as explicações de Tohõ (2020), “é um turismo indígena de base comunitária, pois é onde a gente mesmo organiza, né.”. Entretanto, o grupo sofre com a *sazonalidade* das visitas, ainda que tenham as excursões de grupos religiosos, nos feriados, e os intercâmbios com as escolas de ensino fundamental e médio, e com grupos de universidades, no período letivo. Na leitura de Tohõ, esse turismo tem essa diversidade, o que o torna diferente dos demais:

Então na verdade, na alta temporada são turistas que querem visitar, que querem conhecer mesmo a História do Monte Pascoal né... Porque, às vezes, contaram em alguma aula de História, não muito, mas algumas vezes, então eles vêm e querem conhecer o Monte Pascoal. E outros, são turistas que estão fazendo turismo pelas praias, conhecendo algumas cidades quando passam na BR101, veem a entrada do Monte Pascoal, e chegam aqui para conhecerem. Na baixa temporada também têm aqueles turistas, alguns do exterior, alemão, italiano, e outros que vem aqui para conhecer, vindo direto para conhecer o Monte Pascoal, já não vem perdido. Na baixa temporada temos os grupos de alunos de escolas com os professores, de acordo com as aulas deles, dos conteúdos, aí eles aplicam o vinham ensinando, finalizarão o trabalho na comunidade, assim como os das universidades que também procuram.⁹⁵

Apesar das dificuldades e da ausência de políticas públicas, esses *Pataxó* acreditam nas potencialidades étnicas e ambientais desse turismo, resistindo nesse projeto político e social, que se organiza no dia a dia, nas relações dessas ‘parcerias’ com instituições educacionais e religiosas

É bem diverso o turismo da aldeia, isso depende muito da demanda do visitante, já fizemos alguns encontros aqui de intercâmbios com outras escolas com questão de outras pessoas de universidades que vêm, eles vêm com grupo tipo grupo religioso deles, para poder conhecer um pouco da nossa cultura e religião e aí a gente faz esse intercâmbio, certo? E além do outro, que é o turismo religioso que vários evangélicos vêm também aí os monitores só fazem as guias, aí eles fazem os cultos deles aqui, às vezes no monumento e as vezes em cima do monte, eles fazem as orações deles.⁹⁶

O fenômeno turístico juntamente com a interpretação ambiental possui elementos importantes, como as trilhas ecológicas, o contato interétnico, a educação não formal, sendo esse turismo "uma atividade educativa que se propõe revelar significados e inter-relações por

⁹⁴Entrevista concedida a pesquisadora no dia 03 de março de 2020, por Tohõ Pataxó.

⁹⁵Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Tohõ Pataxó.

⁹⁶Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Tohõ Pataxó.

meio de uso de objetos originais, do contato direto com os recursos e de meios ilustrativos, que simplesmente comunicar informação literal” (TILDEN, 1977 *apud* MARCUZZO *et al*, 2015),

Como já abordado anteriormente, o turismo do Pé do Monte se caracteriza como *pedagógico*, pois, relaciona-se às aulas práticas, que tem por objetivo proporcionar aos estudantes uma vivência com o que foi debatido teoricamente em sala de aula. Através de uma visita técnica, os estudantes vivenciam e constataam na prática, aspectos da educação socioambiental, ampliando suas visões sobre cultura e etnicidade, entendendo de modo empírico, numa perspectiva intercultural no Pé do Monte, a história e cultura do povo *Pataxó* da Bahia.

O *turismo pedagógico/educativo*, nesse contexto, é caracterizado pela capacidade do receptivo ensinar ao visitante conhecimentos que só a comunidade detém. Poytãg Pataxó (2020) confirma essa interpretação ao dizer que o guia é um agente educador, “quando eu faço minha guiagem, quando eu vou contar um pouco da história, sempre digo que não me sinto só um condutor guiando turistas, mas *como um professor*⁹⁷.”

5.4 Em busca do Sagrado

Esses *Pataxó* são tementes a Deus (que em *Patxohã é Niamisu*), suas crenças tocam elementos da religiosidade afro-brasileira e da judaico-cristã. Tem-se nesse *sincretismo* uma singularidade que a relação com a natureza, sendo essa sagrada. Assim também é o território. Os *Pataxó* realizaram retomadas de áreas consideradas por eles como locais sagrados, como o Monte Pascoal, por exemplo, onde se localiza o centro cultural onde se realiza o Awê, os batismos e as festas tradicionais.

A pesquisadora Porto (2020) ao ser referir a religiosidade dos *Pataxó*, lembra que esse povo falante do tronco linguístico *Macro-Jê*, distingue-se dos indígenas falantes do tronco *Tupi*, como os Tupiniquim da costa, que no período do Brasil Colônia estabeleceram contatos ininterruptos com não-indígenas, abarcando a formação catequética jesuítica. “E foi por intermédio de Tupã (deus Tupiniquim) que os missionários ingressaram no universo religioso desse grupo. Traduzindo-o como ser sagrado, misterioso e extraordinário” (METRAUX, 1979, *apud* Porto, 2020, p. 243). Assim, a construção de uma religiosidade cristã no contexto do povo *Pataxó* foi possível pela convivência com os Tupiniquim e missionários da Igreja Católica, sendo esse deus divino denominado por *Niamisu* e seu filho, *Syratã*.

⁹⁷Entrevista concedida a pesquisadora no dia 13 de janeiro de 2020, por Poytãg Pataxó.

Com a ascensão da religião cristã não católica, há também nas aldeias indígenas evangélicos, que na visão de Tarugo Pataxó se deu da “convivência com o ‘homem branco’”. Conforme Tarugo, os mais velhos discordam de os indígenas serem evangélicos, mas, com a miscigenação, foi ficando assim”.⁹⁸ Entretanto, ele ressalta que ainda há resistência da cultura que vem de fora, assim, “só é permitido que um sujeito Pataxó entre em outra religião se ele continuar praticante dos costumes e tradições Pataxó, se comprometendo a passar de geração em geração”⁹⁹. O que interessa no contexto do turismo é entender a relação sagrada dessa etnia com a natureza. Porto (2020), informa que:

É sabido que o homem andino, assim como muitos outros povos antigos, possuía outra visão de mundo, entre seus ensinamentos, encontra-se o profundo respeito a todas as manifestações e formas de vida. Enxergava na natureza o sagrado e, dessa forma, estruturava e organizava seu universo a partir de uma ética ecológica que a civilização industrial moderna parece ainda desconhecer quando agride e despreza a “Mãe-Terra”. (PORTO, 2020, p. 247)

A teórica entende essa ética ecológica no contexto indígena como herança do *xamanismo*, que, apesar de não ser exclusividade dos povos nativos, contudo considera que os povos tradicionais, entre eles os indígenas, são os que mais preservaram esse conhecimento, principalmente a forma de curar ligada à Espiritualidade e à Divindade da natureza, portanto “uma filosofia de vida muito antiga, o que permitiu o reencontro do homem com os ensinamentos e fluxo das energias puras da natureza e dos espíritos, e com seu próprio mundo interior.” (PORTO, 2020, p. 248)

Dentre a dimensão do sagrado tem-se *Awê* (cântico e dança), conforme exposto anteriormente, “o ritual apresentado aos turistas se parece mais como uma pequena apresentação para conhecerem um pouco da história, dos cânticos e danças *Pataxó*, nem todos os visitantes que vem querem ver o ritual”.¹⁰⁰ Já os rituais sagrados acontecem no *Lugar Sagrado (Aragwá)*, às terças feiras e aos sábados, de noite. O ritual restrito não entra no pacote turístico, que na avaliação de Tohõ: “a gente não gosta de fazer muito para vender. Às vezes, a gente faz alguns intercâmbios e mostra um pouco dessa tradição”.¹⁰¹

No ritual feito para os turistas esporádicos e/ou para intercâmbios e grupos de excursões, os visitantes podem observar os cantos *Pataxó*, danças, orações, suas vestimentas, seus adornos e suas pinturas. Também poderá experimentar o rapé, as bebidas medicinais, escutar as palestras, e alguns conselhos. O sagrado também está na dimensão de quem se propõe a

⁹⁸Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Tarugo Pataxó.

⁹⁹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Tarugo Pataxó.

¹⁰⁰Entrevista concedida a pesquisadora no dia 12 de junho de 2020, por Tohõ Pataxó.

¹⁰¹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 12 de junho de 2020, por Tohõ Pataxó.

vivenciar essas experiências. Para alguns estar em volta da fogueira com os filhos dos ancestrais de “Pindorama” pode promover “um modo de consciência que une o sujeito ao cosmo, isto é, ele como parte do todo” (PORTO, 2020, p. 249). Assim, também visualizar o batismo dos corpos indígenas no *Aragwá* (Lugar Sagrado), revela essa “consciência ecológica em sua essência mais profunda é espiritual. Para o xamanismo, as coisas, todos os vegetais, todos os animais, todas as pedras, tudo no universo tem seu lado material e sua contrapartida espiritual” (RIBAS, 2003 *apud* PORTO, 2020, p. 249), talvez, os turistas ao visualizarem essa “mística” possam ter o entendimento do valor das vidas, da natureza e das cosmovisões indígenas, consequentemente respeitando todas as vidas.

Imagem 15: *Aragwá* – “Lugar Sagrado”, onde acontece os rituais



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

Dentre os signos sagrados desse povo, inclui-se os significativos rituais de passagens: o nascimento, batismo, casamento e luto. Esses eventos são guardados entre os parentes, na particularidade das residências, sem a presença de pessoas externas, logo, não estão disponíveis como produto de turismo.

Sobre a morte dos seus, o Cacique Guarú entende como um retorno a “Mãe-natureza”, quando alguém entra em óbito na aldeia, ele não considera que esteja enterrando e sim, plantando, “quando falece um parente em nossa comunidade, nós não falamos enterrar, nós falamos plantar”.¹⁰² Tohõ Pataxó (2020), sobre esse tema, observa que são momentos especiais como todos os demais, portanto utilizados para reflexão de suas existências, lutas e passagens pelo mundo, sinalizando a importância de se manterem *Pataxó*.

Voltando ao movimento, além dos passeios pelas trilhas, o turista ao retornar à recepção tem a possibilidade de aprender sobre a pintura corporal Pataxó, além de levar de recordação

¹⁰²Entrevista concedida a pesquisadora no dia 18 de julho de 2020, pelo Cacique Guarú Pataxó.

um grafismo feito em seu corpo por um *Pataxó*, aprendendo sobre os significados dos desenhos, das cores e dos materiais utilizados. Como já fora informado, é possibilitado como atração experimentar pratos típicos, como o peixe na folha da *patioba* e o *cauim* - bebida fermentada feita a partir da *mandioca* (*Manihot esculenta*).

Na barraca de exposição e venda de artesanatos, tem-se cocares, colares de sementes, brincos de sementes e penas, lanças de madeiras, bolsas de sementes, maracás e esculturas. O comércio de artesanato é mais uma das alternativas de fomento de recursos para a aldeia. Nos últimos anos, desenvolveu-se a comercialização de camisetas e tecidos pintados à mão e estampados por serigrafia. Apesar de ser um ramo dominado pelos *Pataxó*, o Pajé Putumuju (2019) considera que se deve ampliar as atividades, “precisamos de outro ofício, o artesanato aqui é complicado, porque nas aldeias antes dos turistas chegarem aqui, em Porto Seguro, eles têm muito mais opção e variedade, quando chegam aqui, já estão cheios desse artesanato”.¹⁰³.

Há de se considerar na observação do pajé, que não é abandonar o artesanato é torná-lo diferente, buscando nos conhecimentos ancestrais essa diversidade que ele solicita. Assim, infere-se que essa (re)construção identitária permanente, principalmente quando se objetiva ser “um produto turístico”, pela necessidade econômica, tem também o seu caráter político e educativo/pedagógico, já que essas práticas perpassam por questões ecológicas e étnico-culturais.

Nesse fazer educativo há algo diferenciado, que na leitura do Cacique Guarú (2020) seria a hospitalidade e a generosidade. Ser um bom anfitrião é receber todos com um sorriso, e não ser ambicioso, tendo a solidariedade como fundamento das relações.

Não sei se você percebeu, o *Pataxó* quando ele te vê ele te dá um sorriso é a cultura dele, é um povo que sofreu muito mas o *pataxó* ele é um povo alegre e guerreiro, então nós temos essa cultura passado de tataravó, para avó, de pai para filho, meu pai tem uma cultura muito linda, meu pai botou rede na barra velha um ano e meio pegando peixe dividindo para as famílias na guerra de 51, é uma cultura dele, a Maria Calanga na guerra de 51 ela defendeu o povo dela não pegou arma nenhuma mais ela defendeu o povo dela, através da força da mãe natureza então é uma cultura diferente.¹⁰⁴

Sobre essa rede solidária apresentada pelo cacique, de como agia seus antepassados e de como eles agem hoje, Porto (2020) analisando a espiritualidade desse povo explica que: “os *Pataxós*, através de seu mito *Txôpay Itohã*, [...] consideram que somos uma única rede de relacionamentos que se inter cruzam ao mesmo tempo, entre o passado, o futuro e o presente,

¹⁰³Fala no dia 01 de outubro de 2019, pelo Pajé Putumuju *Pataxó*, durante oficina.

¹⁰⁴Entrevista concedida a pesquisadora no dia 18 de julho de 2020, pelo Cacique Guarú *Pataxó*.

pois em cada tempo tem-se energias e presença espiritual de seus ancestrais, e esses saberes devem ser cuidados para serem de domínio das próximas gerações”. (p. 249)

Nesse encontro houve vários questionamentos, retoma-se aqui, um que parece ser a síntese do sentido de ser Pataxó associado ao sentimento de pertencimento a um povo que é diferente dos demais. Assim, ao se questionar ao Cacique o que significava para ele as vestimentas *Pataxó*. Realizou uma explicação a partir de seus deslocamentos da aldeia para a cidade, “eu viajo muito para fora e eu gosto de reparar e analisar; você chega na capital, em Salvador, a baiana está com a cultura dela, o soldado ele está todo com seu equipamento, logo nós índios também devemos estar com todo nosso equipamento, mostrando quem somos, isto é, somos índios brasileiros”.¹⁰⁵

Dessas visadas filosóficas, dos saberes partilhados e das formas como se organizam, entende-se que há no contexto do turismo uma *epistemologia indígena*, que também pode ser entendida como uma *cosmovisão* alcançada, nessa pesquisa, como uma *práxis descolonial*, que refuta os modelos eurocêntricos de sociedade. Nesse pensamento descolonial privilegia-se signos culturais locais, ainda que seja em um espaço regulado pelo ICMBIO e no território da “Costa do Descobrimento”, que equivocadamente nomeia o território das identidades indígenas.

5.5 Patrimônio Cultural Imaterial Pataxó

Em 2003 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) lançou a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial* – ratificada pelo Brasil em 2006. Esse documento apresenta diretrizes de proteção do *patrimônio imaterial*, considerando como patrimônio as expressões sociais, culturais e artísticas, as tradições e expressões orais, incluindo o idioma, rituais e atos festivos, conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo e as técnicas artesanais tradicionais.

O Brasil, ao ratificar o referido documento, por meio do Decreto Nº 6.177, de 1º de agosto de 2007, entre outras questões, reconhece:

A importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, e, em particular, dos sistemas de conhecimentos das populações indígenas [...] a importância da vitalidade das culturas para todos, incluindo as pessoas que pertencem a minorias e povos indígenas, tal como se manifesta em sua liberdade de criar, difundir e distribuir as suas expressões culturais tradicionais, bem como de ter

¹⁰⁵Entrevista concedida a pesquisadora no dia 18 de julho de 2020, pelo Cacique Guarú Pataxó.

acesso a elas, de modo a favorecer o seu próprio desenvolvimento [...] (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, para se pensar o turismo como *epistemologia* apresentamos expressões sociais, culturais e artísticas dos *Pataxó como patrimônio imaterial*, principalmente aquelas que salvaguardam parte do que eles são. Reafirma-se, portanto o turismo como uma *episteme indígena*, considerando também que ele tem possibilitado transformação social, participação direta da comunidade, melhoria, ainda que pequena, nas condições de vida, sustentabilidade socioambiental, e inovação na forma de realizar o *eco-etno-turismo*, frente as necessidades sociais, nacionais e globais. Para entendimento dessa epistemologia apresenta-se parte do *patrimônio cultural imaterial* que tem constituído *eco-etno-turismo*.

- A língua *Pataxó* - *Patxohã*

A língua falada pelos *Pataxó* é o *Patxohã*, que significa “língua de guerreiro”, pertencente ao tronco linguístico *Macro-Jê*, que segundo Paraíso (1994) tem familiaridade com a língua dos *Maxacali*.

Além dos *Maxacali*, havia outros grupos indígenas que também mantinham contato com os *Pataxós*, visto que a terra indígena *Pataxó Barra Velha* tornou-se um lugar de passagem, encontros e refúgio para grupos indígenas de outras etnias, resultando em casamentos interétnicos entre *Pataxó* e outros grupos indígenas e, conseqüentemente, também houve empréstimos linguísticos com outros povos (BONFIM, 2012, p. 39)

Tohõ *Pataxó*, professor de língua *Pataxó* (*Patxohã*) e professor de cultura na Escola Indígena da Aldeia Pé do Monte, explica que depois da diáspora de 51, a língua sofreu grande perda, pois seu povo passou a não praticar sua língua tradicional, utilizando-se do português-brasileiro.

Tohõ faz parte do grupo de estudo da língua – o ATXOHÃ, ele como pesquisador e professor tem autoridade para explicar sobre a língua, conforme depoimento: “quando começou a pesquisa com alguns professores indígenas, esse vocabulário não passava de 200 palavras, e através de pesquisas foi se ampliando para um vocabulário de mais ou menos 2.500 palavras. Hoje, com certeza chega a mais de 3000 palavras, criadas de acordo com a gramática e a língua *Pataxó*”.¹⁰⁶

¹⁰⁶Entrevista concedida à pesquisadora no dia 17 de julho de 2020, por Tohõ *Pataxó*.

Imagem 16: *Awê* de comemoração no lançamento do livro do em *Patxohã* do grupo de estudos da língua Pataxó *Patxohã, Atxohã*, na Escola Indígena Pataxó Pé do Monte



Fonte: Acervo da pesquisadora (2019)

Quando se refere ao estudo da língua, fala-se do processo de construção, que se deu do registro da oralidade, isso é, da fala e das narrativas orais dos mais velhos. Na explicação de Tohõ configura-se como um processo de recuperação da língua Pataxó que se encontrava na memória dos mais velhos,

As palavras Pataxó muitas palavras ainda são revividas na memória dos mais velhos, os professores pesquisadores sabiam disso, que os mais velhos ainda falavam algumas coisas e chamava então, dialogando na língua Pataxó chamava de “corta a língua”, os mais velhos chamavam sempre “cortar a língua” ou seja, cortar a língua é quando um estava falando com o outro em Pataxó.¹⁰⁷

Tohõ Pataxó por ser professor de língua Patxohã e de cultura na escola da Aldeia defende o estudo da língua pelos seus pares para que toda a comunidade domine esse patrimônio.

Hoje, alguns dos alunos que estudam nas nossas escolas, eles têm a forma mais formal de escrever a língua pataxó, mas tem aqueles que não estudam a língua Pataxó o *Patxohã*, e eles escrevem de uma forma mais informal do jeito que falam eles escrevem, mas os que estão na escola. O pensamento é que nós professor de *Patxohã* sempre esteja passando para que os que estão estudando, e que não tenha preconceito com os outros que não estão estudando e que passem a forma correta, no caso de escrever na escrita em *Patxohã*, mas o objetivo é ajudar a todos, mesmo aqueles que não estão na escola a gente ir fazendo os rituais, dialogar um com o outro e tentar ver a forma de cada um estar aprendendo ensinando.¹⁰⁸

Essas informações também conduzem o turismo como uma *epistemologia*, pois a construção da língua acontece da vontade coletiva, correspondente às necessidades que emergem da economia solidária. Portanto, no estudo e no ensino do *Patxohã* estão implícitos

¹⁰⁷Entrevista concedida a pesquisadora no dia 17 de julho de 2020, por Tohõ Pataxó.

¹⁰⁸Entrevista concedida a pesquisadora no dia 17 de julho de 2020, por Tohõ Pataxó.

uma *metodologia de pesquisa*, que ao ser analisada isoladamente, conforme depoimentos de Tohõ, pode ser considerada como estratégias criativas e inclusivas que vem colaborando nos projetos de desenvolvimento do turismo.

Os nossos mais velhos falavam e até hoje os mais velhos falam também que na língua a gente guarda um segredo, né então se a gente sabe falar a nossa língua quando as pessoas de fora chegam e não saber a língua a gente vamos falar alguma coisa e as pessoas não entendem, então ali nós estamos guardando um segredo, né, os mais velhos das nossas comunidades aqui falam várias palavras eles, muitos deles não conseguem falar assim como eu falo, mas falam e entendem várias palavras e com isso eles conscientizaram a gente a tá juntando e formando palavras e frases e agora texto também mais eles conseguem entender muita coisa.¹⁰⁹

A narrativa do professor Tohõ Pataxó revela que as ações educacionais acerca do aprendizado do *Patxohã* acontecem em diferentes espaços e sujeitos, por conseguinte impactando positivamente no fortalecimento da identidade indígena, o que tem exigido dele aproximação com as diversas manifestações culturais da comunidade, “os rituais, os cantos e danças”.

A gente trabalha não só a língua na escrita, mas na oralidade porque tem que pegar a outra parte da questão da cultura que são os rituais, os cantos e danças, ou seja, a cultura, o professor de *Patxohã*, o professor de língua na comunidade é professor da cultura também. Aí vem toda a questão da cultura, história, da arte da questão meio ambiente daí a gente faz do nosso jeito, de acordo com os parceiros e parentes e com a forma da educação diferenciada da nossa comunidade e no nosso povo também. Buscar fortalecer a língua Pataxó todos os dias porque quando a gente sair dessa luta, sair desse mundo para o outro aí vai ficar pessoas também falando e que podem estar ajudando a luta e na causa, porque o *Patxohã* não é só um ensino de língua o *Patxohã* é uma prática de fortalecimento de resistência que a gente pode lutar para mostrar quem somos nós Pataxó.¹¹⁰

Os professores de cultura de cada aldeia são responsáveis pelo estudo e divulgação da língua e de demais mobilizações culturais. Tudo indica que o trabalho de formação de Tohõ promoverá uma geração de monitores para o turismo, incluindo os mais jovens nesses saberes sistematizados.

- O Rapé – *Kuhuytú*

O rapé é considerado como uma medicina tradicional, denominado de *Ciência* dos povos indígenas, tendo toda uma mística em seu feitio e aplicação. Ainda que utilizado em turistas, não se desvincula de sua natureza *mística*. O rapé é usado frequentemente pelos *Pataxó*,

¹⁰⁹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 17 de julho de 2020, por Tohõ Pataxó.

¹¹⁰Entrevista concedida a pesquisadora no dia 17 de julho de 2020, por Tohõ Pataxó.

e ao usá-lo, atentam-se para algumas “regras” básicas, desde a maneira como manuseiam o aplicador, como o auto-aplicador (*kuripe*) ou o aplicador em terceiros (*tipi*). Nessa Ciência, cada passo deve ser cuidadosamente respeitado, como o sopro do rapé nas narinas, as orientações dos pensamentos e das energias que a serem guiadas pelo xamã ou pajé. Assim, o xamã ao ministrar o rapé orienta “que se tenha uma nova postura de respeito com a terra-mãe, com todas suas criaturas, em suas diversas formas de vida. Sendo a chave de acesso a essa evolução espiritual a chama do amor que há em cada um”. (PORTO, 2020, p. 245)

Imagem 17: Pataxó aplicando o rapé em momento de ritual



Fonte: PATAXÓ, Tohõ (2019).

Em todas as experiências partilhadas na etnografia, observou-se que o rapé indígena como qualquer outra medicina indígena, deve ser empregado com bom senso, equilíbrio e moderação, principalmente quando usado socialmente, pois este não se desvincula totalmente de sua finalidade (LIMA, 2016), de ser pela espiritualidade curativa.

- A bebida fermentada – *kawĩ*

O *kawĩ* é uma bebida elaborada da mandioca (*Manihot esculenta*) fermentada, tradicional dos povos indígenas do tronco linguístico *Macro Jê*. A matéria-prima é a mandioca, que é ralada, amolecida em água durante alguns dias (pubada), cozida, triturada e recozida para a fermentação. A bebida resultante é opaca e densa e tem gosto azedo; ela pode ser misturada com várias frutas e com caldo de cana.

Imagem 18: Visitante experimentando *kawĩ*¹¹¹

Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

O *kawĩ* pode ser consumido no cotidiano, entretanto é comumente consumido nos festejos, com a participação de dezenas de pessoas de outras aldeias. A preservação dessa bebida como patrimônio imaterial informa que o turismo é mais que uma economia alternativa, trata-se de uma filosofia coletiva que precisa ser partilhada, revelando que o sistema econômico do não-indígena, embasado só na lógica lucro, não se encaixa nessa realidade.

- A Culinária – *Mãgute*

A base alimentar dos indígenas sempre foi animais (da caça e da pesca), frutas, sementes, raízes, tubérculos, como inhame ou cará (*Dioscorea cayanensis Lam*), batata doce (*Ipomoea batatas*), amendoim (*Arachis hypogaea*), entre outros. A mandioca para o povo *Macro Jê* é o alimento preferido, e uma infinidade de pratos pôde ser elaborado dessa raiz. Da mandioca faz-se o *kawĩ*, o beiju (*makaiaba*) e a farinha (*kuiuna*), este último produto muito consumido com o peixe assado. Em registros realizados por educadores *Pataxó*, tem-se um pouco da forma como preparavam seus alimentos.

Eles procediam da seguinte forma: pegavam a folha e levavam-na ao fogo para esquentar até dar alguns estalos, soltando um líquido parecido com óleo em sua parte externa. Esse óleo, juntamente com a água dentro da folha, serve para proteger a mesma para não queimar. Depois, faziam uma armação, fincando um gancho de madeira de um lado e outro do fogo, atravessando uma vara por cima do mesmo e amarrando as suas extremidades nos ganchos. Em seguida, amarravam a patioba na vara, colocando água e os alimentos dentro da mesma. A água ferve normalmente até cozinhar os alimentos. Enquanto houver água, a folha não queima (POVO PATAXÓ, 2011, p. 70).

¹¹¹ Bebida preparada para a I Caminhada em Comemoração à Retomada do Monte Pascoal no dia 18/08/2018.

Interessante que os atletas da atualidade vendem uma dieta a base de carboidratos “bons”, como algo novo, avançado e moderno, entretanto para os indígenas essa alimentação sempre fez parte de seu *modus vivendi*, até o intenso processo de integração.

Felizmente os *Pataxó* preservaram parte de suas práticas, e principalmente em dias de festas, comemorações, de rituais e para demonstração aos turistas, que se combinado no pacote, experimentam do *mukusuy* (peixe assado folha do *pati*) com farinha grossa de puba.

Imagem 19: Pataxó preparando o *Mukusuy*



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

Os Pataxó do Pé do Monte realizam alguns plantios de gêneros alimentícios, em especial, a mandioca, batata doce, inhame, milho, feijão, amendoim e plantam árvores frutíferas no meio da floresta – denominam de *agrofloresta* -presentes no entorno de suas moradias, assegurando uma boa parcela da nutrição da comunidade, além da criação de galinhas e dos viveiros de hortaliças.

Mas, como o próprio Povo Pataxó (2011, p. 70) afirma, “a condição urbana de algumas aldeias, ou a proximidade com centros urbanos também influencia os hábitos alimentares, levando parte da população Pataxó a incorporar à sua dieta gêneros alimentícios adquiridos nos mercados e no comércio local, mas sem deixar de lado o consumo dos alimentos tradicionais”.

Em uma das visitas, anotou-se no *Diário de Campo* o preparo de uma das iguarias características da culinária Pataxó é o “peixe na patioba”. O seu preparo começa com a escolha de folhas do *pati* ou *patioba*, de tamanho médio, que são lavadas e depois levadas ao fogo para ficarem maleáveis e não rasgar. O peixe deve ser limpo, tirando-se as escamas, para então, temperá-lo com um pouco de sal, os demais temperos serão por conta do óleo da própria *patioba*. As folhas de *patioba* são amarradas envolvendo o peixe, e com um cipó verde fecha-se as folhas. Em seguida, leva-se essa “panela” de folha no braseiro, tendo o cuidado para que as folhas não

peguem fogo e queimem o peixe. O peixe na patioba fica pronto em cerca de trinta minutos. Sempre servido com farinha de puba ou mandioca assada ou cozida.¹¹²

Imagem 20: *Mukusuy* – Peixe assado na folha da Patioba



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

- Cantos e Danças - *Awê- Heruê*

Os rituais para os Pataxó representam cultura, luta, força, resistência e fé. A dança e a música são importantes manifestações culturais. Na dança circular, no contato com a terra e toda a natureza, acreditam receber a força do pai *Niamisu*. Conforme, exposto anteriormente, Tohõ *Pataxó* não é favorável a comercialização de seus rituais no turismo. O ritual restrito a comunidade acontece nas terças feiras e no sábado, sendo disponibilizado para alguns turistas, quando agendado e autorizado pelas lideranças.

No *Awê Pataxó* (cerimonial), quando permitido aos turistas, tem-se o vinho extraído do jatobá (*Hymenaea courbaril*), rapé (*kuhuytú*), *mukeka Pataxó*, garrafada de *Pratudo*¹¹³ (*Paratudo Hortia brasiliiana*) – em *Patxohã*, *kawĩ meãdxú*, e outras bebidas naturais, usadas como *Ciência indígena*, ou seja, *medicina natural*.

A música também é um elemento importante na vida do povo *Pataxó*, por ser uma linguagem que permitiu “guardar” a memória, a cultura, aspectos da espiritualidade e expressões do *Patxohã*, sendo um elemento de fortalecimento da identidade do povo *Pataxó*. Muitas músicas cantadas eram na língua portuguesa, entretanto com o empenho do grupo *Atxohã*, muitas foram traduzidas para o *Patxohã*.

¹¹²Outras receitas estão disponíveis em Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Bahia: Atxohã/Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011.

¹¹³Conhecida popularmente como Paratudo, Casca d'anta, Curatudo.

O *Awê* é a dança, associado aos cantos tem-se o *Heruê*, que funciona como um convite para a celebração, além de representar união, força, resistência, alegria e espiritualidade, pois cantar e dançar é “entrar em harmonia com o ambiente e com o sagrado”. (POVO PATAXÓ, 2011, p. 89)

Imagem 21: Ritual Pataxó *Awê- Heruê*



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

Segue uma das músicas mais conhecidas do povo Pataxó:

Muká-Mukaú

Pataxó Muká, Mukaú Muká, Mukaú
 Pataxó Mayõ Werimehe Mayõ Werimehe
 Hetõ, Hetõ, Hetõ Pataxó
 Kotê Kawi Suniatá
 Heruê Heruê-Hê-Hê – Heruê, Heruê

Pataxó unir, reunir unir, reunir
 Pataxó luz do amor, luz do amor
 Te amo, te amo, te amo
 Pataxó beber cauim e cantar Awê
 Awê-he-he – Awê, Awê

Letra e melodia: Matalawê, Coroa Vermelha, 1999¹⁴.

Sobres suas músicas/cantos, Tarugo Pataxó, em suas redes sociais no Facebook, no dia 11 de julho de 2020, socializou: “Entre as graças que devemos à bondade de Deus, uma delas é a música. A música é tal qual como a recebemos: numa alma pura, qualquer música suscita sentimentos de pureza”. O povo Pataxó possui formas de vida e sua cosmovisão se baseia na

¹⁴ Registrado em POVO PATAXÓ, 2011, p. 91.

estreita relação com o território, e a terra é um fator primordial para sua vitalidade física, cultural e espiritual, conforme diz o canto: “Pataxó unir, reunir” [no território], onde eles são “luz do amor”, pois podem “beber cauim, cantar o Awê”.

- O Artesanato

O que se denomina de arte indígena, por suas formas, traços, materiais e tintas sempre foram produzidos naturalmente pelos *Pataxó*, como uma prática cultural, que por muito tempo tem ajudado na sobrevivência, como da venda de artesanatos e utensílios feitos de madeira e fibras vegetais. Segundo Conceição (2016, p. 13), “em vários momentos o povo Pataxó se utilizou de técnicas para extrair elementos da mãe natureza, como de casca de árvore, folhas, raízes e resinas para pintar roupas ou utilizar em diversos tipos de artesanatos”.

Os produtos artesanais produzidos pelos *Pataxó* do Pé do Monte têm no contexto do PNHMP as matérias-primas as serem utilizadas, essas extraídas da flora e da fauna, por um extrativismo sustentável e responsável. No território da “Costa do Descobrimento” os *Pataxó* são reconhecidos por suas atividades artístico-culturais, organizando, assim um modelo de economia sustentável em uma Unidade de Conservação, entretando, ao mesmo tempo, são ameaçados por uma série de políticas de desenvolvimento regional, como exemplo, a expansão da pecuária no entorno do parque e a monocultura do eucalipto, que provocam a supressão de matas ciliares e a diminuição de hidrografias.

Imagem 22: Artesanato Pataxó com sementes

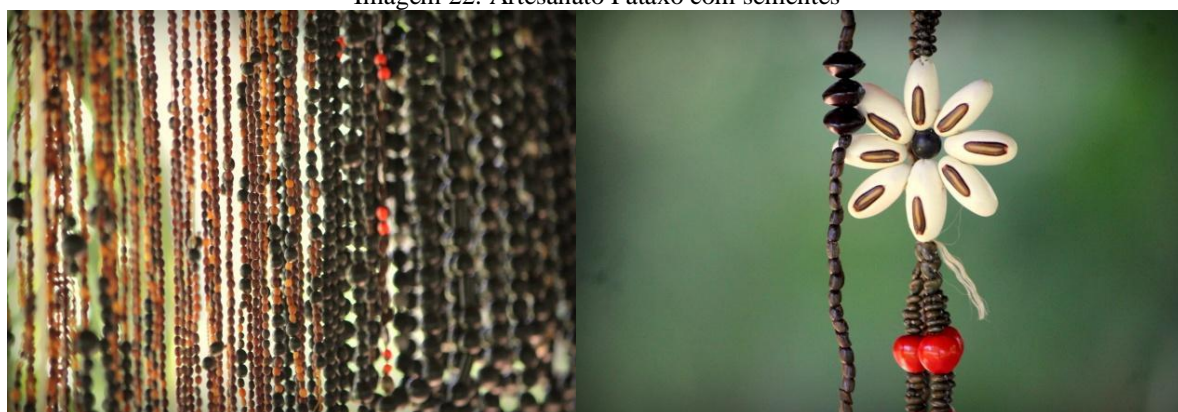


Foto: Acervo de pesquisadora (2020)

Os padrões gráficos de seus artesanatos são baseados na fauna local, como besouros, cobras e onças, singularizando essa produção artística. Os *epkorabé* são os adornos colocados no rosto, orelha, queixo, nariz, geralmente de madeiras, ossos, penas, dentes, etc.

Imagem 23: Tohõ Pataxó com seus *Epkorabé*

Fonte: Acervo da pesquisadora (2020)

Os *epkorabé* são formas de manifestações culturais que transitam entre o artesanato, a estética Pataxó e a espiritualidade, conforme o pensamento do Cacique Guarú: “agradeço a *Tupã* por ter me dado forças e persistência para a manutenção de meus ideais culturais”, pois na sua cosmovisão:

Todo o nosso artesanato é sagrado para o nosso uso, por isso importante usarmos todo os nossos adereços (material): a tanga, o cocar, o arco e flecha, a borduna, a lança. E quero dizer para você que mantemos nossa cultura viva graças a *Tupã* e estamos ai na luta com 520 anos, mas graças a *Tupã* nós não perdemos nossa cultura, e nossos costumes estão vivos, e cada vez mais a gente incentiva o jovem para usar essa cultura.¹¹⁵

O artesanato também é uma atividade que tem o seu processo produtivo gestado por núcleo familiar, como as demais do turismo, entendido como um *modelo de economia participativa e colaborativa*.

- O *Maracá*

O *maracá* é um instrumento sagrado para o povo Pataxó, acompanhando-os nos momentos de rituais internos e externos. É como uma espécie de uma cabeça humana, onde os conhecimentos/ saberes e espiritualidade ficam armazenados, por isso as crianças ou adultos, os possuem. O *maracá* é o companheiro de viagens, manifestações, lutas, assim como o *tupsay* e a *borduna*. São os Pataxó que confeccionam seus *maracás*, que podem ser feitos de frutos de coqueiros (*Cocos nucifera*) quando secos naturalmente, e de cabaça (*Lagenaria siceraria*) madura. Existem *maracás* entalhados e os sem enfeites. Para se produzir o barulho utilizam de

¹¹⁵Entrevista concedida a pesquisadora no dia 18 de julho de 2020, pelo Cacique Guarú Pataxó.

sementes secas ou pedrinhas. O maracá empregado para marcar o ritmo dos cantos do *Awê*. No momento em que se bate ou toca o maracá, os *Pataxó* estão convidando os antepassados para festejar com eles. Os contatos com essa espiritualidade acionado pelo maracá permite um sentimento de pertencimento aos seus antepassados.

- O Cocar

O cocar é um adereço que tem um grande valor e serventia para cada *Pataxó*. Antigamente, o cocar dos *Pataxó* era feito apenas com duas penas de papagaio emparelhadas, amarradas na palha. Algumas mudanças ocorreram na forma de fazer o cocar e hoje em dia os *Pataxó* usam penas coloridas de galinha (*chukakay*), fibra de palha de *uricuri/licuri*¹¹⁶ (*Syagrus coronata*). Sobre a mudança no confecção do cocar perguntou-se ao Cacique Guarú (2020), ele explicou que: “o meu cocar [tradicional] só tem uma pena e uma trança, eu tenho ele aqui, é o que eu uso para os meus rituais, nas viagens, nas minhas representações, [...] eu o uso com muito respeito e consideração, porque quem fez essa trança foi minha mãe, e quando minha mãe faleceu, eu peguei essa trança e fiz o meu cocar e coloquei uma pena, porque eu ouvi ela falando para mim, meu pai e demais *Pataxó* que o cocar *Pataxó* era uma trança e uma pena”¹¹⁷ Nas fotografias abaixo, observa-se os dois modelos de cocar.

Imagem 24: Cacique Guarú *Pataxó* com seu Cocar e demais *Pataxó* com seus cocares.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018; 2020)

O cocar é de uso pessoal e tem uma simbologia o que justifica qual tipo a ser usado pelos membros da comunidade. Se um *Pataxó* usar dentro de sua comunidade um cocar com apenas uma pena, duas penas ou três penas, na frente do cocar, e em destaque, significa que ele

¹¹⁶ Tipo de palmeira nativa do bioma Caatinga e de toda a costa leste do Brasil. Popularmente conhecido por alicuri, aricuí, adicuri, cabeçudo, coqueiro-aracuri, coqueiro-dicuri, ouricurizeiro, oricuri e uricuriba.

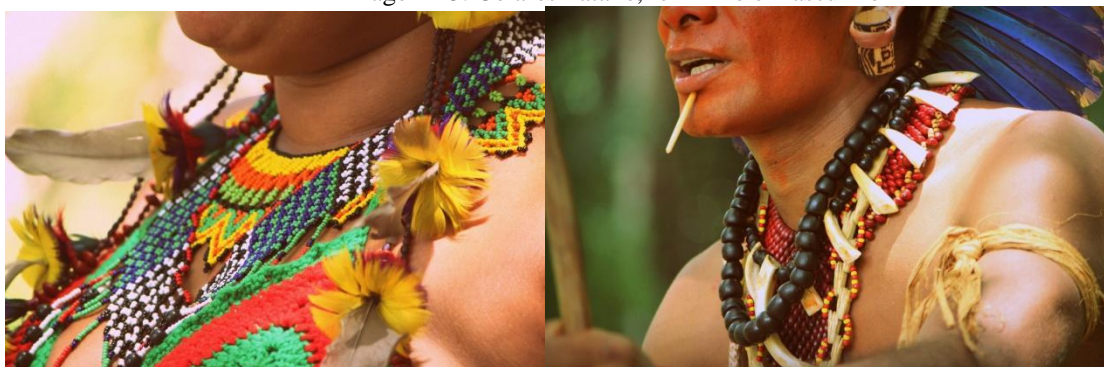
¹¹⁷Entrevista concedida a pesquisadora no dia 18 de julho de 2020, pelo Cacique Guarú *Pataxó*.

é um cacique ou um chefe comunitário de alguma instituição. Recomenda-se que cada *Pataxó* tenha o seu cocar de uso pessoal, “não se deve emprestar a outras pessoas, nem o deixar em qualquer lugar, como forma de desprezo, pois o cocar para o povo Pataxó é um amigo e um parceiro nos momentos de cerimônias e de rituais, para trazer força e energia mental, física e espiritual”. (POVO PATAXÓ, 2011, p. 78)

- O Colar – *Masaká*

O cocar também é entendido como um adorno sagrado, pelo qual se tem um grande respeito. Cada um tem os seus colares de uso diário, dos rituais, cerimônias e trabalhos. O colar é um adereço que constitui peças dos artesanatos, também é fabricado para comercialização. Os colares são coloridos, conforme as sementes oferecidas na Mata Atlântica, “como os produzidos de sementes de pariri, tento, matapasso, olho de pombo, juerana, salsa da praia, mauí, café-beirão, pakari, milagre etc. Utilizam também ossos, madeirinhas, penas (POVO PATAXÓ, 2011, p. 78). Há também os colares feitos de miçangas, com anagramas diversificados.

Imagem 25: Colares Pataxó, feminino e masculino



Fonte: Acervo de pesquisa (2020)

Os colares de uso pessoal não podem ser vendidos, dados ou emprestados as outras pessoas, pois eles são adereços abençoados pela natureza, entendidos como uma corrente de união, com é a circularidade dos centros culturais da comunidade indígena. O Cacique Guarú avalia esse adereço como sagrado, assim como os demais adornos, “no meu colar, cada semente simboliza um filho, um neto, um sobrinho, então, o colar é sagrado”¹¹⁸.

¹¹⁸Entrevista concedida a pesquisadora no dia 18 de julho de 2020, pelo Cacique Guarú Pataxó.

- A Tanga – *Tupsay*

A tanga é uma vestimenta de muito valor e respeito para os *Pataxó*. De uso pessoal, comumente a usam nos rituais e no trabalho, como no turismo. Cada etnia tem a sua vestimenta com estilos e formas diferentes. A tanga *Pataxó* é feita de fibras imbiriba (*Eschweilera ovata*) ou de taboa¹¹⁹ (*Typha domingensis*), esta vegetação é presente em áreas alagadiças. O Cacique sobre sua vestimenta, diz: “a minha *tanga*, a minha *burduna* e todos esses adornos representam minha identidade, quando eu chego eu mostro que sou índio”.¹²⁰

Imagem 26: Tanga de biriba (*Tupsay*)feminino e masculino



Fonte: Acervo da pesquisadora (2020)

A tanga de imbiriba como demais adereços *Pataxó* não deve ser emprestada ou deixada de qualquer jeito, pois essa vestimenta, no entendimento dos *Pataxó*, deixa o grupo mais fortalecidos e protegidos de energias negativas. Comumente comercializam tangas de *taboa* para os turistas.

- O Arco e a Flecha – *Puhuy* e *Akuã*

O arco e a flecha são armas de caça. O arco é confeccionado de três espécies de árvores, como pau d’arco ou ipê (*Tabebuia*), laranjeira (*Citrus*) e do pati ou patioba (*Syagrus botryophora*). A corda é trançada com imbiriba (*Eschweilera ovata*). Antigamente, os *Pataxó* utilizavam os arcos para lutar, caçar e pescar. Hoje esse instrumento é utilizado na comunidade *Pataxó* para ser comercializado, decorar a casa e disputar torneios indígenas de arco e flecha.

¹¹⁹ Popularmente conhecida por bunho, morrão-dos-fogueteiros e tabua-larga. É planta hidrófita.

¹²⁰Entrevista concedida a pesquisadora no dia 18 de julho de 2020, pelo Cacique Guarú *Pataxó*.

Mas, mesmo ele não sendo mais utilizado como arma, algumas etnias ainda o utilizam para caçar, pescar e lutar. Já as flechas são confeccionadas de madeira, tendo a sua ponta feita de ossos.

Imagem 27: Jovens guerreiros com seu arco e flecha¹²¹



Fonte: Acervo de pesquisadora (2020)

- O Calendário *Pataxó*

A relação tempo e espaço dos indígenas seguia uma outra lógica, longe da concepção dos relógios de pontos das indústrias. Um pouco desse conhecimento permaneceu, como o plantio orientado pelas fases da lua, conforme o *Calendário Pataxó* que divide espaço temporal em estações, levando-se em considerações as previsões climáticas, percebidas no comportamento da natureza e dos animais, abalizando também suas práticas agrícolas pelo movimento das águas e rotação terrestre.

Os Pataxó possuem um modo próprio de perceber o tempo e as mudanças temporais no território. Este saber, para os que praticam agricultura e a pesca, corresponde à construção de um calendário importante para previsões e para demarcar as modificações ao longo do tempo. Conhecimentos fundamentais para redução do nível de incertezas e na realização de boas colheitas e boas coletas. O saber a respeito da temporalidade climática e dos marcadores biológicos e astronômicos era utilizado com mais frequência e continua marcado no “relógio” Pataxó. (CARDOSO, PARRA, SANT’ANA, PINHEIRO, 2012, p. 61).

¹²¹Amyp Pataxó na primeira foto, Amyp Pataxó e sua sobrinha Jacian Pataxó na segunda foto. Adornando para a celebração na aldeia.

A distribuição das práticas agroextrativistas durante o ano obedece precisamente a “duas as estações reconhecidas: o inverno, que é visto como o tempo das chuvas e das cheias das lagoas, rios e córregos, e que vai de maio a agosto, sendo este último mês o de chuvas intensas; e o verão, tempo de sol forte e clima seco. Os rios podem secar nesta época e é visto como o tempo do turismo e de ganhar dinheiro com o artesanato” (CARDOSO, PARRA, SANT’ ANA, PINHEIRO, 2012, p. 63), conforme o calendário indígena Pataxó, apresentado no livro “Leituras Pataxó: raízes e vivências do povo Pataxó nas escolas”, 2005, tem-se por atividades:

Janeiro – Mês de produção das mangabeiras, abacaxis, mangueiras e cajueiros. Também é o mês propício para a pesca e de preparo do solo para o plantio.

Imagem 28: Abacaxis, pitangas, bananas e beijus de tapioca, produção da Aldeia



Fonte: Acervo de pesquisadora, 2018.

Fevereiro – Dia 03 é festa de São Braz, início das aulas, mês em que se produz farinha para consumo e comercialização.

Março – Mês de andança dos caranguejos nos mangues, bom para realização de coleta de mariscos e de plantio de feijão, mandioca, mamão, etc.

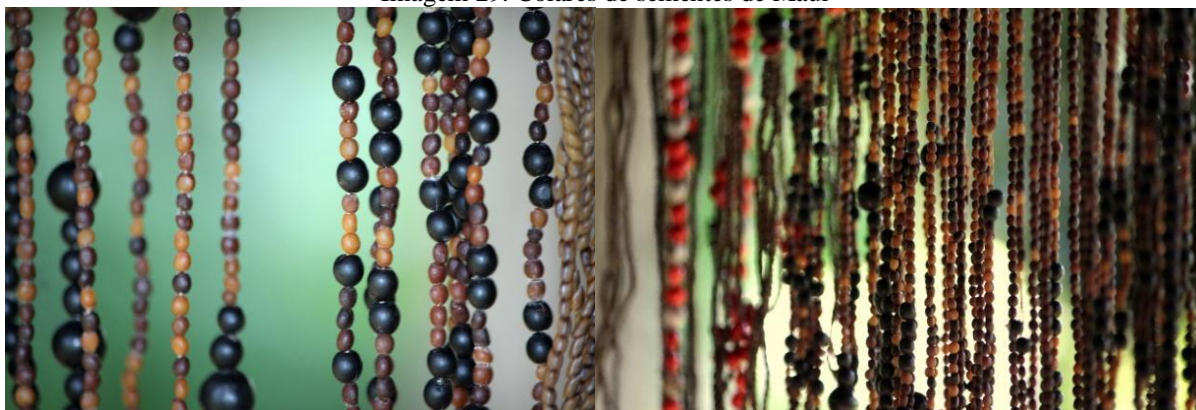
Abril – Mês em que se pesca moreia (*Muraenidae*). Também é a época de comemoração e reflexão sobre o “Dia do Índio”, 19 de abril. Período que participam de fóruns, congressos e eventos em instituições de ensino.

Maior – Mês das flores, tempo de plantação de milho, amendoim, melancia e de feijão.

Junho – É inverno, mês de muita chuva e a situação econômica da aldeia fica mais difícil. As famílias vendem pouco artesanato e as que trabalham na roça fazem a colheita.

Julho – Mês que se colhe a semente de *Mauí* (*Crescentia cujete L.*) para a fabricação de colares.

Imagem 29: Colares de sementes de Mauí



Fonte: Acervo da pesquisadora (2020)

Agosto – Mês que venta muito, nesse mês não tem muito peixe na beira da praia, porque os camarões estão se reproduzindo. É o tempo de desova das tartarugas.

Setembro – Derrubada de roças e capoeira para preparar o solo.

Outubro – Tempo das enchentes e das desovas dos peixes.

Novembro – Nesse mês as famílias produzem artesanatos para o começo do verão.

Dezembro – Dia 08 é festa de Nossa Senhora da Conceição. Como é começo de verão, as famílias se deslocam das aldeias para venderem seus artesanatos.

- Pinturas Corporais

A pintura corporal é um bem cultural que identifica os *Pataxó*, quanto ao gênero, sexualidade, faixa etária, estado civil, e posição política. Cada membro do corpo recebe um tipo de arte, perna, braço, costas, rosto, conforme explica Conceição (2016, p. 14): “a aplicação de padrões gráficos no corpo está relacionada à posição social, existem desenhos reservados para determinadas categorias de indivíduos ou para ocasiões específicas, como se observa na fala dos anciãos”. Sendo assim, há “as pinturas que são para casamento, e tem as que são utilizados em momentos diversos e em tipos de rituais. (CONCEIÇÃO, 2016, p. 15).

O Cacique Guarú também trata da simbologia das pinturas, sinalizando as cores utilizadas: “Veja bem, quando falamos em pintura, existem três símbolos na pintura, a vermelha que é o sangue derramado, a preta que é luto a branca que é paz”.¹²². Essas cores são extraídas de produtos vegetais e minerais. A cor preta é do fruto do jenipapeiro (*Genipa americana*), de onde se extrai a tintura, na qual pode-se adicionar o carvão vegetal triturado; a vermelha do

¹²²Entrevista concedida a pesquisadora no dia 18 de julho de 2020, pelo Cacique Guarú Pataxó.

fruto do urucum (*Bixa orellana*) e a cor branca da argila (*Montmorillonite, Bentonite and Silica*) branca.

Imagem 30: Pinturas corporais



Fonte: Acervo da pesquisadora (2020).

As pinturas das pernas, das costas e do tórax respeitam alguns padrões, por exemplo, no rosto há a pintura do homem solteiro (*kakuçu pakuio*), do homem casado (*kakuçu*), da mulher solteira (*jokana pakuio*) e da mulher casada (*jokana*). Também há pinturas do braço para homens e para as mulheres, assim também no tórax e nas costas. Essas pinturas também são denominadas por *grafismos*. Esses traços aparecem nas pinturas corporais, nas residências, artefatos, cestarias, relacionam-se com a história do povo Pataxó, fauna, flora, além de serem motivadas pela matéria prima utilizada, conforme grafismos nos objetos fotografados.

Imagem 31: Grafismo Pataxó e Cestaria produzida no Pé do Monte



Fonte: Acervo da pesquisadora (2020)

Quanto aos diferentes traçados nas cestarias de folhas de palmeiras, de cipós e de fibras, Conceição (2016, p. 13) lembra que esses traçados também eram utilizados na ornamentação de arcos e flechas, lanças e de abanador.

Os *Pataxó* da Aldeia Pé do Monte desenvolvem um tipo de grafismo para a pintura de tecidos, madeira, paredes e em papel, com lápis ou nanquim, incluindo a ilustrações de serigrafia. Essa última técnica foi aprendida em oficinas, da parceria com o Movimento Arte Manha de Caravelas (BA). Tem-se por tema para essas artes: animais de diferentes espécies presentes no Monte Pascoal.

Imagem 32: Pintura do *Miruã* e o *Miruã* vivo (Besouro)



Fonte: PATAXÓ, Tohõ (2020).

Percebe-se que o ambiente natural é um instrumento facilitador de aprendizagens de práticas culturais, que tornam esses *Pataxó* diferentes dos demais indígenas, ainda que tenham lutas semelhantes.

Assim, o patrimônio imaterial presente no contexto desses *Pataxó* permite entender as estratégias que estruturam o turismo, desde elementos históricos, ambientais, culturais, educacionais e suas vivências místicas, que em conjunto produzem sentidos e projetam uma *epistemologia* do turismo, em que se percebe também a presença de tecnologias de informação e comunicação.

- Contos *Pataxó*

Dos contos *Pataxó* presentes na Aldeia Pé do Monte, transmitidos pelos professores de cultura da escola da aldeia para suas crianças na escola e aos turistas, apresenta-se nesse trabalho dois, em versão bilingue – em português e em *Ptxohã*, conforme tradução do professor de Língua *Ptxohã* Tohõ *Pataxó*. Considera-se que a memória atualizada de um grupo reforça os vínculos e a afirmação da identidade étnico-cultural. Por isso, a importância de se registrar

parte de uma literatura popular indígena, identificando nessa linguagem seus mitos, filosofias e “ciências”.

A primeira narrativa apresentada é um conto *Pataxó*, que descreve brevemente, como eles viviam na “Costa do Descobrimento”, tendo por título a *História da palavra Pataxó*, registrada em português e Patxohã pelo Professor Tohõ:

<i>História da Palavra Pataxó</i>	<i>IÕ DXÁ'Á MÊ'Á IË KOHTÚ PATAXÓ.</i>
<p>Eu ouvi a História do significado da palavra “Pataxó” contada pelo meu avô.</p> <p>Antigamente, os mais velhos falavam que eles moravam na mata do Monte Pascoal e, quando queriam, vinham à beira da praia, pegavam comidas, se alimentavam e, depois, iam dançar. Ali, ouviam o barulho do mar, sentados bem em cima das pedras e prestavam atenção naquele som que a água do mar fazia... “Então, preste bem atenção no barulho da água”, alguns falavam, porque as ondas do mar vêm bater na pedra e fazem Pa- tá e quando volta fazem xó</p>	<p>Ahnã eoĩkã'y'ã iË awãkã txó dxá'á mê'á iõ kohtú “pataxó” areneá'ã ikô kãupetõ kehetohê. .Pãx homãk,iõp tapuritú ïpãmakiãmi areneã dxá'á topehêp edhú'ã uĩ ïbã txó egnetopni ùg ,japoterú tokerê'ã ,ápôy'ã iË tamãpê ùpã atxibá ,tukjú'ã mãgutxi ,áhê mãgutá'ã ùg haptxôy txuk'ã hamiá ...txêk eoĩkã'y'ã iõ hemoá txó kramuhúã ,ayË'txË takunahé ùxé uhamo ùpã baway ùg eretxá atxemãg pãx paresé dxá'á iË miãga txó kramuhúã patxitxá'ã “úxêhã”, eretxá atxemãg takunahé pãx hemoá ùpã miãga ,puhumunú areneá'xó ,tayatê iËp tsayra txó kramuhúã ápôy txarú uĩ baway ùg patxitxaxó pa- tá ùg japoterú apêtxuk patxitxá'xó xó</p> <p style="text-align: right;"><i>PATAXÓ</i>, Tohõ, 2014.</p>

Uma das necessidades da humanidade, desde os primórdios, foi a de se situar no mundo. Nessa narrativa percebe-se como essa compreensão vai sendo construída, ainda que por uma *socio poética*, assim os *Pataxó* tentam afirmar algumas suspeitas, como de serem os moradores do Monte Pascoal. Há também um discurso acerca da mobilidade desse povo pelo território baiano, de seus trânsitos entre a orla marítima e as matas. Trata-se de um texto literário, e como tal surge com a finalidade de explicar certas questões, que em um tempo remoto, não se tinha elucidadas.

No texto seguinte tem-se um mito, que também é transmitido oralmente. O mito esclarece como algo sobrenatural aconteceu, a partir da cultura de um grupo. Sendo assim, os elementos que constituem a narrativa mitológica podem ser atualizados e/ou modificados, conforme os aspectos sociais, culturais e ambientais de quem o conta. Assim como as lendas, os mitos integram o conjunto de contos populares indígenas. No mito *A Velha do Pequi* conta-se sobre o surgimento *da mandioca, da farinha e da jaroba*, partindo de patrimônios imateriais

do Pataxó, tem-se um pouco do universo mítico e literário desse povo. O mito também está apresentado em versão bilingue, sendo a tradução para o Patxohã realizada pelo professor Tohõ.

<i>A Velha do Pequi</i>	<i>IË IPÁMAKIAMY'ÍHÉ TXÓ PIKI.</i>
<p>Certa vez, o senhor Benedito Bal estava na Aldeia Pé do Monte, quando, de repente, percebeu que alguém o seguia. Logo teve a curiosidade de saber quem era e virou-se para trás.</p> <p>Ficou surpreso quando avistou a velha que o seguia. Olhou, olhou, até que a velha parou e ele observou que ela não tinha pernas.</p> <p>A velha se aproximou de uma árvore enorme chamada de pequi.</p> <p>Desde então, todos a chamam de velha do pequi, pois acreditam que ela mora lá</p> <p>Isso aconteceu há muito tempo mesmo, quando <i>Txôpay</i> estava andando pela terra e ia ensinando toda a sua sabedoria a seus parentes.</p> <p>A mandioca ia ser deixada para ser plantada na terra e, quando ela estivesse no ponto de ser desfrutada pelo índio, não seria preciso arrancar, raspar, relar e torrar para fazer a farinha. Os pés das mandiocas seriam plantados e dariam com pouco tempo, em cada pé, uma quantidade de cabaças cheia de farinha. Quando arrancasse ali, não precisavam de mais nada, era só comer a farinha que já vinha pronta. Ainda seria de dois tipos: a de puba e a de guerra. Aquele que experimentasse e gostasse de uma delas, começava a cultivar a plantação daquele tipo que gostasse.</p> <p>Mas, a história é que o danado do índio achou que assim não iria dar certo e perguntou para <i>Txôpay</i>: -E a jaroba <i>Txôpay</i>?</p> <p>O índio achou que se tivesse a farinha pronta, não teria como fazer a jaroba, por isso, nosso protetor falou:</p> <p>Então, vai ficar do jeito que você está pedindo, só que você vai esperar um ano e vai ter muito trabalho para plantar a mandioca, limpar a roça e, quando for arrancar, tenha muito cuidado para não machucar a raiz, senão ela fica amarga. vai raspar a mandioca para tirar parte da casca que é venenosa, ralar a mandioca e também os dedos para tirar o sangue ruim do corpo e torrar a farinha para poder comê-la.</p> <p>O índio estava com tanta vontade de beber a jaroba, que não esperou nem a mandioca fazer um ano, arrancou- a e fez a jaroba. Foi aí que pela teima do índio a jaroba azedou e ele adorou por isso é que da mandioca fazemos a jaroba das festas e rituais, mas é</p>	<p>Nioniemã txaywã,iõ makiamy Benedito Bal torotê'ã uĩ Pataxí Āpaká Txó Egnetonpi, japõterú, ũpú bugau ,dxê'ã dxá'á parukã iõ txahâtê.</p> <p>kixay torotê'ã iË tokerê'watá ũpú kuã pukâyme'á'ã ũg atxabn'ã dxahá beregwá. kãxkây'ã naãhã niamã're japõterú dxê'ã makiamy'ihédxá'á iõ txahâtê pinapõ'ã ,pinapõ'ã ihã dxá'á iË makiamy'ihéhâtây'ã ũg topehê dxá'ã dxá'á kepây ãhõ petõ'i'ã ãpatxahây.</p> <p>iËmakiamy' íhé áhê mehexó'ã ũxé hãtõ kamarú nioktoiná hãhúhêhê'txË piki.</p> <p>Úxehã ,hõtxomãp hãhúhêhê'xó ũpú makiamy'ihé txó piki, iakatã suyhê'xó dxá'á kepây edhú'xó higuá</p> <p>Ātây tohnõhêhê iË nitxí piátá mē á, japoterú Txôpay torotê ã kuhú` irá ikõ hãhão ũg txuk` ã etxawê` irá hõtxomãp iËtãypãk kuã` wãy iË kotenekõ taputari.</p> <p>iË mukunã txuk`ã mē`á're perakwã`ã dxahá mē`á're pokâyã`ré uĩ hãhão ũg japoterúkepây nioktoyná ubá - itxê ũpú patxitxá iË ũgká ikõ txihi ,ãhõ mē`á`ã koet`hi aymag ,amañũ ,ũg patxitxá iË kuyuna .iõp ãpaká ũpú mukunã mē` á`ã pokâyã`ã ũg pahnË`ã hũ gwakxó piátá ,ũxé etañiã ãpaká ,hãtõ ãpiãkxex ũpú iá tibã ũpú kuyuna .Japoterú ,aymag txêk ãhõ mē` á`ã koet`hi ũpú tapuritú iamã ,mē`á`ã txéã mãgutã- xãkây iË kuyuna dxá'á txõg`hi ápõy patxitxá: txanË mē`á`ã ũpú krokxí dxêikõ.</p> <p>iË ũpú mukunarú ũg iË ũpú oytám ,áhê iË dxá'á mãgutã ũg mimõ`ã ũpú hãtõ ũpã krokxí ,ihãbnká iË pokâyã ũpã dxá` á mimõ`ã :txayá iË awãkã mē`á dxá` á iõ txihi suyhê`ã dxá` á iËhã ãhõ txuk`ã pahnË paktã ũg aruhetê`ã dxahá txôpay -?ũg iË jaroba ,txôpay</p> <p>:Iõ txihí suyhê`ã dxá` á áhê petõ'i` xó iË kuyuna patxitxá ,ãhõ petõ'i`ã ahõhê patxitxá iË jaroba ,ikõ ãtây, Kahn Êtú niamitãgãhi areneá`ã-úxehã tohnõ kãxkay txó haêdxê dxá`á anehõ torotê upãrug`xó ,txéã dxá`á mupuk-anehõ tohnõ petõ'i`ré niastó ikõ nioniamã honãg ũg tohnõ petõ'i`ré nitxí akuêg dxahá pokâyã`ré iË mukunã ,amañũ iË atxá`á ũg japoterú txuk aymãg petõ'i nitxí hiatõ dxahá ãhõ iknuy iË sarã ,áhê ãhõ kepây kãxkay txamana .tornõ amañũ iË mukunã dxahá aymãg guakniohã ũpã kirã dxá`á mē`á kwok`txË ,amañũ iË mukunã ũg kasiaká iõp ãpahab dxahá aymãg iõ avËg mayogenã txó ãpkõy ũg patxitxá</p>

<p>preciso arrancar a mandioca antes de um ano. a mandioca serve também para fazer farinha, beiju, comer assada ou cozida.</p> <p>De qualquer jeito o índio ganhou muito, não foi? <i>Txôpay</i> já sabia que era assim mesmo, mas ele queria fazer a coisa ficar melhor para o índio, mas o índio não quis com isso, o índio ganhou várias coisas: a mandioca, a farinha e a jaroba</p>	<p>iĒ kuyuna dxahá okehôy xâkây .iô txihí torotê`ã hũ mká tokerê`irá goyá iĒ jaroba dxá`á âhô perakwã`ã hoarú iĒ mukunã patxitxá nioniamã honãg, aymãg- iĒ ũg patxitxá`ã iĒ jaroba .môj iĒtxuk dxá`á ikô piririkã txó txihi iĒ jaroba kâxkay`ã uba itxê ũg topehê mimô`ã .ikô âtây mê`á dxá`á ũpâ mukunã patxitxá`xó iĒ jaroba ũpâ kâdawê`ré ũg heruê ,txayá mê`á koet`hi aymag iĒ mukunã beregwá ũpú nioniamã honãg .iĒ mukunã mê`á kasiaká dxahá patxitxá kuyuna ,makáyaba ,mãgutá mûkiá`txĒ iôré pakjú txĒ.Upú txagwey haêdxê iô txihí âkêtê`ã nitxí ,?âhômôj txôpay txôg`hi kuã dxá`á mê`á`ã iĒhã mê`á ,txayá topehê tokerê`ã patxitxá iĒ kiôia kâxkay fahâtô dxahá iô txihi ,txayá iô txihí âhô tokerê`ã :Hũ âtây, iô txihí âkêtê`ã hũnitxí kiôia .iĒ mukunã, iĒ kuyuna ũg iĒ jaroba.</p> <p style="text-align: right;">PATAXÓ, Tohõ, 2014</p>
--	---

O registro dessas duas narrativas ilustra o potencial formativo do *eco-etno-turismo* realizado por esses *Pataxó*, independentemente do nível de escolaridade de cada turista/visitante, sempre ocorrerá aprendizagens, estabelecidas a partir desses contatos e das leituras e construções cognitivas, estéticas, culturais, linguísticas e simbólicas realizadas desse intercâmbio.

Pode-se considerar a contação de história como prática *pedagógica/educativa*, conforme as demais experiências acompanhadas e registradas no turismo; as quais são interpretadas como uma educação não formal, ainda que realizada da articulação com instituições escolares de diferentes níveis, da educação infantil ao ensino superior, conforme compreende o *turismo pedagógico* por Perinotto, (2008)

Imagem 33: Estudantes de escola pública de Caravelas – BA



Fonte: PATAXÓ, Tohõ, 2019.

Os Pataxó também entendem que o turismo é uma proposta didático-pedagógica, conforme Amyp Pataxó: “o turismo da Aldeia Pé do Monte tem o foco na valorização cultural indígena e na história desse povo. E, por ser um turismo aberto para todos; as crianças podem visitar e aprender através do turismo pedagógico¹²³, conhecendo os seus modos de viver, cuidarem e de se conectarem com a natureza”¹²⁴.

Assim como Amyp, Tohõ acredita que o turismo poderá ser uma ferramenta pedagógica para mostrar suas realidades em enfrentamento ao racismo e a folclorização do indígena. Nesse sentido, Amyp retomado, pois explica que, “na valorização da cultura e da história é que buscamos quebrar os preconceitos e racismo os indígenas, os quais enfrentamos constantemente”.¹²⁵ Portanto, “acreditamos que com um bom diálogo e uma boa mensagem passada, conseguiremos capacitar uma sociedade para lutar pelas causas indígenas e fortalecer nossas lutas. Isso é, com a participação dos nossos anciões e de todos os indígenas capacitados para passar esses tipos de informações para os visitantes”.¹²⁶ Suas observações dialogam com a de Kambeba (2020):

Respeitar a cultura do outro, deve ser também uma constante na vida de todos os que vivem na cidade e na aldeia, pois, compreende-se que identidade não se perde com a saída do indivíduo de seu lugar (aldeia), ele é e será sempre o mesmo com ou sem aldeia, vivendo na cidade, comendo com garfo e faca, vestindo terno e gravata porque seu ser é carregado de memórias e representações identitária. E não existe uma cara de “índio”, um estereótipo, existe o “indivíduo” que carrega a responsabilidade em sua afirmação de ser quem é Tukano, Kambeba, Guaraní, Tembê, Mundurucu, Macuxi, Kayapó, Pataxó, Tupinambá, Kocama, Tikuna, Mura, Suruí, Arara, Parakanã, Cariri-Chocó, Parakanã, Gavião, Miramha, Assurini, Matis, Kaingang, Xavante, Terena entre outros. (p. 63)

Para Tohõ sua identidade indígena já está nele, assim não precisa se afirmar para ninguém, entretanto crê e defende que a educação no turismo poderá sanar, ao menos um pouco, as violências advindas da falta de educação e intolerância étnica da sociedade.

Na verdade, o trabalho que é feito na Comunidade Pataxó Pé do Monte, através do turismo, acredita-se que é possível sim conscientizar e que as pessoas aprendam a valorizar a história e cultura dos povos indígenas, porque tem o contato direto com nosso povo né, e de acordo com os passeios, as caminhadas nas trilhas, a subida ao Monte Pascoal com as vistas do povo Pataxó, eles entenderão aí o respeito que o povo Pataxó ainda tem com nossa mãe natureza. A história que a gente passa para a nossa nova geração nossas crianças, nosso povo que aprenda a valorizar, que aprenda a viver como filho da natureza então, acredito que sim, as pessoas de fora, tendo conhecimento do trabalho que a gente faz, eles aprendam assim, que muitos ficam

¹²³Na Aldeia Pé do Monte eles consideram o eco-etnoturismo por eles desenvolvido em um turismo pedagógico.

¹²⁴Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Amyp Pataxó.

¹²⁵Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Amyp Pataxó.

¹²⁶Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Amyp Pataxó.

ciente e consciente do que é cuidar da natureza para o nosso bem e para o bem das futuras gerações.¹²⁷

Esses agentes do turismo acreditam que conseguem educar através do turismo, sendo assim, agentes educativos. O professor Chrysler Saúde (2020), que vem tendo experiências em aulas-passeios nessa comunidade, entende que as aulas ministradas por esses *Pataxó* vêm ao encontro das possibilidades de seus alunos aprenderem sobre essa etnia e de demais indígenas.

Com certeza. É possível afirmar que muito mais do que conhecer, aprendemos a respeitar ainda mais a cultura e a compreender a importância deles para o desenvolvimento da nossa região e até mesmo adotar uma postura crítica em relação às decisões erradas que historicamente foram tomadas e que afetam até hoje diretamente os povos indígenas.¹²⁸

A turista Cynthia Campolina, esteve na Aldeia há 10 anos, o que nos faz avaliar sua experiência anterior, a partir da realidade vivenciada hoje. Como já é sabido, a aldeia trabalha com o turismo desde sua retomada, são 21 anos que esses sujeitos trabalham com esse setor. Muitos dos *Pataxó* envolvidos nessa atividade estão ali desde a adolescência, fazendo cursos, se especializando e levando turistas nas trilhas. No caso da bióloga Cynthia Campolina, sua experiência foi com uma jovem mulher *Pataxó*, e diz ter tido experiência única, falando de sua admiração e respeito:

A minha experiência foi há 10 anos, foi a primeira vez que fui em uma Aldeia e como toda experiência boa também é única. Fui guiada por uma *Pataxó*, que, com um jeito simples e sábio, me proporcionou a beleza do local e um aprendizado de vida. O turismo na Aldeia me proporcionou contemplar o lugar e admirar cada vez mais os modos de vida dos povos indígenas.¹²⁹

Cynthia também demonstra interesse em retornar para esse destino, sinalizando: “quero ir mais vezes para aprender mais!”, pois “essa experiência deixa uma mensagem para cada visitante, é impossível voltar de lá sem admirá-los e respeitá-los! Essa mensagem que eles nos deixam faz mudar o nosso olhar preconceituoso e estereotipado”.

Jaçanã *Pataxó* (2020) também acredita no potencial pedagógico do turismo, considerando que o turista “vindo visitar nossa aldeia, conhecendo a nossa cultura, e principalmente nossa história, vindo de perto quem somos podem parar com esse preconceito de falar que o índio é aquele *bicho do mato* que vivem *pelado e ignorantes*. Nas várias

¹²⁷Entrevista concedida a pesquisadora no dia 11 de junho de 2020, por Tohō *Pataxó*.

¹²⁸Entrevista concedida a pesquisadora no dia 17 de junho de 2020, por Chrysler Renon Saúde.

¹²⁹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 15 de junho de 2020, por Cynthia Campolina de Mello Vianna.

caminhadas com turistas, eles falaram que já ouviram várias coisas sobre nós indígenas. Então, é bom que eles venham nos visitar e conhecer a realidade de nós indígenas de perto.¹³⁰

Diante das exposições, confirma-se que “o processo ensino - aprendizagem deve ultrapassar os limites da sala de aula, e [que nesse novo contexto], o estudante [poderá] se desenvolver plenamente [estando mais] preparado para “o exercício da cidadania”. (MATOS, 2012, p. 4).

O estudante Caio Campolina Camargo, 16 anos, fez o passeio no Monte Pascoal com sua escola, avaliando que foi “um ótimo passeio e uma grande oportunidade de aprender sobre a cultura dos povos indígenas Pataxós. O jeito deles contaram a história é muito interessante, o mais interessante dessa aventura é o que eles propõem, que é a subida até o monte”.¹³¹

Acredita-se que nesse fazer turístico há uma *epistemologia* Pataxó, em que pulsa uma “educação (...) por toda parte, que se organiza em “estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, (...) sem estar à sombra de algum modelo de ensino formal e centralizador”. (BRANDÃO, 2007, p. 13), pois “na espécie humana a educação se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder” (BRANDÃO, 2007, p. 14).

Nesse *eco-etno-turismo* não se defende a noção de educação como “formação conservadora e de adequação aquilo que se julga absolutamente verdadeiro”. (MACHADO, 2010, p. 37), sendo, no momento atual, produtivo repensar a educação e o “o turismo em todas as áreas do conhecimento, entendendo que esses crescimentos não se estendes apenas aos aspectos econômicos, mas também ao culturais, sociais e ambientais e humano”. (ANSARAH, 2005, p. 293), de tal modo, o turismo também está a “serviço da educação à medida que, conduz a entendimentos diversos sobre as relações humanas e as formas de compreender e organizar o mundo”. (PERINOTTO, 2008, p. 52)

Sob esse ângulo, o pedagógico não se configura como algo desejável, circunstancial, adjetivo, restrito a algumas situações, mas como uma qualidade intrínseca ao turismo, necessária, substantiva, presente em todas as situações, independentemente do grau em que se efetive. Sob essa perspectiva, adjetivar o turismo como pedagógico corresponderia a um pleonasma, não se justificando, pois, a manutenção do binômio. (LIMA; SANTOS; KOCHÉ, 2019, p. 158)

Para os teóricos Lima, Santos e Koche (2019), o turismo por si já é pedagógico/educativo, logo, não há necessidade de defini-lo como tal, esses aspectos estão

¹³⁰Entrevista concedida a pesquisadora no dia 12 de junho de 2020, por Jaçanã Pataxó.

¹³¹Entrevista concedida a pesquisadora no dia 11 de junho de 2020, por Caio Campolina.

intrínsecos. O que justifica a defesa de ser o turismo um aliado no processo de ensino-aprendizagem, como lembra a estudante Yasmin Oliveira Souza, de 16 anos, ao lembrar de sua experiência em uma comunidade indígena:

Foi uma experiência muito interessante e diferente, pois antes não havia tido contato com a cultura indígena tão de perto. Além disso, pude conhecer um pouco mais sobre as práticas da aldeia. Obtive bastante informação acerca do cotidiano da tribo e da história que levou até o atual parque. Acho que o mais importante é a proximidade que consegui por meio das apresentações dos Pataxó ao cotidiano do local, onde nos mostraram práticas rotineiras de uma tribo indígena. (SOUZA, 2020).

O estudante Luca Camargo, 13 anos, foi a primeira vez a aldeia quando tinha seis anos de idade. E ele ainda traz lembranças desse momento: “foi surpreendente, adorei ter entrado na mata e conhecer os ‘índios de verdade’. Eu era muito pequeno. Mas, me chamou muita atenção o quanto eles eram alegres”.

A leitura do estudante Lucas reforça a defesa do estudo obrigatório da história e cultura afro-brasileira e indígena na escola, conforme Lei nº 11.645/2008, que no caso dele, as experiências da visita a aldeia serviram para maior entendimento desses conteúdos na escola. Assim também para aqueles que discutem primeiro na educação formal, sendo a ida à aldeia, uma forma de ilustrar e ressignificar o que foi apresentado na instituição sobre história e cultura dos povos indígenas.

Já professor Chrisler, sua ida aldeia visou entender o que trabalhara teoricamente com seus estudantes, dentre os saberes partilhados, ele destaca a relação que os *Pataxó* têm com o “ambiente natural, à mata, ao monte”, justificando que é “interessante perceber a relação que eles construíram ao longo do tempo, no lugar onde vivem, uma perspectiva “demasiadamente diferente da nossa realidade, pois vivemos num sistema capitalista”. O referido professor reconhece que “aprender e valorizar a relação dos [Pataxó] com o meio natural, suas lutas pela terra, pela natureza (...) [como se dão é importante], é um processo diferente de nossa percepção e entendimento das coisas, da cultura, da religiosidade e do culto”¹³².

O pensamento do educador Chrisler reflete sobre o que é ser indígena, que na perspectiva de Viveiros de Castro (PORTO, 2019) é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas. É ser parte de uma comunidade ligada a um lugar específico, ou seja, é integrar a um ‘povo’.

¹³²Entrevista concedida a pesquisadora no dia 17 de junho de 2020, por Chrisler Renon Saúde.

Nesse sentido, deve-se estar atento a não eleger o jeito de ser *Pataxó* na Aldeia Monte Pascoal como um padrão de indianidade, pretendendo que todos os demais sejam iguais, pois assim, comete-se o mesmo erro do passado: quando se entendia as etnias de forma fragmentada e descontextualizada, pela banalização de seus saberes, ou ainda o indígena do “Romantismo” como expressões de “pureza” e autenticidade, de serem povos passivos e submissos e de serem povos vivendo “ao natural” sem as “contaminações” do mundo capitalista, conforme sinaliza o professor: “eles construíram ao longo do tempo, no lugar onde vivem”, uma perspectiva “demasiadamente diferente da nossa realidade, pois vivemos num sistema capitalista”. Nesse discurso, ainda que bem intencionado, nega-se que os *Pataxó* estão inseridos na sociedade do presente, e que esses também precisam do capital para adquirirem os mesmos bens de consumos dos não indígenas.

Ainda nesse aspecto, percebe-se que os *Pataxó* são valorizados porque reproduzem em parte o que é valorizado pelos não indígenas: pelo exotismo, pelas contribuições que trouxeram para a cultura “nacional” e pela sua utilidade no presente e no futuro, como afiançam os próprios *Pataxó*, ao revelarem que são encarregados de protegerem a Unidade de Conservação sem nenhum investimento dos órgãos ambientais e de turismo.

Dentro desse anacronismo, conforme Jaçanã *Pataxó* denunciara, há ainda aqueles turistas que se consideram os donos da “verdade”, julgando quem é indígena e quem não é, ignorando que toda cultura se altera. Logo, o turismo é uma ação educativa/pedagógica, de vias duplas, em que todos ensinam e aprendem, ainda que seja para os *Pataxó*, o fruto desse aprendizado o empenho de se organizarem para a desconstrução de estereótipos e de enfrentamento ao racismo.

O que essas experiências informam é que a aldeia é um lugar de saberes, e todos os ensinamentos construídos na *Pesquisa-ação* e na *Etnografia* acerca do *eco-etno-turismo* da Aldeia Pé do Monte coloca a pesquisadora também no lugar de aprendiz. Assim, das escritas poéticas de Kambeba (2020), reforça-se que “esses ensinamentos ainda mantidos hoje, contribuem para constituição de identidade, da noção de pessoa, dos valores e crenças, do coletivo social, da relação com a natureza, do respeito ao outro, do entendimento de partilha, da percepção de cada indivíduo dentro da sociedade indígena e da responsabilidade que cada pessoa carrega consigo” (p. 14). Por fim, o turismo é um espaço de identidade indígena coletiva, ou melhor, é um espaço de identificação para os *Pataxó*. Ainda que esse turismo esteja muito no plano do ideário, até mesmo do sonhado, de suas utopias coletivas; apreende-se que é em si um projeto de educação não-escolar, ou seja, não-formal, conforme a educação popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou descrever e analisar os processos de construção do *eco-etno-turismo* dos *Pataxó* da Aldeia do Pé do Monte, realizado no domínio de uma Unidade de Conservação, denominada de Parque Nacional Histórico do Monte Pascoa, situado no território memorial do *Pataxó*, no estado da Bahia.

Para a investigação das potencialidades desse turismo, escolheu-se como métodos a *Pesquisa-ação* e *Etnografia*, realizados entre o período de 2018 a 2020, tendo por questões norteadoras: - O turismo nessa aldeia se organiza como uma ferramenta teórico-pedagógica, isto é, como uma epistemologia que tem possibilitado aos sujeitos serem visibilizados e reconhecidos como produtores de turismo? - O modelo de turismo realizado pelos *Pataxó* pode ser interpretado como um turismo indígena de base comunitária, numa perspectiva ecológica, étnica, histórica e cultural? - As práticas de *eco-etno-turismo* que vêm sendo construídas na aldeia têm potencialidade de se configurarem como um turismo pedagógico/educativo?

Essas questões foram buscadas em diferentes movimentos investigativos que compuseram os métodos eleitos, o que exigiu a implementação e a criação de procedimentos presenciais e a distância, como: o registro de suas histórias e de narrativas da cultura literária oral *Pataxó* (*in locus*), observações participativas em suas práticas culturais, especificamente naquelas inerentes ao turismo, registros fotográficos de signos que ilustram o contexto do turismo desses *Pataxó*, a construção do *Diário de campo*, realização de *entrevistas em profundidade*, presencialmente com oito indígenas, e a *distância*, com os mesmos indígenas e com cinco turistas – professores e estudantes de escolas de Caravelas (BA), por meio de mídias digitais, como de conversas pelo *WhatsApp* e pelo *Facebook Messenger*.

Condizentes as questões norteadoras, teve-se por objetivos: analisar as potencialidades *pedagógicas/educativas* do *eco-etno-turismo* da referida aldeia a partir de *seus patrimônios culturais imateriais*, reconhecendo os fazeres e saberes dos *Pataxó* do Pé do Monte como uma *epistemologia* do turismo; confirmar a existência dos povos indígenas na Bahia, evidenciando a presença da etnia *Pataxó* na “Costa do Descobrimento” e descrever e analisar o *eco-etno-turismo* da Aldeia Pé do Monte, a partir de suas experiências, foram as metas direcionadoras da pesquisa participativa e interventiva.

O alcance de tais objetivos demandou a eleição da *Pesquisa-ação* e da *Etnografia*, conforme pontuou-se, desenvolvidas em afinidades com teorias de cunho social, antropológico, educacional e filosófico. Junto a esse caminhar investigativo considerou-se as trilhas

ecológicas, culturais, históricas, míticas, educativas do contexto do turismo Pataxó como práxis de análises e imersão. Durante as imersões etnográficas e da *Pesquisa-ação*, realizou-se outros movimentos de aproximações ao objeto de pesquisa, que também podem ser lidos como metodologias de pesquisa, por exemplo a escrita memorialista, que foi um revisitar à trajetória histórica, profissional e acadêmica da pesquisadora; realização de pesquisas em teorias e produções científicas de diferentes campo do saber – História, Antropologia, Biologia, Sociologia, Turismo, Estudos Culturais, acerca de povos indígenas e do turismo; ampliadas pela interpretação de documentos sobre políticas públicas para o turismo e áreas de preservação.

Da imersão nesse conjunto de ações realizado concomitantemente, observou-se, de forma descritiva e analítica, numa perspectiva qualitativa, as ações turísticas empreendidas pelos Pataxó do Pé do Monte, desenhando o *turismo* realizado como *ecológico, étnico-cultural, histórico, cultural e pedagógico/educativo* e promotor de uma *economia comunitária, cooperativa e participativa*, afastado dos exemplares de turismo comercial realizados na “Costa do Descobrimento”.

O turismo desses Pataxó não tem apoio de órgãos federais, estaduais e municipais de turismo, o que tem exigido desse coletivo reinventar diuturnamente saberes e fazeres para que suas experiências no turismo apresentem dinâmicas mais próximas do que eles esperam, como uma publicidade que revele o jeito deles entenderem o turismo, elaboração de placas de sinalização para o circuito das trilhas. Sobre a atualização desses fazeres, constatou-se investimos na formação coletiva, por meio de oficinas realizadas em parceria com o Movimento Cultural Manha de Caravelas, e pela própria Associação Pataxó da Aldeia Pé do Monte da Bahia – APAPEM. Pode-se anexar ainda a essas táticas, os *intercâmbios socioculturais* efetivados com instituições educacionais e religiosas, em que se percebeu uma cooperação mais pontual entre o turismo da aldeia e as ações pedagógicas de instituições de ensino, de diferentes níveis.

Essas constatações aliadas a economia do turismo de *Base Comunitária*, avalia-se esse a *dimensão política* desse empreendimento. Pois ser indígena Pataxó inserido em um território que se organizou pela força militar e civil, que sempre demandou desse povo a busca permanente pelo seu passado histórico para provar que são indígenas. E na atualidade, esses saberes constituem os conteúdos partilhados com os não indígenas em suas *trilhas interpretativas*. Essas trilhas têm por fundamento o ensinamento das experiências das memórias vivas – de seus anciões. Assim, viver a afirmação étnico-cultural abalizada na importância de seu povo é um posicionamento político frente aos não indígenas, para que esses sensibilizados colaborem, em certa medida, com o coletivo, sendo o turismo um espaço de luta e de resistência.

Pode-se pensar também no *turismo* como um território de estabelecimento de diferentes redes de relações: socioculturais, educativas, econômicas, político, e “por isso é sagrado”. (KAMBEBA, 2020, p. 62). O *eco-etno-turismo* Pataxó tem por código o respeito as suas tradições, valores e espiritualidades, no entanto, é bom lembrar, que nem sempre os turistas entendem esses códigos como de uma indianidade singular, desqualificando seus “jeitos” de serem e de se organizarem, em detrimento de um ideal de indígena, anacrônico e romantizado. Sendo essas, talvez, as contradições a serem enfrentadas pelos Pataxó.

Como ocupantes desse território, ainda são avaliados com descrédito, quando buscam neles um estereótipo do “verdadeiro” indígena. Entretanto, quando é para se ocuparem da preservação ambiental, salvaguardando a fauna e a flora da Mata Atlântica para todos, eles são reconhecidos como tal, conferindo a eles essa função, enquanto aos não indígenas é permitido o desmatamento, investimento no agronegócio e na monocultura.

No bojo dessa pesquisa, sugere-se que os *Pataxó* do Pé do Monte possuidores de conhecimentos ancestrais sobre esse ecossistema, devem ter esses saberes valorizados e reconhecidos institucionalmente, constituindo o Estado o financiador dessa política de proteção ambiental gestada por esse grupo, pois a sustentabilidade realizada nesse *locus* já é uma característica identitária desse povo.

Apesar da negligência do Estado e da ausência de políticas públicas que atendam esse modelo de turismo, os *Pataxó* acreditam nas potencialidades étnicas e ambientais de suas ações nesse segmento, resistindo nesse projeto de forma organizativa, diuturnamente.

A (re)construção identitária e cultural permanentes, principalmente quando se objetiva trabalhar com o turismo, pela necessidade econômica, também tem o seu caráter político e educativo/pedagógico, já que essas práticas perpassam pela avaliações de todos os envolvidos, conforme considerou o Cacique Guarú Pataxó, em entrevista cedida em julho de 2019, que os *Pataxó* são a única etnia em que as redes de relacionamentos se inter cruzam ao mesmo tempo, com a presença de elementos do passado, do futuro (de quem querem ser) e do presente (de como podem ser). Dessa cosmovisão e dos demais saberes e fazeres partilhados, conforme as formas que constituem o turismo, entendeu-se nesse contexto, que uma *epistemologia indígena do turismo* tem se estruturado na perspectiva do *eco-etno-turismo Pataxó* como uma *práxis inter-multicultural*. Esta *práxis* fundamentada em seus *patrimônios imateriais*, que além de salvaguardarem parte de quem são, estruturam esse *turismo socioambiental e sustentável*.

Dentre os signos estruturantes desse *Patrimônio Imaterial*, tem-se o *Patxohã* que vive um momento particularmente rico, pois há um *coletivo - ATXOHÃ*, formado por estudantes e professores indígenas, que estudam e ensinam essa língua, impactando positivamente no

fortalecimento da identidade cultural indígena e demais manifestações culturais, como no *Awê-Heruê*, na *Ciência Indígena*/medicina natural (uso de rapé, chá, banhos, garrafadas), na fabricação e consumo do *kawĩ*, do *Mãgute*, principalmente do *mukusuy* e dos produtos artesanais extraídos e coletados da fauna e da flora do Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal. Há também as pinturas corporais com suas simbologias das cores e dos traçados/grafismos, além do valor *simbólico* do *maracá*, do *cocar*, dos trajes e demais adereços indígenas.

O *patrimônio imaterial* presente no contexto do turismo Pataxó permite entender as estratégias que estruturam o turismo, desde elementos históricos, ambientais, culturais, educacionais, e o *modelo de economia participativa e colaborativa*. Têm-se ainda nesse conjunto, os *contos orais*, às vezes, apresentados aos turistas que optam por uma visita de maior imersão. A contação de histórias (em versão bilingue), no conjunto das ações turísticas, reafirma o potencial desse empreendimento como uma prática *pedagógica/educativa*, explanada, no bojo dessa pesquisa, como uma educação *não formal*. Uma vez que na observação e experimentação com esses signos ocorrem aprendizagens linguísticas, artísticas, literárias, históricas, ambientais, culturais; favoráveis nas construções cognitivas contextualizadas, conforme lembra Brandão (2007), no sujeito a educação se aloja do conhecimento social e culturalmente construído, a partir de trocas simbólicas, das proposições coletivas, das formas estruturantes da cultura e da relações de poder, sendo assim, o turismo deve estar a serviço da educação e da formação humana.

Os Pataxó do Pé do Monte afirmam que esse turismo se caracteriza como uma das principais atividades econômicas para a manutenção da comunidade na aldeia, entretanto não deixam de considerar a força política e pedagógica desse movimento, corroborando significativamente para as suas lutas contra os preconceitos étnico-raciais, revelando para os não indígenas que há saberes que eles precisam conhecer, não como assujeitados, conforme chegam os turistas com suas ideias pré-concebidas (ROZISCA, 2008). Apontam ainda que o turismo no contexto indígena é importante, pois faz com que eles e os demais indígenas sejam conhecidos por outra ótica, bem distante dos “indígenas exóticos”, apresentados em algumas publicidades do turismo comercial. Sendo assim, acredita-se que esse jeito de fazer o turismo, ao qual denomina-se de *epistemologia indígena do turismo*, poderá abordar as relações eco-étnico-raciais e interculturais de forma justa e cidadã, de forma sustentável e lúdica. Logo, um modelo a ser apreendido pelos não indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/comite-nacional-pela-vida-e-memoria-indigena>>. Acesso outubro de 2020.

ALBUQUERQUE, A. FRANCISCO, A. SOUSA, M. A. **Os povos indígenas no Brasil: Uma história de resistência**. 1. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2010.

ALBUQUERQUE, A. B. **Desenvolvimentismo nos Governos Vargas e JK**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: UFES, 2015.

ÂNGELO, E. R. B. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

ANSARAH, M. G. R. **Teoria Geral do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. Turismo e segmentação de mercado: Novos segmentos. In: TRIGO Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

BAHIA. SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA, 2009. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/>>. Acesso em março de 2018.

BARBIERI, C. J.; BRANDÃO, C. N.; MOURA JOÃO, C. **O turismo indígena e sua influência no desenvolvimento local sustentável: um estudo na Reserva Indígena São Marcos – Roraima**. Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo: 2014.

BARBOSA, G. LEITÃO, M. **Breve história do turismo e da hotelaria**. Confederação Nacional do Comércio. Conselho de Turismo. Rio de Janeiro, 2005.

BARBOSA, J. M. A.; MEZACASA, R.; FAGUNDES, M. G. B. **A oralidade como fonte para a escrita das histórias indígenas**. IN: Tellus, Campo Grande, MS, ano 18, n. 37, p. 121-145, set/dez. 2018.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Coleção Turismo: Campinas: Papirus, 2007.

_____. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2009.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2001.

BONFIM, A. B. **PATXOHÃ, “língua de guerreiro”**: um estudo sobre o processo de retomada da língua Pataxó. Salvador, 2012.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e Sociedade: lembranças dos velhos**. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1979.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL: IBGE. **Mapa étnico histórico de Nimuendaju**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=214278&view=detalhes>. Acesso em março de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 11.645**, DE 10 MARÇO DE 2008. Brasília (DF):Congresso Nacional, 2008 . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em março de 2018.

BRASIL: Ministério da Saúde. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas**. Brasília, 2020. Disponível em: <<<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46711-saude-lanca-medidas-para-prevenir-coronavirus-para-populacao-indigena>>> Acesso em: 17 de junho de 2020.

BRASIL: Ministério do Turismo. **Cadernos de Segmentação: Turismo Cultural – Orientações Básicas**. 3. edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL: Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, 2010.

BRASIL: Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. Coordenação - Geral de Segmentação. Brasília, 2006.

BRINGMANN, S. F. História oral e história indígena: relevância social e problemática das pesquisas nas Terras indígenas brasileiras. In: **Revista Latino-Americana de História**. vol. 1, nº 4. dezembro de 2012.

CAMINHA, P. V. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963.

CAMPOS, A. M. N. **O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável**. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 5, nº1, 2005.

CAMPOS, M. B.; ESTANISLAU, B. R. **Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista**. Revista Brasileira de Estudos da População. São Paulo: 2016.

CANCELA, F. E. T. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)**. Salvador, 2012.

CARDOSO, T. M. PARRA, L. B. SANT' ANA, G. R. PINHEIRO, M. B. **Aragwaksã: Plano de gestão territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.

_____. M. R. **O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico**. Salvador – BA, 2009.

CASTRO, E. V. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, 1992, v. 35, p. 21-74.

COHEN, E. **Principales Tendencias en el Turismo Contemporáneo**: Major trends in contemporary tourism. The Hebrew University of Jerusalem. Department of Sociology and Anthropology. Jerusalem: 2005.

COHN, C. **Culturas em Transformação**: os índios e a civilização. São Paulo em Perspectiva, 2001.

COMUNIDADE PATAXÓ DO PRADO. **Pataxó do Prado**: índios na visão dos índios. Salvador, 2007.

CONCEIÇÃO, G. A. **Pintura Corporal Pataxó de Barra Velha**: Moytãxö Wãy Txô Apekôy Pataxó Upũ Arahuanã'Ã Makiamé. Minas Gerais, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **Breve história do turismo e da hotelaria**. Confederação Nacional do Comércio, Conselho de Turismo. – Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. **Antropologia do Brasil**: Mito, História e Etnicidade. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1987.

CUNHA, M. I. Conta-me agora! as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. In: **Revista da Faculdade de Educação**. vol. 23. São Paulo. 1997.

CUNHA, R. C. S. O FOGO DE 51: entre a memória oficial e as subterrâneas. **VI Encontro Estadual de História** – ANPUH/BA. 2013.

_____. **O fogo de 51**: reminiscências Pataxó. Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, 2010.

DALL'AGNOL, S. **Impactos do turismo X comunidade local**. Celer: Faculdades de Xaxim - SC. 2012.

EMBRATUR. **Manual de Municipalização do Turismo**. Brasília: Embratur, 1998.

ETCHEVARNE, C. A Ocupação Humana do Nordeste Brasileiro antes da Colonização Portuguesa. **Revista USP**. Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira. 2000.

_____.; C. PIMENTEL, R. **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. Salvador: SEI, 2011.

FARIA, I. F. **Ecoturismo Indígena** – Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo: princípios para a autonomia. Tese de Doutorado em Geografia Física – USP. São Paulo, 2008.

FARIA, I. F. **Ecoturismo: etno desenvolvimento e inclusão social no Amazonas**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2005.

FERREIRA, L. S. E.; DANTAS, W. C. **Decurso histórico do turismo no estado da Bahia**: Antônio Carlos Magalhães (ACM) e a cultura local como fatores intervenientes para o desenvolvimento da atividade. Geo Textos. Fortaleza, 2013.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. Constituição Prévia do Estado do Brasil. Regimento do Governador e Capitão General Tomé de Souza, dado em Almerim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548. Coleção Documentos de Salvador. Salvador: Selo FGM, 1999. Disponível em: <<http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em junho de 2019.

GARCIA, T. E. M. HALLAL, D. R. MÜLLER, D. RAMOS, M. G. G. **O Despertar do Turismo no Brasil:** a década de 1970. Book of Proceedings vol. I – International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve, 2011.

GONÇALVES, J. C. **Homem-Natureza:** uma relação conflitante ao longo da história. Saber Acadêmico. Revista Multidisciplinar da UNESP: 2008.

GONZALES, M. M. **¿Etnoturismo o Turismo Indígena?** México: Teoría y Praxis. 2008, p. 123-136.

GOULART, M.; SANTOS R. I. C. Uma abordagem histórico-cultural do turismo. **Revista Turismo - Visão e Ação** - v.1 - n.1 - p.19-29. Universidade Federal de Santa Catarina– 1998. GRUNEWALD, R. A. **Turismo e Etnicidade.** Horizontes Antropológicos, vol.9 nº 20. Porto Alegre - Outubro, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000200008> Acesso em 08 de setembro de 2019.

_____. Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e pós-colonialidade na região do Descobrimento do Brasil. In: **Passos revista de turismo e patrimônio cultural.** Juiz de Fora - MG, 2015.

_____. **Os Índios do Descobrimento:** tradição e turismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

GURAN, M. **Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica:** Notas e reflexões. Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia 2012.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

JOJÔ NOTÍCIAS, 2019. Disponível em: <<<https://jojonoticias.com.br/fogo-destroi-centro-de-cultura-oca-da-aldeia-barra-velha-em-caraiva/>>> Acesso: 01 de maio de 2020.

JORNAL G1. GLOBO. Notícia: coronavírus. 03/09/2020. Disponível: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/03/brasil-termina-agosto-com-28947-mortes-pela-covid-19-apontam-secretarias-de-saude-especialistas-alertam-que-pandemia-nao-acabou.ghtml>. Acesso em março de 2020.

KAMBEBA, M. W. **O lugar do saber.** [Série Saberes Tradicionais]. vol.1. São Leopoldo (RS): Casa Leiria, 2020.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LIMA, A. C. S. **O governo dos índios sob a gestão do SPI.** IN: História dos Índios no Brasil. 1992.

LIMA, F.; DOS SANTOS, M. M. C.; KOCHÉ, J. C. Turismo pedagógico ou Atividade pedagógica pelo turismo? O binômio «turismo pedagógico»: concepções de turismo e pressupostos epistemológico-pedagógicos subjacentes. **Revista Investigações Turísticas: RS**, 2019.

LIMA, J. **Rapé**: Uma Importante Medicina do Sagrado Indígena. Amazônia Sagrado Indígena. Amazonas, 2016.

LUZ, I. R. **Memória sobre os Pataxó – Barra Velha**. FUNAI, 1978. (mimeo)

MARANHÃO, C. H. S. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**. Natal, 2017.

MARCUZZO, B. S.; SILVEIRA.; V.; LOPES, E.; MINUZZI, T. **Trilhas Interpretativas**: uma ferramenta eficiente para educação ambiental. Santa Maria: RS, 2015.

MARQUES, V. **Turismo: integração social e valorização cultural**. 2010. Disponível em: <http://www.controladoria.mt.gov.br/noticias?p_p_id=101&p_p_lifecycle.htm> Acesso em: 21 de março de 2018.

MATOS, F. C. **Turismo Pedagógico**: o estudo do meio como ferramenta fomentadora do currículo escolar. Caxias do Sul – RS, 2012.

MAXIMILIANO, Wied- Neuwied. **Viagem ao Brasil**. Vol. II, primeira parte. Ilustrações da Viagem ao Brasil de 1815 a 1817. UFRJ. Kapa Editorial, Petrópolis, 2001.

MENDONÇA JUNIOR, E. P. **Plano De Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa do Descobrimento**. Bahia, 2002.

MENESES, J. N. C. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MILANEZ, F. **Memórias sertanistas**: Cem anos de indigenismo no Brasil. São Paulo: Sesc Anchieta, 2010.

NEVES, S. C. **A Domesticação do Turismo**: estratégias Pataxó na relação com agentes e agências de turismo em Coroa Vermelha. Passos revista de turismo e patrimônio cultural. Juiz de Fora - MG, 2015.

OLIVEIRA, J. P. “Uma Etnologia dos “Índios Misturados””? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. *Mana*, 4: 47-77, Rio de Janeiro – RJ, 1998.

OLIVEIRA, J. P. FREIRE, C. A. R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, M. M. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais**: Princípios e Diretrizes, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Santiago do Chile: OMT, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introducción al Turismo**. Madrid: OMT, 2003.

PANOSSO NETTO, A; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, p.120-144, 2014.

PARAÍSO, M. H. B. **Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni**. Povos indígenas diferenciados ou Subgrupos de uma mesma Nação? Uma proposta de reflexão. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 4: 173-187, 1994.

_____. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. In: **Revista História**, São Paulo, n. 129-131, p. 179-208, ago-dez./93 a ago-dez./94.

_____. **O tempo da dor e do trabalho**. A conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste. São Paulo, USP, 1998.

PERINOTTO, A. R. C. **Turismo pedagógico**: uma ferramenta para educação ambiental. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, 2008.

PINHO, O. S. A. "A Bahia no fundamental": notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. vol. 13 n. 36: São Paulo, 1998.

PIRES, P. S. **A Dimensão Conceitual do Ecoturismo**. Universidade do Vale do Itajaí / SC. 1998.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. 1992.

POUTIGNAT, P. **Teorias da Etnicidade**: Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; Trad. Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PORTO, H. T. Linguagens e identidade cultural: uma abordagem etnográfica. In: **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**. Ano II. Vol.1. n. 2 (2015). Rio de Janeiro: Unigranrio, 2015.

Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/amp/article/view/2919>>. Acesso em 19 de março de 2018.

_____. **As Escolas Indígenas das Aldeias de Cumuruxatiba (BA) e a Reconstrução da Identidade Cultural Pataxó**. Universidade São Marcos. São Paulo, 2006.

_____. **Processos Comunicacionais, Identitários e Cidadãos**: Pataxós em “Territórios” de Resistências e de Utopias. Tese Doutorado. Programa de Doutorado Ciências da Comunicação da Unisinos. São Leopoldo (RS); Unisinos, 2019.

_____. Txôpay Itohã: oCristo-xamã na cosmovisão Pataxó. In: **Revista Linguagem em (Re)vista**. vol. 5. n.29. jan/jul. 2020. Niterói, 2020.

POVO PATAXÓ. **Inventário Cultural Pataxó**: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Bahia: Atxohã/Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011.

POVO PATAXÓ. **Leituras Pataxó**: raízes e vivências do povo Pataxó nas escolas. Salvador: MEC /FNDE / SEC / SUDEB, 2005.

PREZIA, B. **Indígenas do Leste do Brasil**: destruição e resistência. Subsídios didáticos para o Ensino Fundamental e Médio. São Paulo: Paulina, 2004.

QUEIROZ, J. **História do turismo mundial e do Brasil**. Blog especializado em turismo receptivo no Brasil e sua relação com governo e sociedade, 2011. Disponível em: <<<https://turismoreceptivo.wordpress.com/2011/03/26/historia-do-turismo-a-revolucao-silenciosa/>>> Acesso em: 14 de março de 2020.

REGO, A. A. História dos Índios da Bahia no Período Imperial: Impactos e Experiência Histórica. In: **Revista Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.11, n. 21, jul.- dez. 2017.

RICHARDS, G. Turismo cultural: padrões e implicações. In: CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org.). **Turismo cultural**: estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: Editus, 2009.

_____. **Cultural tourism**: global and local perspectives. Nova Iorque: Haworth Press, 2007.

ROZISCA, V. I. Filosofia do turismo. In: **Revista Eletrônica Unicentro**. Guarapuava – PR, 2008.

SANTOS, E. **Povo Pataxó**. 2016. Disponível em: <www.indiosonline.net/povo_pataxo/>. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

SANTOS FILHO, J. **Ontologia do Turismo**: estudo de suas causas primeiras. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.

_____. Espelho da história: o fenômeno turístico no percurso da humanidade. In: **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**. Maringá, 2007.

SANTOS, B. R. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Solidário – PTDSS**. Território de Identidade Costa do Descobrimento. Salvador, 2016.

SCHNEIDER, A. H. ALVARENGA, F. Desenvolvimento participativo de produtos turístico sem terras indígenas na Amazônia brasileira. In: **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, 2015.

SCHLUTER, R. G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003.

SILVA, L. T. CERQUEIRA NETO, S. P. G. **Planejamento, Gestão e Políticas do Turismo**: o caso da Costa do Descobrimento, Bahia/Brasil. Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos: 2015.

SILVA, R. E.; CARVALHO, K. D. **Legados étnicos turismo e sustentabilidade**: Um olhar sobre a comunidade quilombola de Filipa, Maranhão. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. UCS. Caxias do Sul/ RS. 2010.

SILVA, V. L. Fogo de 51: uma narrativa da dor do povo Pataxó da Bahia. In: **Revista Escrita. Gávea** - RJ, 2013.

SMITH, V. **Anfitriones e invitados**: antropología del turismo. Madrid: Endymon, 1989.

SOUZA, A. H. C. LIMA, A. M. A. MELLO, M. A. A. OLIVEIRA, E. R. A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura. In: **Revista Destaques Acadêmicos**, 2015 - Univates: Vale do Taquari – RS, 2015.

SOUSA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França e acrescentada de alguns comentários à obra feitos por Francisco Adolfo Varnhagen. Segunda edição mais correta e acrescentada com um aditamento. Rio de Janeiro: Typografia de João Inácio da Silva, 1879.

SPAMER H.; SILVA, A. T. R. **Povos e comunidades tradicionais em Unidades de Conservação**: conflitos socioambientais e luta por identidade e território. Revista de Estudos em Relações Interétnicas, v. 22, n. 1, jan/abril 2019, p. 59-85. Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados. São Paulo: Coleção temas básicos de pesquisa-ação, 1986.

THOMSON, A. **Recompondo a Memória**: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. São Paulo. 1997.

TODA MATÉRIA. 2019. Disponível em: <<<https://www.todamateria.com.br/estado-da-bahia/>>> Acesso em: 30 de junho de 2020.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e qualidade**: tendências contemporâneas. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. In: **Revista Educação & Pesquisa**, SP, v.31, n. 3, p. 443-446, 2005.

URBAN, G. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. In: CUNHA, M. M. Carneiro da. (Org.) **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

VIEIRA, R. **Estudo de Potencialidades Econômicas Costa do Descobrimento**. Governo do Estado da Bahia; Secretaria de Turismo. 2016.

WOLFF, V. N. C. **Educação e turismo**. 2006. Disponível em: <http://www.unibes.com.br/index.phtmlid_pagina=3204> Acesso em: 25 de fevereiro 2018.

FONTES ORAIS

André de Oliveira Braz – Poytãg Pataxó (entrevista presencial, realizada no dia 13 de janeiro de 2020) e (entrevista, via mídia digital, no dia 12 de junho de 2020).

Arnaldo da Silva Ferreira – Mahã Pataxó (entrevista presencial, realizada no dia 13 de janeiro de 2020).

Caio Campolina Camargo - (entrevista, via mídia digital, realizada no dia 11 de junho de 2020).

Cynthia Campolina de Mello Vianna – (entrevista, via mídia digital, realizada no dia 11 de junho de 2020).

Chrisler Renon Saúde Souza – (entrevista, via mídia digital, realizada no dia 17 de junho de 2020).

Dalva dos Santos Santana (entrevista presencial, realizada no dia 13 de janeiro de 2020).

Erenilton Braz de Jesus – Tarugo Pataxó (entrevista presencial, realizada no dia 13 de janeiro de 2020) e (entrevista, via via mídia digital, no 12 de junho de 2020).

Luca Campolina Camargo – (entrevista, via mídia, realizada no dia 11 de junho de 2020).

Marinez de Oliveira Bráz – Jaçanã Pataxó (entrevista presencial, realizada no dia 13 de janeiro de 2020) e (entrevista, via mídia digital, no dia 12 de junho de 2020).

Moisés dos Santos Santana – Tohõ Pataxó (entrevista presencial, realizada no dia 13 de janeiro de 2020) e (entrevista, via mídia digital, nos dias 03 de março, 15 e 17 de junho de 2020).

Oziel Santana Ferreira – Cacique Guarú Pataxó (entrevista presencial, realizada no dia 13 de janeiro de 2020) e (entrevista, via mídia digital, realizada no dia 18 de julho de 2020).

Pascoal dos Santos Ferreira – Amyp Pataxó (entrevista, via mídia digital, realizada no dia 03 de junho de 2020).

Yasmin Oliveira Sousa – (entrevista, via mídia digital, realizada no dia 12 de junho de 2020).